GUIA DOS ARQUIVOS PRIVADOS RELEVANTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DA POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL, 1822 – 1964

Israel Beloch

IPEA – ANPEC – PNPE

GUIA DOS ARQUIVOS PRIVADOS RELEVANTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DA POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL, 1822-1964

ISRAEL BELOCH

Pesquisador do CPDOC/FGV

IPEA - ANPEC - PNPE

1986

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

"Chegou a vez dos retratos de família e da papelada do Halfeld. Passava com maços tirados de suas gavetas, atravessava sala de jantar, copa, cozinha e despejava tudo nas latas usadas de querosene que nos serviam de lixeiras. Aquela liquidação apertou meu coração. Ousei pedir. Se ele não quisesse mais eu guardava aqueles documentos e os retratos. Querer não quero, a prova é que estou pondo fora. Agora se você se interessa por esse restolho todo, fique com ele. Só que não quero ver mais essa porcariada na minha frente. E que lhe aproveitem. Aproveitaram. Sem esse arquivo eu não teria podido completar a história de minha família materna e seria impossível o Baú de Ossos."

Pedro Nava. Beira-Mar

A idéia da elaboração deste trabalho, reivindicação compartilhada por muitos estudiosos, materializou-se no Seminário sobre a Disponibilidade de Fontes e Dados para Pesquisa em História Econômica Brasileira, promovido em 1983 pelo Departamento de Economia da Universidade de Brasília e a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Sua realização tornou-se possível mediante contrato com o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e a ANPEC, nos marcos do Programa Nacional de Pesquisa Econômica.

O interesse que um mapeamento de arquivos privados pode apresentar para a história econômica se explica por uma série de fatores. A enorme complexidade dos dilemas econômicos enfrentados pelo país vem gerando renovados e fecundos impulsos de aprofundamento da história desses processos. Experimenta-se um aumento incessante da necessidade de conhecer melhor os caminhos percorridos pela economia brasileira em épocas pregressas. Essa tendência cresceu substancialmente na última década, sob o impacto da multiplicação dos cursos de pós-graduação em economia e história e de um fenômeno associado, a notável ampliação da historiografia sobre o tema.

Tal realidade colocou em nítida evidência a importância do emprego de arquivos como fontes indispensáveis para o estudo da racionalidade das decisões de política econômica no passado. A consciência do valor dos arquivos privados só fez aumentar desde então.

Pode ser elucidativa a documentação de personagens que exerceram funções medulares na elaboração de políticas e na definição de cada momento histórico. Por um lado, devido à prática corrente em nosso país de integrar às coleções privadas papéis produzidos nos órgãos públicos, e por outro, pela capacidade que têm a correspondência e diferentes materiais privados de iluminar o processo de tomada de decisão e as pressões exercidas pelos agentes da economia, revelando dados dissimulados no formalismo dos textos oficiais. Essas coleções pessoais vêm, assim, complementar os arquivos públicos, nem sempre, como se sabe, convenientemente conservados e organizados. Vêm igualmente contribuir para o conhecimento de grandes empreendimentos privados, dada a usual superposição, numa mesma personalidade, de funções públicas e empresariais, circunstância retratada nos arquivos correspondentes.

No entanto, ao contrário dos centros mais avançados que investem de modo crescente no censo de seus arquivos privados, predomina entre nós completo desconhecimento nesse campo. Reportando-se ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, José Honório Rodrigues acentuava que "o preparo, ainda que sumário, de inventários destas coleções seria um serviço inestimável à pesquisa histórica. No entanto, nada se conhece delas, sendo que muitas não estão sequer registradas nos índices da <u>Revista</u> do Instituto, e outras, pelo registro, parecem ser apenas coleções de livros"[1] Outro estudioso, Célio Debes, lamenta "a ausência de documentação" e a "inacessibilidade aos arquivos", consideradas causas da indigência de pesquisas históricas mais profundas. E acrescenta: "As possibilidades que esses mananciais, em mãos de particulares, representam, afloram ao simples manuseio da obra de Afonso Arinos de Melo Franco sobre seu contraparente Rodrigues Alves".[2]

O guia que apresentamos vem constituir um elemento no grande esforço necessário para corrigir esse estado de coisas. Embora partíssemos de uma abrangência maior na proposta original, a limitação de recursos impôs dois graus de restrição. Primeiro, o alcance temporal do projeto fixou-se no período 1822-1964, cobrindo o Brasil independente até o marco histórico mais próximo da atualidade. A transposição desses limites não traria de resto muitos frutos: é sabido que os papéis escasseiam com a antiguidade e não vêm à luz quando muito recentes. Em se

---

1 - José Honório Rodrigues. <u>A pesquisa histórica no Brasil</u>. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, p. 198.

2 - Célio Debes. <u>Campos Sales, perfil de um estadista</u>. São Paulo, 1977, 2 v., p. 18.

gundo lugar, as categorias mapeadas restringiram-se a Presidente da República, Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, esta última com apenas um ocupante no período estudado. Desse modo, foram rastreados os arquivos de 104 personagens, excluídos apenas os interinos de breve permanência no cargo e os ministros de curto exercício de funções.[3]

Por equivalência à categoria de Presidente da República, poderiam ser contemplados no período monárquico os arquivos dos Imperadores[4], dos Regentes e dos Presidentes do Conselho de Ministros. Tal encargo foi deixado porém para um futuro desdobramento do projeto, que em período mais recente poderia incluir também presidentes e diretores do Banco do Brasil, do Banco Central e de outros estabelecimentos oficiais de crédito, superintendentes da Sumoc e secretários de órgãos técnicos, presidentes de grandes estatais e outros personagens-chaves do mundo econômico-financeiro.

Para a Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), um arquivo privado é um "conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação". Segundo essa autoridade, a coleção é um "conjunto de documentos sem relação orgânica, aleatoriamente acumulados".[5] Neste trabalho, registramos tanto arquivos como coleções, desde que tenham sido produzidos e reunidos pelos respectivos titulares. Anotamos também pequenos conjuntos ou documentos esparsos desses titulares, quando depositados como peças isoladas em instituições ou preservados pelas famílias.

Cabe lembrar que a existência ou não de arquivo ou coleção de determinado personagem não exclui a ocorrência de documentos de sua autoria ou propriedade no corpo de outros arquivos. "Nem tudo que o colecionador produz torna-se parte integrante de sua coleção, da mesma forma

---

3- Da listagem apresentada, foram eliminados Joaquim Marcelino de Brito e José Clemente Pereira, que ocuparam a pasta da Fazenda por menos de um mês, e acrescido o Visconde de Abaeté, omitido por lapso.

4- No caso específico dos Imperadores, é sobejamente conhecida a situação de seu arquivo, sob a guarda do Museu Imperial. Os documentos foram relacionados em ordem cronológica na publicação da Biblioteca Nacional, Inventário dos documentos do arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu (Rio de Janeiro, Serv. Gráf. Ministério Educação e Saúde, 1939, 2v.). Depois de receber a coleção e ampliá-la com documentos aqui mantidos, o Museu Imperial publicou um inventário com índice onomástico relativo apenas aos primeiros dez anos: Inventário analítico do arquivo da Casa Imperial, 1807-1816 (Petrópolis, 1974).

5- CPDOC. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Coord. Ana Lígia Silva Medeiros, Célia Maria Leite Costa e Lúcia Lahmeyer Lobo. Rio de Janeiro, FGV, 1986, p. 4-5.

como não guarda tudo que toma em suas mãos."[6] Como é óbvio, cada conjunto documental contém material produzido por inúmeros representantes da elite política da época, podendo-se afirmar que, no limite, a totalidade dos papéis produzidos por cada figura só pode ser detectada com um levantamento global dos arquivos de seus contemporâneos. O que equivaleria a "empreender ingentes esforços de busca junto à rede de relações pessoais e profissionais do colecionador com a finalidade de 'reintegrar' a seu 'fundo' cartas, textos, fotografias, fitas, bilhetes etc. porventura em poder de terceiros".[7] Ocorre mesmo que os documentos de um dado estadista disseminados nos arquivos de terceiros sejam mais numerosos que os preservados em seu próprio arquivo. O levantamento desses múltiplos cruzamentos documentais seria tarefa hercúlea, que transcende os nossos recursos.

É de assinalar também que os arquivos identificados reúnem materiais de interesse para o estudo da história da política econômica, acompanhados em menor ou maior grau de papéis de natureza pessoal, familiar ou relativos a outras áreas de atuação do titular. No Império, em particular, quando ainda não vingara a especialização hoje observada e um mesmo homem público ocupava os mais diversos ministérios e presidia diferentes províncias, os arquivos refletem essa variedade. No caso dos Presidentes da República, tal circunstância prende-se à própria universidade de suas funções.

Muitas vezes, contudo, a envergadura de um arquivo não mantém correspondência com o papel desempenhado por seu titular. Um estadista de trajetória fulgurante pode legar papéis ralos e sem brilho e um personagem de menor destaque colecionar opulento e meticuloso material. Contribuem para isso inclinações pessoais, a evolução dos acontecimentos políticos, a intervenção ulterior das famílias etc.

Importa ainda recordar que este guia é um retrato instantâneo da situação dos arquivos estudados. Para manter-se fiel à dinâmica do real, vai requerer, além de aprofundamento e complementação, um processo permanente de atualização. Quando em mãos de particulares, nada impede que de uma hora para outra documentos históricos sejam transferidos, alienados ou mesmo destruídos, ainda que involuntariamente. Quando recolhidos a instituições especializadas, gozam, naturalmente, de maior estabilidade. Mesmo assim não estão imunes às vicissitudes do panorama arquivístico nacional. A recente advertência

---

6- Aurélio Viana, Maurício Lissovsky & Paulo Sérgio Moraes de Sá. <u>A vontade de guardar</u>: lógica da acumulação em arquivos privados. Rio de Janeiro, CPDOC, 1986, mimeo, p. 10.

7- Idem, ibidem.

da diretora do Arquivo Nacional de que a falta de verbas poderia comprometer até a climatização de suas instalações é um alarma inquietante. Na hipótese positiva, conjuntos consolidados podem ser expandidos por novas doações, a exemplo dos documentos recém-acrescentados ao arquivo de Rui Barbosa.[8]

Cabe sublinhar que a descrição do conteúdo dos arquivos é sumária, não se propondo a esgotar a totalidade de informações contidas nos mesmos, mas a indicar os temas mais frequentes e relevantes.

A localização de papéis privados de interesse histórico é trabalho de detetive, em especial quando se encontram em mãos de particulares. Certos depositários desse tipo de documentação mostram-se receptivos à idéia de tornar pública sua existência, outros porém resistem a tal proposta, por receio do que possa ser revelado da atuação de seus titulares, por incompreensão da natureza da pesquisa histórica, por ressentimento com os rumos adversos da política ou outras razões. Muitos demonstram inconsciência do significado daquela papelada enfurnada em caixas e baús ou escudam-se no desânimo e na falta de tempo para não tomar conhecimento do material em seu poder.

O presente guia reflete o que foi possível levantar de Norte a Sul do país, no quadro dos recursos e do tempo disponíveis. Maiores fossem esses fatores, mais completo seria o mapeamento alcançado. Dos 104 titulares objetos da pesquisa, 61 tiveram arquivos e coleções localizados, perfazendo cerca de 60% do total, obtendo-se ainda algum grau de informação sobre os papéis de outros 24 personagens. Levando em conta que um empreendimento como este deveria, a rigor, ser confiado a uma equipe, não se pode negar que tenham sido positivos os resultados alcançados. Este instrumento de trabalho terá atingido plenamente o seu objetivo se for útil para o enriquecimento da história econômica no Brasil.

---

8 - Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15/7/1986, p. 6.

AGRADECIMENTOS

Grande número de pessoas colaborou nessa laboriosa empresa. São historiadores, economistas, documentalistas, funcionários das instituições pesquisadas, familiares dos personagens em pauta, pessoal do IPEA e da ANPEC, colegas do CPDOC. Quero destacar a inestimável ajuda de José Gabriel Calmon da Costa Pinto, seguramente o maior conhecedor da composição dos arquivos históricos do país. A participação dedicada de Paulo Sérgio Moraes de Sá e Lilian de Amorim Fritsch foi essencial para a elaboração do trabalho. Devo a Winston Fritsch o impulso inicial do projeto e o entusiasmo em sua viabilidade. E a Edith Maria Vargas da Costa Gama Beloch o apoio permanente e sempre solícito.

Apesar do receio de cometer injustiças por omissão, quero estender meus agradecimentos a:

Adelina Maria Alves Novais e Cruz
Afonso Arinos de Melo Franco
Afonso Heliodoro dos Santos
Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho
Álmen Moretzsohn
Américo Jacobina Lacombe
Ana Maria de Almeida Camargo
Armando Serzedelo Correia
Aspásia Alcântara de Camargo
Áurea Maria de Freitas Carvalho
Benedito Moreira da Costa
Casemiro Antônio Ribeiro
Célia Maria Leite Costa
Célio Debes
Celso Lafer
Clóvis A. de Miranda
Cristina Lemgruber
Demóstenes Madureira de Pinho Neto
Denise Pais de Almeida
Dirceu Lindoso
Dora Rocha Flaksman
Eduardo Chermont de Brito
Flávio Guerra
Flávio Rabelo Versiani
Francisco de Assis Andrade
Francisco de Assis Barbosa
Franklin Fonseca Passos
Getúlio Vargas Neto
Guilherme da Silveira
Hamilton Nonato Marques
Heloísa Liberalli Bellotto
Honório Pereira

Humberto Peregrino Seabra Fagundes
Joaquim Arruda Falcão Neto
José Calasans Brandão Silva
José Carlos Cavalcanti Linhares
José Carlos Nunes Guimarães
José de Sousa
José Lopes de Oliveira
José Maria Alkmin Filho
José Sebastião Witter
Lafayette Silveira Martins Rodrigues Pereira
Leonardo Alkmin
Licurco de Castro Santos Filho
Luís Gonzaga Novelli Júnior
Marco Aurélio Dias Pires
Maria Amélia Porto Migueis
Maria Bernardete Gouveia de Almeida
Maria Correia e Castro Lacerda
Maria Dasdores Fonseca Alkmin
Maria de Fátima Morais Argon
Maria Isabel Brás Marques
Maria Rolim Hermes da Fonseca
Maria Ruth de Sousa
Maria Yedda Linhares
Maura Macedo Correia e Castro
Marieta de Moraes Ferreira
Nadir Duarte Ferreira
Nei Neves Galvão
Paulino Jacques
Pinto de Aguiar
Roberto Piragibe da Fonseca
Rúbia Brás
Sérgio Gontijo de Carvalho
Sônia Maria Gonçalves
Sônia Regina Miranda
Sueli Braga da Silva
Tamás Szmrecsányi
Teresa Cristina de Sousa Dantas
Teresinha Nogueira Frare
Vera Lúcia de Azevedo Siqueira
Virgílio Moretzsohn Moreira
Vítor Luís Pereira de Sousa
Wladimir Murtinho

PRESIDENTES DA REPÚBLICA

1889 - 1964

Manuel Deodoro da Fonseca	15.11.1889 a 23.11.1891
Floriano Vieira Peixoto	23.11.1891 a 15.11.1894
Prudente José de Morais Barros	15.11.1894 a 11.11.1896
Manuel Vitorino Pereira	11.11.1896 a 4.3.1897
Prudente José de Morais Barros	4.3.1897 a 15.11.1898
Manuel Ferraz de Campos Sales	15.11.1898 a 15.11.1902
Francisco de Paula Rodrigues Alves	15.11.1902 a 15.11.1906
Afonso Augusto Moreira Pena	15.11.1906 a 14.6.1909
Nilo Procópio Peçanha	14.6.1909 a 15.11.1910
Hermes Rodrigues da Fonseca	15.11.1910 a 15.11.1914
Venceslau Brás Pereira Gomes	15.11.1914 a 15.11.1918
Delfim Moreira da Costa Ribeiro	15.11.1918 a 28.7.1919
Epitácio da Silva Pessoa	28.7.1919 a 15.11.1922
Artur da Silva Bernardes	15.11.1922 a 15.11.1926
Washington Luís Pereira de Sousa	15.11.1926 a 24.10.1930
Augusto Tasso Fragoso João de Deus Mena Barreto José Isaías de Noronha	24.10.1930 a 3.11.1930
Getúlio Dornelles Vargas	3.11.1930 a 29.10.1945
José Linhares	29.10.1945 a 31.1.1946
Eurico Gaspar Dutra	31.1.1946 a 31.1.1951
Getúlio Dornelles Vargas	31.1.1951 a 24.8.1954
João Café Filho	24.8.1954 a 8.11.1955
Carlos Coimbra da Luz	8.11.1955 a 11.11.1955
Nereu de Oliveira Ramos	11.11.1955 a 31.1.1956
Juscelino Kubitschek de Oliveira	31.1.1956 a 31.1.1961
Jânio da Silva Quadros	31.1.1961 a 25.8.1961
Pascoal Ranieri Mazzilli	25.8.1961 a 7.9.1961
João Belchior Marques Goulart	7.9.1961 a 31.3.1964

FONTE: Pereira Reis Júnior. Os presidentes do Brasil (sínteses biográficas). Rio de Janeiro, Divulbrás, 1975.

MINISTROS DA FAZENDA

1822 - 1964

Martim Francisco Ribeiro de Andrada	4.7.1822 a 17.7.1823
Marquês de Baependi (Manuel Jacinto Nogueira da Gama)	17.7.1823 a 10.11.1823
Sebastião Luís Tinoco da Silva	10.11.1823 a 13.11.1823
Marquês de Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca)	13.11.1823 a 21.11.1825
Marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta)	21.11.1825 a 20.1.1826
Marquês de Inhambupe de Cima (Antônio Luís Pereira da Cunha)	20.1.1826 a 21.1.1826
Marquês de Baependi	21.1.1826 a 16.1.1827
Marquês de Queluz (João Severiano Maciel da Costa)	16.1.1827 a 20.11.1827
Marquês de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida)	20.11.1827 a 15.6.1828
José Clemente Pereira	16.6.1828 a 18.6.1828
José Bernardino Batista Pereira	18.6.1828 a 25.9.1828
Marquês de Abrantes	25.9.1828 a 4.12.1829
Marquês de Barbacena	4.12.1829 a 2.10.1830
José Antônio Lisboa	2.10.1830 a 3.11.1830
Visconde de Albuquerque (Antonio Francisco de Paula Holanda Calvalcanti de Albuquerque)	3.11.1830 a 5.4.1831
Marquês de Baependi	5.4.1831 a 7.4.1831
José Inácio Borges	7.4.1831 a 16.7.1831
Bernardo Pereira de Vasconcelos	16.7.1831 a 10.5.1832
Visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres)	10.5.1832 a 3.8.1832

Visconde de Albuquerque	3.8.1832 a 13.9.1832
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	13.9.1832 a 14.12.1832
Marquês de Sapucaí (Cândido José de Araújo Viana)	14.12.1832 a 2.6.1834
Antonio Pinto Chichorro da Gama	2.6.1834 a 7.10.1834
Manuel do Nascimento Castro e Silva	7.10.1834 a 16.5.1837
Segundo Visconde de Caravelas (Manuel Alves Branco)	16.5.1837 a 19.9.1837
Marquês de Abrantes	19.9.1837 a 16.4.1839
Cândido Batista de Oliveira	16.4.1839 a 1.9.1839
Segundo Visconde de Caravelas	1.9.1839 a 18.5.1840
José Antônio da Silva Maia	18.5.1840 a 24.7.1840
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	24.7.1840 a 23.3.1841
Marquês de Abrantes	23.3.1841 a 20.1.1843
Joaquim Francisco Viana	20.1.1843 a 2.2.1844
Segundo Visconde de Caravelas	2.2.1844 a 2.5.1846
Visconde de Albuquerque	2.5.1846 a 17.5.1847
José Joaquim Fernandes Torres	17.5.1847 a 22.5.1847
Segundo Visconde de Caravelas	22.5.1847 a 8.3.1848
Visconde de Abaeté (Antônio Paulino Limpo de Abreu)	8.3.1848 a 14.5.1848
José Pedro Dias de Carvalho	14.5.1848 a 31.5.1848
Francisco de Paula Sousa e Melo	31.5.1848 a 18.8.1848
Visconde de Sousa Franco (Bernardo de Sousa Franco)	18.8.1848 a 29.9.1848
Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima)	29.9.1848 a 6.10.1848
Visconde de Itaboraí	6.10.1848 a 6.9.1853
Marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão)	6.9.1853 a 12.1.1855
Visconde de Abaeté	12.1.1855 a 27.1.1855
Marquês de Paraná	27.1.1855 a 23.8.1856
Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley)	23.8.1856 a 4.5.1857
Visconde de Sousa Franco	4.5.1857 a 12.12.1858

Visconde de Inhomirim (Francisco de Sales Torres Homem)	12.12.1858 a 10.8.1859
Barão de Uruguaiana (Ângelo Muniz da Silva Ferraz)	10.8.1859 a 2.3.1861
Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos)	2.3.1861 a 24.5.1862
José Pedro Dias de Carvalho	24.5.1862 a 30.5.1862
Visconde de Albuquerque	30.5.1862 a 8.4.1863
Marquês de Abrantes	8.4.1863 a 15.1.1864
José Pedro Dias de Carvalho	15.1.1864 a 31.8.1864
Terceiro Visconde de Caravelas (Carlos Carneiro de Campos)	31.8.1864 a 12.5.1865)
José Pedro Dias de Carvalho	12.5.1865 a 4.3.1866
Francisco de Paula da Silveira Lobo	4.3.1866 a 7.3.1866
João da Silva Carrão	7.3.1866 a 3.8.1866
Zacarias de Góis e Vasconcelos	3.8.1866 a 16.7.1868
Visconde de Itaboraí	16.7.1868 a 29.8.1870
Visconde de Inhomirim	29.8.1870 a 7.3.1871
Visconde do Rio Branco	7.3.1871 a 25.6.1875
Barão de Cotegipe	25.6.1875 a 5.2.1878
Visconde de Sinimbu (João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu)	5.2.1878 a 13.2.1878
Gaspar da Silveira Martins	13.2.1878 a 8.2.1879
Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo)	8.2.1879 a 28.3.1880
José Antônio Saraiva	28.3.1880 a 20.1.1882
Martinho Álvares da Silva Campos	20.1.1882 a 3.7.1882
Marquês de Paranaguá (João Lustosa da Cunha Paranaguá)	3.7.1882 a 24.5.1883
Lafayette Rodrigues Pereira	24.5.1883 a 6.6.1884
Manuel Pinto de Sousa Dantas	6.6.1884 a 6.5.1885
José Antônio Saraiva	6.5.1885 a 20.8.1885
Francisco Belisário Soares de Sousa	20.8.1885 a 10.3.1888

João Alfredo Correia de Oliveira	10.3.1888 a 7.6.1889
Visconde de Ouro Preto	7.6.1889 a 15.11.1889
Rui Barbosa	15.11.1889 a 21.1.1891
Tristão de Alencar Araripe	22.1.1891 a 4.7.1891
Barão de Lucena (Henrique Pereira de Lucena)	4.7.1891 a 23.11.1891
Antão Gonçalves de Faria	23.11.1891 a 26.11.1891
Francisco de Paula Rodrigues Alves	26.11.1891 a 31.8.1892
Inocêncio Serzedelo Correia	31.8.1892 a 30.4.1893
Felisbelo Firmo de Oliveira Freire	30.4.1893 a 18.8.1894
Alexandre Cassiano do Nascimento	18.8.1894 a 15.11.1894
Francisco de Paula Rodrigues Alves	15.11.1894 a 20.11.1896
Bernardino José de Campos	20.11.1896 a 15.11.1898
Joaquim Duarte Murtinho	15.11.1898 a 2.9.1902
Sabino Alves Barroso Júnior	2.9.1902 a 15.11.1902
José Leopoldo de Bulhões Jardim	15.11.1902 a 15.11.1906
David Moretzsohn Campista	15.11.1906 a 14.6.1909
José Leopoldo de Bulhões Jardim	14.6.1909 a 15.11.1910
Francisco Antônio de Sales	15.11.1910 a 9.5.1913
Rivadávia da Cunha Correia	9.5.1913 a 15.11.1914
Sabino Alves Barroso Júnior	15.11.1914 a 31.5.1915
João Pandiá Calógeras	31.5.1915 a 6.9.1917
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	6.9.1917 a 1.11.1918
Augusto Tavares de Lira	1.11.1918 a 15.11.1918
Amaro Cavalcanti de Brito	15.11.1918 a 17.1.1919
João Ribeiro de Oliveira e Sousa	17.1.1919 a 27.7.1919
Homero Batista	27.7.1919 a 15.11.1922
Rafael de Abreu Sampaio Vidal	15.11.1922 a 2.1.1925
Aníbal Freire da Fonseca	2.1.1925 a 15.11.1926
Getúlio Dornelles Vargas	15.11.1926 a 17.12.1927
Francisco Chaves de Oliveira Botelho	17.12.1927 a 24.10.1930
Agenor de Lafayette Roure	25.10.1930 a 4.11.1930
José Maria Whitaker	4.11.1930 a 16.11.1931

Osvaldo Euclides de Sousa Aranha	16.11.1931 a 24.7.1934
Artur de Sousa Costa	24.7.1934 a 29.10.1945
José Pires do Rio	1.11.1945 a 1.2.1946
Gastão da Costa Carvalho Vidigal	1.2.1946 a 15.10.1946
Onaldo Brancante Machado	15.10.1946 a 21.10.1946
Pedro Luís Correia e Castro	21.10.1946 a 10.6.1949
Manuel Guilherme da Silveira Filho	10.6.1949 a 31.1.1951
Horácio Lafer	31.1.1951 a 15.6.1953
Osvaldo Euclides de Sousa Aranha	16.6.1953 a 24.8.1954
Eugênio Gudin Filho	25.8.1954 a 12.4.1955
José Maria Whitaker	13.4.1955 a 10.10.1955
Mário Leopoldo Pereira da Câmara	11.10.1955 a 31.1.1956
José Maria Alkmin	1.2.1956 a 24.6.1958
Lucas Lopes	25.6.1958 a 3.6.1959
Sebastião Pais de Almeida	4.6.1959 a 31.1.1961
Clemente Mariani Bittencourt	1.2.1961 a 7.9.1961
Válter Moreira Sales	9.9.1961 a 14.9.1962
Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho	14.9.1962 a 24.1.1963
Francisco Clementino de San Tiago Dantas	24.1.1963 a 20.6.1963
Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto	21.6.1963 a 19.12.1963
Nei Neves Galvão	20.12.1963 a 31.3.1964

FONTE: Brasil. Museu da Fazenda Federal. Ministros da Fazenda, 1808-1983. Rio de Janeiro, 1983.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA
Ladeira de Quintas, 50
40.000 - Salvador - BA
Diretora: Ana Amélia Vieira Nascimento

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH
Centro de Documentação e Pesquisa em História Social
Universidade de Campinas
Cidade Universitária Zeferino Vaz
C.P. 6110
13.100 - Campinas - SP
Diretor: Marco Aurélio Garcia

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATI
Av. Marechal Floriano, 196
20.080 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021) 291-4411 ramal 86
Chefe: Nadir Duarte Ferreira

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Andre Puente, 318
90.000 - Porto Alegre - RS
tel. (0512) 25-9229

ARQUIVO NACIONAL
Rua Azeredo Coutinho, 77
20211 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021) 252-3318
Diretora: Celina Moreira Franco

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO
Av. 3, nº 568
13.500 - Rio Claro - SP
tel. (0195) 34-5544
Diretora: Ana Maria de Almeida Camargo

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO
Rua do Imperador, 371
50.000 - Recife - PE
tel. (081) 224-0085 e 224-0620
Diretor: João Inácio Ribeiro Roma

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO
Rua Aimorés, 1450
30.000 - Belo Horizonte - MG
tel. (031) 226-8422
Diretor: Francisco de Assis Andrade

CASA DE CULTURA SÃO SARUÊ
Rua Leopoldo Froes, 83
20.241 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021) 252-2393
Diretor: Humberto Peregrino Seabra Fagundes

CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES DE CAMPINAS
Rua Bernardino de Campos, 989
13.100 - Campinas - SP
Bibliotecária: Maria Luísa Pinto de Moura Ribeiro

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL
Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 190 - 12º
22.253 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021) 551-1542 ramal 303
Chefe: Celina Moreira Franco
Coordenadora: Alzira Alves de Abreu

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
R. São Clemente, 134
22.260 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021)286-1297
Presidente: Américo Jacobina Lacombe
Diretora do Centro de Documentação: Jerusa Gonçalves de Araújo

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Instituto de Documentação
R. Dois Irmãos, 92
50.000 - Recife - PE
tel. (081) 268-0708 e 268-4611
Diretor: Maximiano Campos

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA
Av. Sete de Setembro, 94-A
40.000 - Salvador - BA
tel. (071) 241-2453
Presidente: Renato Berbert de Castro

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
Av. Augusto Severo, 8 - 10º
20.021 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021) 232-1312
Presidente: Américo Jacobina Lacombe

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO
R. Benjamim Constant, 158 - 3º
01.005 - São Paulo - SP
tel. (011) 32-3582
Presidente: José Leite Cordeiro

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
R. Riachuelo, 1317 - 1º
90.000 - Porto Alegre - RS
tel. (0512) 24-3760
Diretor: Tomás Duarte

MEMORIAL JK
Eixo Monumental Oeste
70.000 - Brasília - DF
tel. (061) 225-5194 e 225-9451
Diretor: Afonso Heliodoro dos Santos

MUSEU DA FAZENDA FEDERAL
Av. Presidente Antônio Carlos, 375
20.020 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021) 240-1670
Diretora: Wanda de Moura Calixto

MUSEU DA REPÚBLICA
R. do Catete, s/nº
22.220 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021) 245-5477
Diretora: Lilian Barreto

MUSEU DO BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS
R. Halfeld, 504
36.100 - Juiz de Fora - MG
Responsável: Hugo Saporeti

MUSEU EUGÊNIO TEIXEIRA LEAL
Banco Econômico
R. J.Castro Rebelo, 1 (antiga R. do Açouguinho)
40.000 - Salvador - BA
tel. (071) 242-8024
Responsável: José Calasans Brandão Silva

MUSEU HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Museu do Ingá)
R. Presidente Pedreira, 78
24.210 - Niterói - RJ
tel. (021) 719-4149
Diretor: Haroldo Francisco Barroso

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO BERNARDINO DE CAMPOS
R. Luís Leite, 7
13.900 - Amparo - SP
tel. (0192) 70-4089
Diretora: Terezinha Nogueira Frare

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO PRUDENTE DE MORAIS
R. Santo Antônio, 641
13.400 - Piracicaba - SP
Diretora: Helena Rovay Beneton

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
Praça Marechal Âncora, s/nº
20.021 - Rio de Janeiro - RJ
tel. (021) 220-2628
Diretora: Solange de Sampaio Godói

MUSEU IMPERIAL
Av. Sete de Setembro, 220
25.600 - Petrópolis - RJ
tel. (0242)42-7012
Diretor: Lourenço Luís Lacombe
Chefe da Divisão de Documentação Histórica: Dirceu Lindoso

MUSEU MARIANO PROCÓPIO
Fundação Alfredo Ferreira Lage
R. Gilberto Alencar, 858
36.100 - Juiz de Fora - MG
tel. (032)211-1145
Diretor: Reginaldo Braga Arcuri

MUSEU PAULISTA (Museu do Ipiranga)
Parque da Independência, s/nº
São Paulo - SP
tel. (011) 273-9165
Diretor: Orlando Paiva
Chefe do Setor de Documentação: Miyoko Makino

MUSEU REPUBLICANO CONVENÇÃO DE ITU
C.P. 269
13.300 - Itu - SP
Diretor: Jonas Soares de Sousa

MUSEU RODRIGUES ALVES
12.500 - Guaratinguetá - SP

MUSEU SERZEDELO CORREIA
Tribunal de Contas do Estado do Pará
Trav. Quintino Bocaiúva, 1585
66.000 - Belém - PA
tel. (091) 225-0555
Presidente: Sebastião Santos de Santana

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - BIBLIOTECA CENTRAL
Av. dos Reitores, s/nº
Campus Cidade Universitária
50.000 - Recife - PE
tel. (081) 271-0333 e 271-0536
Diretora: Suzana Schmidt

ABAETÉ, Visconde de (Antônio Paulino Limpo de Abreu)
(Lisboa, Portugal, 22.6.1798 - Rio de Janeiro, RJ, 14.9.1883)
Ministro da Fazenda 8.3.1848 a 14.5.1848; 12.1.1855 a 27.1.1855

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, veio para o Brasil depois da mudança da corte para o Rio de Janeiro. Exerceu vários cargos de magistratura no Império até o de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1846-1858), no qual se aposentou. Elegeu-se deputado pela província de Minas Gerais na 1a. legislatura, só abandonando sua cadeira em 1833 quando foi presidente da mesma província. Eleito em 1847 senador por Minas Gerais, presidiu por muitos anos o Senado. Ocupou as pastas do Império, da Justiça e dos Estrangeiros em vários gabinetes, e da Fazenda nos períodos de 8.3.1848 a 14.5.1848 e 12.1.1855 a 27.1.1855. Em ambos os períodos, dada sua curta permanência no cargo, limitou-se à expedição de ordens e ao despacho do expediente. Foi presidente do Conselho em dezembro de 1858 e ocupou o ministério da Marinha. Por último foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial no Rio da Prata.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Museu Histórico Nacional
- CONDIÇÕES DE ACESSO: não permite xerox
  permite fotografia
- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom
- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 8
- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1820-1855
- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: Arranjo por tipo de documento, dividido nas séries: Visconde de Abaeté, Alonso Limpo de Abreu e Antônio Paulino Limpo de Abreu (filho). Ordenados cronologicamente
- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: cartas, diplomas, decreto

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Constam da coleção diplomas, decretos e cartas régias e imperiais de nomeação e exoneração de cargos públicos, de concessão de títulos e de outorga de poderes especiais para atuar na República do Uruguai.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os documentos de Antônio Paulino Limpo de Abreu integram a coleção Limpo de Abreu, juntamente com os de seus dois filhos: Alonso Limpo de Abreu e Antônio Paulino Limpo de Abreu.

ABRANTES, Marquês de (Miguel Calmon du Pin e Almeida)
(Santo Amaro, BA, 22.12.1794 - Rio de Janeiro, RJ, 05.10.1865)
Ministro da Fazenda 20.11.1827 a 4.12.1829; 19.9.1837 a 16.4.1839; 23.3.1841 a 20.1.1843; 8.4.1863 a 15.1.1864

Doutor em leis por Coimbra em 1821, fez parte do Conselho interino do governo que proclamou a independência. Foi o 1º secretário na Constituinte de 1823 e, em 20.11.1827, quando era deputado, passou a ocupar a pasta da Fazenda, exercendo essa função até 4.12.1829. Nesse período entrou em vigor a lei que instituía a dívida flutuante e foi organizada a Caixa de Amortização da Dívida Pública. De 19.9.1837 a 16.4.1839, ocupou novamente a pasta da Fazenda, encontrando o Ministério financeiramente abalado devido à Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, à revolta que proclamou independente o Estado da Bahia até a maioridade de D. Pedro II e à guerra dos balaios no Maranhão. Foi nessa administração que introduziu e regulou a emissão dos bilhetes do Tesouro. Em 1840 ascendeu ao Senado representando o Ceará. Ao ser dissolvido o Ministério da maioridade foi novamente encarregado da pasta da Fazenda de 23.3.1841 a 20.1.1843. Em 1844, o governo encarregou-o de ir a Berlim negociar um tratado de comércio e conseguir que o parlamento inglês revogasse a cláusula proibindo o consumo do açúcar produzido por trabalho escravo. Visconde desde 1841, recebeu o título de Marquês em 1854. Em 1862 exerceu a pasta dos Estrangeiros, ocupando depois interinamente a da Fazenda de 8.4.1863 a 15.1.1864. Atuou na chamada Questão Christie, que opôs o Brasil à Grã-Bretanha e foi solucionada por arbitragem internacional.

Obras: Cartas políticas de Americus (1825-1826); A missão especial do Visconde de Abrantes, de outubro de 1844 a outubro de 1846 (1853).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Encontradas apenas duas cartas, de 1860 e 1865, no Museu Paulista e uma carta, de 1843, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

ALBUQUERQUE, Visconde de (Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque)
(Cabo, PE, 21.8.1797 - Rio de Janeiro, RJ, 14.4.1863)
Ministro da Fazenda 3.11.1830 a 5.4.1831; 3.8.1832 a 13.9.1832;
2.05.1846 a 17. 5.1847; 30.5.1862 a 8.4.1863

Filho de capitão-mor, aos dez anos já era cadete. Em 1816 foi ajudante de ordens do governador de Moçambique e três anos depois lente da escola real de pilotos em Macau. Participou do combate à Confederação do Equador. Elegeu-se deputado em várias legislaturas, defendendo sempre a liberdade de imprensa. Exerceu as funções de ministro do Império (1832), da Justiça (1839) e da Marinha (1840, 1844 e 1846), ocupando também a pasta da Fazenda nos períodos de 3.11.1830 a 5.4.1831; 3.8.1832 a 13.9.1832; 2.5.1846 a 17.5.1847 e 30.05.1862 a 8.4.1863. No gabinete de 1846 reorganizou as recebedorias das rendas internas existentes e criou as da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e São Pedro, atual Rio Grande do Sul, com a finalidade de arrecadar tributos, tarefa até então realizada pelas alfândegas.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Nacional

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilmagem, reprodução fotográfica, cinematográfica e de vídeo

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 41

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1829-1892

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: correspondência particular recebida

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: listagem dos documentos

- TIPOS DE DOCUMENTOS: cartas, recibos

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação concentra-se nos anos de 1862 e 1863, período em que o Visconde de Albuquerque ocupou o ministério da Fazenda. Consta indicação de nomes para o preenchimento de funções na administração pública, solicitações de emprego e resolução de problemas de pessoal em geral. Registram-se felicitações por ocasião de sua indicação para ministro da Fazenda em 1862, a questão da inspeção de navios que trazem colonos à bordo (1862), fixação de limites territoriais do Brasil com a Guiana Francesa, comentários sobre o seu desempenho na pasta da Fazenda (1862) e convites para cerimônias.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A documentação do Visconde de Albuquerque integra a coleção Família Cavalcanti de Albuquerque, composta também de papéis de Luís de Holanda Cavalcanti de Albuquerque e Manuel Artur de Holanda de Albuquerque.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu Mariano Procópio

- CONDIÇÕES DE ACESSO: -

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 45

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1819-1862

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: dossiês por períodos e cargos ocupados

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, carta patente, decreto

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Consta basicamente de correspondência sobre assuntos pessoais e políticos, estes tratados em cartas trocadas com diversas personalidades públicas. Abrange os períodos do Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado, versando as administrações do Visconde de Albuquerque na pasta da Fazenda, a Maioridade de Pedro II e deslocamento de tropas para a Corte (1831). Há ainda pedidos de emprego, carta patente de alferes e decreto de nomeação do titular.

ALKMIN, José Maria.
(Bocaiúva, MG, 11.6.1901 - Belo Horizonte, MG, 22.4.1974)
Ministro da Fazenda 1.2.1956 a 24.6.1958

Filho de um pequeno proprietário rural, foi telegrafista até 1925 quando entrou para a Faculdade de Direito em Belo Horizonte e passou a atuar como repórter do Minas Gerais. Diplomou-se em 1929 e em 1932 foi designado fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Eleito para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934, pelo Partido Progressista Mineiro (PPM), em 1935 foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do estado, ocupando em pouco tempo a presidência desse órgão. Em 1939 assumiu a provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e a cátedra de economia política da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Ocupou a Secretaria do Interior e Justiça do Estado de 1936 a 1939, quando passou a se dedicar à Penitenciária de Neves, que havia criado e da qual foi diretor, até 1942. Daí até 1944 atuou como advogado do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, assumindo então a direção da empresa Granjas Reunidas, em Bocaiúva. No ano seguinte participou da fundação do Partido Social Democrático (PSD), pelo qual se elegeu a deputado por Minas à Assembléia Nacional Constituinte e ocupou uma cadeira na Câmara até 1951. Reeleito deputado federal, não assumiu por ter sido empossado secretário de Finanças de Minas pelo governador Juscelino Kubitschek em 1951. Em 1953 foi nomeado diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e membro do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, Sumoc, demitindo-se em 1954, com o suicídio de Vargas. Ministro da Fazenda desde o começo do governo Kubitschek, em 01.02.1956, iniciou sua gestão opondo-se ao plano de reforma cambial herdado do governo Café Filho. O primeiro ano de sua gestão caracterizou-se pelo limitado alcance das medidas antiinflacionárias e o êxito da política de valorização do café. Em 1957 surgiram os primeiros sinais de crise nos preços desse produto e a decisão de reter parte da receita oriunda de sua exportação com vistas à compra do excedente previsto para o ano, levou os cafeicultores a reivindicarem que Alkmin deixasse o Ministério. Em agosto de 1957, sancionou a Lei de Tarifas, aprovada pelo Congresso, barreira protecionista que beneficiou os novos setores industriais. Em outubro negociou empréstimos de 59 milhões de dólares, adiantados pelo FMI e bancos privados norte-americanos. Ainda em 1957 propôs o reatamento das relações comerciais com a União Soviética, tendo em vista a venda do café. Em janeiro de

1958, Alkmin promoveu no Rio de Janeiro a Conferência Internacional do Café que reuniu representantes de quase todos os países do mundo e resultou no Convênio Latino-Americano do Café. Deixou o Ministério da Fazenda em 24.6.1958. Foi deputado federal e vice-líder do PSD na Câmara de 1959 a 1963 quando se uniu à UDN na luta contra as reformas de base, sobretudo a reforma agrária, propostas pelo governo João Goulart. Foi reconduzido à Câmara em 1962. Depois de apoiar o movimento de 1964, foi eleito pelo Congresso nesse ano vice-presidente da República em chapa encabeçada por Castelo Branco. Encerrou seu mandato em marco de 1967. Desse ano até 1970 ocupou a Secretaria de Educação do Estado de Minas, no governo de Israel Pinheiro. Nas eleições de 1970 obteve a primeira suplência na legenda da Arena e em junho de 1973 assumiu pela última vez sua cadeira na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: residência da Sra. Maria Dasdores Fonseca Alkmin, viúva do titular
  endereço: Rua Pernambuco, 1434 - Belo Horizonte - tel. (031) 221-1352

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização da depositária ou de seus filhos, Leonardo Alkmin (tel. (021) 237-4415) e José Maria Alkmin Filho (tel. (031) 221-9411 e 226-9777).

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado. Ocupam oito arquivos de quatro gavetas formato ofício cada, além de pilhas com cerca de 5 metros de comprimento linear.

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado com precisão. Há material de 1932 a 1969

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, cartões, ofícios, memorandos, relatórios, estudos, balanços, listas, fichários, diplomas, discursos, convites, recibos, contratos, escrituras.

sonoros e visuais: fotografias, discos

impressos: recortes de jornais, folhetos, cartões, prospectos

cartográficos: plantas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo cobre toda a vida privada e política de Alkmin, desde seu município natal, Bocaiúva, até o plano nacional. Situa questões eleitorais e partidárias nos níveis municipal, estadual e federal. Contém inúmeras listagens de prefeitos, vice-prefeitos, membros de diretórios partidários etc. Abrange sua gestão na Secretaria do Interior e Justiça de Minas Gerais (1936-1939), envolvendo os negócios da polícia, do Corpo de Bombeiros e principalmente da Penitenciária das Neves, ampliando-se por temas como direito penitenciário e criminologia.

Inclui vastíssima correspondência com deputados, classificada por autor e preenchendo mais de quatro gavetas. Avultam aí os pedidos de nomeações, transferências, promoções e outros de diversa ordem. Auxílios, subvenções e verbas são objeto de contínua atenção.

Os documentos cobrem também sua passagem pela Secretaria de Finanças do estado (1951-1953), abordando a receita e a despesa e a discussão de limites entre Minas e Espírito Santo. Existe volumosa documentação sobre o Banco do Brasil e amplo enfoque da campanha presidencial de 1955, além de detido exame do Congresso e da bancada mineira em particular.

No Ministério da Fazenda (1956-1958), sobresaem questões como a emissão de papel-moeda, a política financeira, o FMI, o sistema bancário, os investimentos estrangeiros, a reforma cambial, política e direito aduaneiro (com menções ao GATT), inflação e custo de vida. Aparecem os problemas da agricultura e pecuária, com grande destaque para o café, suas instituições como o IBC e a Conferência Internacional do Café (1958), e seus impasses como a Marcha da Produção (1957). Surgem as ferrovias, a energia elétrica e nuclear, os minérios e a siderurgia, o comércio exterior, com atenção especial para as relações com a URSS, merecendo referências também a Contadoria Geral da República e o Conselho Nacional de Economia.

Do período seguinte, são tratados a transferência da capital para Brasília, as eleições de 1960, a reforma agrária, o Plano Trienal, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (1963) e a importação de petróleo, trigo e papel (1964). Verifica-se, por fim, o material relativo à Vice-Presidência da República (1964-1967).

A mencionar ainda a vasta correspondência e documentação particulares e de seu escritório de advocacia, além de riquíssima coleção de cartas classificadas por ordem cronológica, por autor e por município mineiro, ao lado de material sobre a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e a empresa Granjas Reunidas. Os cerca de 70 discos de 78 rotações contêm discursos, entrevistas ao rádio, conferências, jingles eleitorais etc.

ALMEIDA, Sebastião Pais de
(Estrela do Sul, MG, 22.11.1912 - Rio de Janeiro, RJ, 19.11.1975)
Ministro da Fazenda 4.6.1959 a 31.1.1961

Filho de banqueiro, aos 16 anos começou a trabalhar com o pai. Em 1933 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e, no ano seguinte, tornou-se diretor financeiro do estabelecimento paterno, que em 1936 passou a se chamar Banco Nacional do Comércio de São Paulo. Bacharelou-se em 1937 e fundou em São Vicente, a primeira fábrica de vidros planos no país — a Companhia de Vidros do Brasil (Covibra) — que mais tarde associou-se a outras duas empresas formando a Vidrobrás Indústrias Reunidas. Em 1947 fundou a Real Transportes Aéreos. Participou em 1948-1949 da comissão de comércio e estudos gerais e da subcomissão bancária vinculadas à Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, que atuou sob a direção de John Abbink e Otávio Gouveia de Bulhões para analisar a situação da economia brasileira e suas possibilidades de desenvolvimento. No governo de Lucas Nogueira Garcez ocupou a presidência do Banco do Estado de São Paulo de maio de 1953 a janeiro de 1954, quando foi nomeado Secretário da Fazenda do governo paulista. Exerceu também interinamente a chefia da Secretaria de Agricultura e em 1954 integrou a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Assumiu a presidência do Banco do Brasil em fevereiro de 1956 ao iniciar-se o governo Kubitschek e, em maio do mesmo ano, tornou-se membro da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Foi ministro da Fazenda interino de 4.6.1959 a 28.7.1959 quando foi efetivado, em substituição a Lucas Lopes, exercendo o cargo até 31.1.1961, ao final daquele governo. Em sua gestão foram criadas a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), além de reatadas no primeiro semestre de 1960 as negociações com o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que haviam sido rompidas no ano anterior por Juscelino. Em outubro de 1962 foi eleito deputado federal pelo PSD de Minas Gerais. Em 1965 foi impedido de candidatar-se ao governo mineiro, sob a acusação de abuso do poder econômico. Teve seu mandato cassado em 1966, retirando-se então da vida pública.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: fazenda da família, em Campinas (SP)

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização da viúva Sra. Diva Pais de Almeida ou da filha Sra. Denise Pais de Almeida (Rua São Bento, 59 / conj. 9A - São Paulo - tel. (011) 36-4218 e 32-0784).

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado. Há documentos no período 1952-1966

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, ofícios, decretos, memorandos
  sonoros e visuais: fotografias, discos, filme
  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O elemento mais saliente da coleção é um conjunto de 235 volumes encadernados de documentos do período 1952-1966, abrangendo matéria referente à presidência do Banespa(1953-1954), à Secretaria de Fazenda de São Paulo (1954-1955), à Comissão do IV Centenário de São Paulo (1954), à presidência do Banco do Brasil (1956-1959) e ao Ministério da Fazenda (1959-1961). Esse conjunto é integrado por correspondência com gerentes e diretores dos bancos que dirigiu, políticos mineiros, o presidente Kubitschek etc, tratando de questões funcionais do serviço público (pedidos, solicitações e providências), de política monetária e financeira, das relações com o FMI, da política cafeeira, da indústria automobilística e de outros temas econômicos e administrativos.

  As fotografias retratam a carreira do titular, os discos contêm discursos seus e o filme registra cenas de sua vida pública.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Considerável parte do arquivo, especialmente a que se referia à vida parlamentar e política de Pais de Almeida, não foi localizada pela família, estando aparentemente perdida. Não foi possível examinar a parte remanescente, tendo as presentes informações sido prestadas pela filha do titular, Sr. Denise Pais de Almeida.

ALVES, Francisco de Paula Rodrigues
(Guaratinguetá, SP, 7.7.1848 - Rio de Janeiro, RJ, 16.1.1919)
Presidente da República 15.11.1902 a 15.11.1906
Ministro da Fazenda 26.11.1891 a 31.8.1892; 15.11.1894 a 20.11.1896

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870 e retornou a Guaratinguetá, sendo eleito vereador por essa cidade. Em pouco tempo foi nomeado juiz de paz, a seguir promotor público e depois juiz municipal de órfãos. Elegeu-se deputado à Assembléia Provincial em 1872, reelegendo-se em outras legislaturas. Em 1885, tornou-se deputado à Assembléia Geral e, dois anos depois, assumiu a presidência da província de São Paulo. Governou apenas um ano e foi para o Rio de Janeiro como deputado geral. Em junho de 1889, com a queda do gabinete conservador de João Alfredo e a subida dos liberais, Rodrigues Alves afastou-se da política. Com a Proclamação da República, elegeu-se deputado por São Paulo à Assembléia Constituinte e à primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional. No governo Floriano Peixoto ocupou a pasta da Fazenda por pouco tempo, de 26.11.1891 a 31.8.1892, quando tentou corrigir a situação financeira criada com o Encilhamento mediante empréstimo externo e criou o imposto de consumo do fumo. Exonerou-se em decorrência dos ataques movidos à sua política de redução do meio circulante. Reelegeu-se senador em 1893 por São Paulo, mas renunciou a seu mandato para ocupar o cargo de ministro da Fazenda pela segunda vez — 15.11.1894 a 20.11.1896. Nesse período, do governo de Prudente de Morais, adotou medidas para execução de um empréstimo interno e resgate do papel-moeda e iniciou as negociações do <u>funding-loan</u> com Londres. Em 1897 foi novamente eleito senador e em 1900 presidente de São Paulo, posto que ocupou até 1902, quando foi eleito presidente da República. Seu governo, iniciado em 15.11.1902, foi movido pela idéia de progresso e desenvolvimento expressa na administração de Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal, que reformou a cidade do Rio de Janeiro, e na campanha sanitarista executada por Osvaldo Cruz. Na área da diplomacia, Rio Branco pôs termo à questão do Acre, anexando-o ao Brasil. Concluiu sua gestão em 15.11.1906. De 1912 a 1916 voltou a governar São Paulo e de 1916 a 1918 retornou ao Senado. Em 1918 foi reeleito presidente da República, mas não tomou posse por já se encontrar bastante enfermo, vindo a falecer pouco depois.

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 992

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1866-1919

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISAS: inventário analítico, índices onosmático e de assuntos

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, certidões, discursos, relatórios, mensagens, ofícios, apontamentos, telegramas, manifestos, memorial. impressos: recortes de jornal

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação do arquivo refere-se essencialmente ao período em que Rodrigues Alves exerceu a presidência da República, tratando da eleição presidencial de 1902, assim como de pleitos estaduais no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Aborda os partidos Republicano e Republicano Conservador em São Paulo. Quanto à economia, contém documentos sobre a lavoura cafeeira, versando sobre exportações e análise do mercado externo, política de preços, estoques, comercialização e valorização do produto, além de tratar da questão das finanças públicas, empréstimos para a União e estados como São Paulo e o funding-loan de 1914.

  Na área externa aborda as relações do Brasil com os EUA e a França, demarcação de fronteiras com o Peru, realização do Congresso Panamericano de 1906, assim como a situação econômica da Alemanha.

  Constam ainda documentos sobre as estradas de ferro brasileiras, o porto de Santos, obras de melhoramento da cidade de São Paulo, reorganização do Tribunal de Contas e abolição da escravatura.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Foi com base nesse arquivo que Afonso Arinos de Melo Franco escreveu o seu livro Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo. (Rio de Janeiro, J.Olympio, 1973,2v.).

  No Museu da República, Coleção Presidentes da República, série Rodrigues Alves, existem duas fotografias do titular e um termo de admissão na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (Rio de Janeiro). Registre-se também, a existência do Museu Rodrigues Alves, em Guaratinguetá (SP).

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de
(Barbacena, MG, 5.9.1870 - Rio de Janeiro, RJ, 1.1.1946)
Ministro da Fazenda 6.9.1917 a 1.11.1918

Filho de advogado e político, diplomou-se em 1891 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Ocupou os cargos de promotor público em Ubá (MG), juiz municipal em Palma (MG) e advogou em Juiz de Fora. Com a eleição de Francisco Sales para a presidência de Minas Gerais foi convidado para a Secretaria de Finanças do Estado, onde executou de 1902 a 1906 uma política de contenção de despesas públicas, de estímulo à produção agropecuária e de redistribuição da tributação, com a criação do imposto sobre o valor das transações comerciais internas. Eleito deputado federal em 1911, integrou a comissão de Finanças, cuja presidência exerceu de 1915 a 1917, e foi relator do orçamento da receita. Foi nomeado, em 6.9.1917, ministro da Fazenda de Venceslau Brás, em substituição a João Pandiá Calógeras. Sua política econômica consistiu em reduzir os déficits do orçamento federal produzidos pelo declínio durante a Primeira Guerra Mundial da principal fonte de receita, o imposto de importação. Reformulou a fiscalização da receita pública e aprovou nova regulamentação referente aos impostos de consumo e de renda. Reteve no país a produção de ouro mediante a compra de todo o metal das companhias de mineração e empenhou-se na política de valorização do café em São Paulo. Deixou o Ministério da Fazenda em 1.11.1918 para se desincompatibilizar e poder se reeleger deputado federal pelo PRM. Na Câmara dos Deputados reassumiu a presidência da comissão de Finanças, na qual permaneceu até 1923, ocupando no ano seguinte a liderança da maioria. Em 1925 foi eleito para o Senado pelo seu Estado e representou o Brasil no Congresso de Finanças, em Londres, e no Congresso Parlamentar realizado em Genebra. Em 1926 foi eleito para a presidência de Minas. Seu governo caracterizou-se, no plano político, pelo congraçamento das várias correntes do PRM e pelo desempenho da bancada mineira na Câmara dos Deputados que estava sob o seu comando, e no plano econômico, pela diminuição das dificuldades orçamentárias do Estado, com o aumento dos rendimentos do Tesouro estadual. Assumiu a presidência da Aliança Liberal, quando lançou em 1929 as candidaturas de Vargas e João Pessoa à Presidência e Vice-Presidência da República. Depois de hesitar algum tempo, apoiou e liderou em seu estado a Revolução de 1930. Em 1932, participou da comissão diretora do recém-criado Partido Social Nacionalista (PSN); em 1933 fundou o Partido Progressista (PP), ocupando a presidência da agremiação até 1936. Foi eleito deputado constituinte pelo PP, em maio de 1933, e em novembro assumiu a presidência

da Constituinte. Promulgada a Constituição Federal de 1934, a Constituinte se transformou em Câmara dos Deputados e Antonio Carlos assumiu automaticamente a presidência da casa. Em outubro de 1934 foi eleito deputado federal pelo PP e confirmado presidente da Câmara, cargo que exerceu nos anos de 1935 e 1936. Assumiu a presidência da República, interinamente, em maio de 1935 quando Vargas viajou ao exterior. Fundou em 1937 o Partido Progressista Democrático de Minas Gerais e nesse mesmo ano fez parte da comissão executiva provisória da União Democrática Brasileira, fundada no Rio de Janeiro para apoiar a candidatura de Armando Sales à presidência da República nas frustradas eleições de 1938. Com o golpe do Estado Novo, afastou-se da política para se dedicar à vida empresarial como presidente do Banco Hipotecário Lar Brasileiro.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 553

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1929-1980

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries correspondência e recortes de jornais

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: guia: CPDOC. Guia dos arquivos CPDOC 1985. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1985, p.95
  inventário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: discursos
  sonoros e visuais: fotografias, cartões postais
  impressos: recortes de jornais, livros, folhetos e títulos de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Os documentos incluem basicamente os pronunciamentos de Antônio Carlos na Câmara dos Deputados (cópias recentemente coletadas pela família), notícias relativas ao seu falecimento e às comemorações do centenário de seu nascimento. O material iconográfico fornece informações descontínuas sobre a trajetória

do titular. Refere-se a Antônio Carlos no Ministério da Fazenda, no governo de Minas Gerais, na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, no exercício interino da presidência da República e ao lado de membros do Partido Progressista Democrático. Constam ainda, entre outras, fotografias do titular com a diretoria da Companhia Sul América de Seguros. O segmento impresso compreende algumas publicações sobre a Revolução de 1930, destacando-se a coleção do Jornal Revolucionário de Barbacena e o discurso de adesão do titular à campanha da Aliança Liberal. Contém ainda mensagens de sua autoria quando presidente de Minas Gerais e obras e seu respeito.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Parte dos documentos textuais originais doados à FGV ainda não se encontra no Cpdoc, estando abertas à consulta apenas as cópias xerox correspondentes.

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de
(Santos, SP, 1775 - São Paulo, SP, 23.2.1844)
Ministro da Fazenda 4.7.1822 a 17.7.1823; 24.7.1840 a 23.3.1841

Doutor em ciências naturais pela Universidade de Coimbra, ao retornar ao Brasil foi nomeado inspetor de minas e matas da capitania de São Paulo. Pouco antes da independência do Brasil, em 4.7.1822, foi nomeado ministro da Fazenda, e encontrando o tesouro público falido, negociou um empréstimo interno para cobrir os gastos públicos. Com a independência, continuou no cargo até 17.7.1823, no gabinete organizado por seu irmão José Bonifácio de Andrada e Silva, e sua administração se destacou por extinguir as preferências e equiparar as taxas sobre a importação de produtos de procedência estrangeira, exceto os da Inglaterra devido a tratado assinado. Criou na Mesa do Consulado uma administração para arrecadação de diversas rendas, proibiu o abuso das emissões e evitou o recurso ao empréstimo externo. Eleito deputado à Constituinte, quando esta foi dissolvida, em 1823, foi preso e deportado para a França. Retornou em 1828, sendo absolvido pelo Tribunal de Apelação. Voltou à Câmara em 1830, quando debateu a questão da extinção do Banco do Brasil, e ainda em 1838, quando defendeu a maioridade de D. Pedro II. Voltou ao ministério da Fazenda no 1º gabinete de D. Pedro II, de 24.7.1840 a 23.3.1841, encontrando crítica a situação financeira do país. Mais uma vez se utilizou de empréstimos, dessa feita no exterior, para suprir a falta de recursos e controlar o déficit público. Deixando o cargo, moveu oposição ao ministério, primeiro na Câmara e depois na Assembléia Provincial de São Paulo. Foi do Conselho do Imperador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Encontrados apenas quatro documentos no Museu Paulista: uma relação nominal de trabalhadores (1811) e um recibo (1812) da Real Fábrica de Ipanema, um texto sobre condições de empréstimo (1822) e instruções para administração de rendas (1823). No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo há uma carta de sua autoria, datada de 1822, ao Príncipe Regente, tratando de problemas econômicos. Documentos existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (lata 325) são do segundo Martim Francisco (1825-1886). Pode ser útil o acesso a artigos como: Cartas andradinas. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 14:51-69, 1890; Afonso de Escragnolle Taunay. Novos documentos andradinos. Anais do Museu Paulista, 10:167-219,1941.

ARANHA, Osvaldo Euclides de Sousa
(Alegrete, RS, 15.2.1894 - Rio de Janeiro, RJ, 27.1.1960)
Ministro da Fazenda 16.11.1931 a 24.7.1934; 16.6.1953 a 24.8.1954

Filho de fazendeiros, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1916. Exerceu a advocacia em Uruguaiana (RS) de 1917 a 1923, quando entrou em contato com o também advogado Getúlio Vargas. Foi subchefe de polícia da região da fronteira, com sede em Alegrete, em 1927, mesmo ano em que começou a lecionar direito internacional na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Ainda em 1927 elegeu-se deputado estadual pelo PRR, mas não assumiu por ter sido chamado a ocupar a vaga de Getúlio Vargas na Câmara Federal, quando este foi para a pasta da Fazenda. Em janeiro de 1928 foi nomeado secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul. Nesse posto, teve um papel decisivo na articulação e no desencadeamento da Revolução de 1930. Com a vitória do movimento, assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores em 5.11.1930, concedendo anistia a todos os civis e militares que haviam se envolvido nos levantes revolucionários. Em 16.11.1931 passou a ocupar também o Ministério da Fazenda, optando por permanecer nessa pasta em 21.12.1931. Exerceu o cargo até 24.7.1934. Ao assumir o Ministério encontrou em fase adiantada as negociações para a consolidação da dívida que resultariam na assinatura do terceiro funding-loan em março de 1932, que incluía todos os programas financeiros e consistia em regularizar o pagamento dos juros dos empréstimos externos que o governo federal havia contraído diretamente. Sua política econômica visava a restauração do crédito exterior e o estabelecimento do equilíbrio orçamentário. Controlou a superprodução do café e da cana-de-açúcar, aplicou uma política protecionista à indústria nacional e deu ênfase à exportação. Deixando o Ministério, ocupou de 1934 a 1937 a Embaixada do Brasil em Washington, onde negociou um tratado de comércio Brasil-EUA, assinado em 1935 e beneficiando a entrada no país de produtos americanos. Foi ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944. Afastou-se do governo, participou da criação da UDN e dedicou-se à advocacia. Em 1947 foi nomeado chefe da delegação do Brasil junto à ONU e representante do país no Conselho de Segurança da organização. No segundo governo Vargas retornou à pasta da Fazenda em 16.6.1953, substituindo Horácio Lafer. Lançou em outubro de 1953 o Plano Aranha, programa de recuperação da economia, essencialmente antinflacionário, que tentava agilizar o mecanismo fazendário e fiscal e adotar uma política orçamentária. Afastou-se da vida pública em 24.8.1954 após o suicídio de Getúlio Vargas. Em 1957 voltou a exercer a chefia da delegação brasileira na Assembléia Geral da Naçọes Unidas.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 83.500

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1856-1960

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Documentos Pessoais, Correspondência, Documentos Oficiais, Produção Intelectual, Trabalhos de Terceiros e Recortes de Jornais.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: guia: CPDOC. Guia dos arquivos CPDOC 1985, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1985, p.62
  inventário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, estudos, pareceres, memorandos
  sonoros e visuais: fotografias, cartões postais, discos, filmes
  impressos: recortes de jornais, livros, folhetos, títulos de jornais e de revistas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Conforme esclareçe o Guia dos arquivos CPDOC 1985, "os documentos permitem a recuperação da trajetória pública e privada de Osvaldo Aranha e fornecem subsídios sobre os principais eventos da política brasileira.

  Do período que ancecede o ano de 1929 destacam-se registros sobre os movimentos revolucionários no Rio Grande do Sul e a Coluna Prestes, existindo algum material relativo aos cargos públicos e aos mandatos legislativos exercidos pelo titular.

  A partir de 1929 a correspondência política adquire maior vulto abordando temas como a Aliança Liberal, as articulações que conduziram à Revolução de 1930, as transformações político-institucionais estabelecidas pelo Governo Provisório e o surgimento das organizações políticas vinculadas ao tenentismo. O arquivo reúne, todavia, poucos elementos sobre a crise mineira de 1933 e a Assembléia Nacional Constituinte de 1934.

Com relação à gestão de Osvaldo Aranha no Ministério da Fazenda, encontram-se numerosos documentos sobre a política comercial e financeira do governo brasileiro, tratando particularmente da comercialização do café, do intercâmbio comercial do produto com outros países e da consolidação da dívida externa brasileira.

O maior volume de registros concentra-se no período de 1934 a 1944 e diz respeito à passagem do titular pelo Ministério das Relações Exteriores e à sua atuação à frente da embaixada do Brasil em Washington. São focalizados, entre outros temas, a Questão do Chaco, a assinatura do tratado comercial com os Estados Unidos (1935), a Missão Sousa Costa (1935), a Conferência de Buenos Aires (1936), a questão do pan-americanismo e as relações do Brasil com os demais países da Amércia Latina e com os Estados Unidos, destacando-se o material relativo à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Quanto à política interna desse período, os documentos apresentam informações detalhadas sobre a Lei de Segurança Nacional, o levante comunista de 1935, o rompimento entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha e a atuação dos integralistas.

Os registros posteriores a 1945 referem-se fundamentalmente à atuação do titular na ONU, às relações do Brasil com a União Soviética, ao fechamento do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil — PCB, às eleições de 1947 e de 1950, à crise militar e ao progressivo enfraquecimento do governo Dutra.

No tocante ao segundo governo Vargas, a maioria dos documentos aborda questões vinculadas à gestão de Osvaldo Aranha na pasta da Fazenda entre 1953 e 1954.

Integra ainda o arquivo material relativo a sucessão presidencial de 1955, e aspectos da política internacional e da política interna norte-americana do final da década de 1950 e à polêmica em torno do reatamento das relações do Brasil com a URSS no mesmo período.

Constam também alguns documentos anteriores ao nascimento do titular que se encontravam incorporados ao arquivo quando da doação ao Cpdoc."

O material sonoro e visual abrange o período de 1922 a 1960 e reflete "a trajetória política de Osvaldo Aranha, apresentando de maneira contínua momentos relevantes de sua atuação. A maior parte do material concentra-se no período de 1930 a 1945 e, em especial, na gestão do titular no Ministério das Relações Exteriores.

Encontram-se ainda cartões-postais do I Congresso Integralista Regional de 1935, realizado em Santa Catarina.

Os filmes (mudos) apresentam aspectos da vida pública de Osvaldo Aranha e uma homenagem póstuma a ele prestada em uma sinagoga do Rio de Janeiro.

Os discos contêm discursos políticos, alguns pronunciados pelo locutor César Ladeira às vésperas da Revolução Constitucionalista de 1932 e durante o movimento, bem como o hino dos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo."

Os documentos impressos refletem "a atuação política do titular e incluem vários discursos e entrevistas, destacando-se A política econômica e financeira (1954), uma coletânea de seus principais pronunciamentos na segunda gestão do Ministério da Fazenda. Existem numerosos registros sobre economia e finanças, desde publicações oficiais do Ministério da Fazenda e relatórios do Banco do Brasil, até trabalhos vinculados a esses temas. O material relativo à política externa é expressivo, compreendendo, entre outros, os relatórios do Ministério das Relações Exteriores e a Coleção de Atos Internacionais. Encontram-se ainda os manifestos-programa da Ação Integralista Brasileira, do Clube 3 de Outubro, os estatutos e regimentos internos da Sociedade Amigos da América, além de diversas homenagens e biografias sobre o titular."

ARARIPE, Tristão de Alencar
(Icó, CE, 7.10.1821 - Rio de Janeiro, RJ, 3.7.1908)
Ministro da Fazenda 22.1.1891 a 4.7.1891

Filho de militar, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1845, tendo feito parte do curso em Olinda. Foi juiz municipal no Ceará, juiz de Direito no Pará, juiz do comércio em Recife, desembargador na Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1875 e do Supremo Tribunal Federal com a reforma da corte na República, tendo se aposentado em 1894. Representou sua província natal em várias legislaturas da Assembléia Geral — 1869 a 1872, 1872 a 1975, 1878, e 1886 a 1889. Presidiu as províncias do Rio Grande do Sul, em 1876, e do Ceará, em 1885. Na República foi ministro da Fazenda no segundo Ministério do Governo Provisório de Deodoro, de 22.1.1891 até 4.7.1891, período final do Encilhamento. Nesse mesmo ano assumiu a pasta do Interior e, interinamente, a do Exterior. Foi sócio honorário e benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
Obras: entre sua vasta bibliografia, destacam-se: História da Província do Ceará (1867); Relações do Império do Brasil: compilação jurídica (1874); Consolidação do Processo Criminal do Brasil (1876); Guerra civil no Rio Grande do Sul (1881); Classificação das leis do processo criminal e civil do Império do Brasil (1884), além de inúmeros artigos sobre história e traduções.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox
- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom
- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 172
- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1814-1910
- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries
- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico, índices onosmático e de assuntos

- TIPOS DE DOCUMENTO: textuais: cartas, ofícios, conferências, apontamentos, títulos, biografias, manifestos, cadernos manuscritos.

  impressos: recortes de jornal, folhetos

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo Alencar Araripe dispõe de diversos documentos sobre a carreira pública do titular: nomeação para juiz no Ceará, nomeação para 2º oficial da Secretaria de Fazenda do Ceará (1852), decreto de remoção da chefia de Polícia do Espírito Santo para a província de Pernambuco (1859).

  Constam processos criminais quando do exercício da chefia de polícia de Pernambuco (1859-1861), documentos sobre a Assembléia Geral Constituinte do Império do Brasil (1823), títulos de nomeação e exoneração de ministro da Fazenda, do Interior, das Relações Exteriores e do Supremo Tribunal Federal (1890-1891). Aborda a Confederação do Equador (1824) envolvendo troca de correspondência sobre a pacificação de Pernambuco. Constam notas sobre a Cabanada (1835-1839), livro manuscrito sobre a introdução de escravos no Pará pela Companhia Geral do Comércio, relação de entradas no Real Erário (1817-1820).

  O arquivo registra inúmeros textos de vários autores sobre a história do Ceará. Constam também, entre os impressos, manifestos ao povo de deputados eleitos à Assembléia Provincial do Ceará (1840) e dos eleitos à Assembléia Geral (1845), documentos sobre a presidência do Ceará (1834-1837), coleção de documentos coligidos por Alencar Araripe sobre a guerra civil no Rio Grande do Sul, além de referências à revolução de 1817 em Pernambuco.

  Merecem ainda menção diversas traduções realizadas por Alencar Araripe de obras sobre Platão e Aristóteles e textos sobre moral e filosofia.

BAEPENDI, Marquês de (Manoel Jacinto Nogueira da Gama)
(São João Del Rei, MG, 8.9.1765 - Rio de Janeiro, RJ, 15.2.1847)
Ministro da Fazenda 17.7.1823 a 10.11.1823; 21.1.1826 a 16.1.1827; 5.4.1831 a 7.4.1831

Filho de pais sem recursos, foi para Lisboa e vivia da cópia de partituras musicais. Matriculou-se na Universidade de Coimbra e depois de ter cursado os dois primeiros anos de medicina foi nomeado em 1791 lente substituto de matemática na Real Academina de Marinha de Lisboa. Em 1801, nomeado inspetor geral das nitreiras e fábricas de pólvora em Minas Gerais, regressou ao Brasil. Monarquista conservador, foi membro do Conselho de Estado, deputado à Assembléia Constituinte de 1823 e ministro da Fazenda de 17.7.1823 a 10.11.1823, deixando o cargo por causa da dissolução da Assembléia. Visconde em 1824, conde em 1825, marquês em 1826, tornou-se senador por Minas Gerais a partir desse mesmo ano. Voltou à pasta da Fazenda em 21.1.1826 a 16.1.1827 e ainda por dois dias em abril de 1831 até a abdicação de D.Pedro I. Chegou à presidência do Senado em 1838. Escreveu sobre temas técnicos, políticos e econômicos e traduziu trabalhos de matemática.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: não localizado

BARBACENA, Marquês de (Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta)
(Mariana, MG, 19.9.1772 - Rio de Janeiro, RJ, 13.6.1841)
Ministro da Fazenda 21.11.1825 a 20.1.1826; 4.12.1829 a 2.10.1830

Filho de militar, sentou praça como cadete e mais tarde, em Lisboa, frequentou o Colégio dos Nobres, a Academia de Marinha e a Academia Militar, indo servir em Angola após concluir o curso. Pediu transferência para o Brasil, sendo enviado para a Bahia, onde se casou com a filha de um próspero homem de negócios. Sem deixar o Exército, onde chegou a marechal, realizou grandes empreendimentos comerciais e agrícolas, e consta que foi quem introduziu o primeiro motor a vapor no Brasil na fazenda de um cunhado. Em 1811 foi um dos fundadores de uma filial do Banco do Brasil em Salvador. Foi eleito deputado à Constituinte em 1823, recebendo o título de Visconde em 1824 e de Marquês em 1826. Foi ministro do Império e da Fazenda de 21.11.1825 a 20.01.1826, senador pela Bahia em 1826 e comandou o Exército brasileiro em 1827 na Guerra da Cisplatina. Tounou-se chefe do gabinete do ministério de 4 de dezembro de 1829, no qual retomou as funções de ministro da Fazenda até 2.10.1830, quando isentou de direitos alfandegários a entrada do ouro e da prata e nomeou uma comissão para organizar o sistema monetário. Conselheiro de Estado em 1830 e senador de 1831 em diante, foi enviado à Inglaterra em 1836 por Feijó para negociar um tratado de comércio. Não foi bem sucedido mas trouxe propostas inglesas para a fundação de bancos e construção e uma estrada de ferro que ligaria o Rio de Janeiro a Minas Gerais.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Nacional
- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilmagem, reprodução fotográfica, cinematográfica e de vídeo.
- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: regular
- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 4.000
- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1796-1862

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: documentação ainda não arranjada disposta em ordem cronológica

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico e relação remetendo à localização da documentação nas caixas

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: correspondência, cartas-patentes, pareceres, petições, ofícios, discursos
  impressos: jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação acompanha o desempenho do Marquês de Barbacena em diversos cargos públicos, tais como: ministro plenipotenciário de D.Pedro I em Londres, senador e comandante do Exército Brasileiro na Revolta da Cisplatina.

  Observam-se as negociações para o reconhecimento do Império brasileiro por Portugal e outros países europeus, o comércio e a extinção do tráfico de escravos, a introdução do barco a vapor no Brasil, projetos de estradas de ferro e a colonização suíça.

  O arquivo situa também a abdicação de D.Pedro I e suas implicações, os discursos do Marquês de Barbacena pronunciados na Assembléia para a reforma da Constituição, assim, como artigos, vários pareceres e projetos.

BARBOSA de Oliveira,Rui
(Salvador, BA, 5.11.1849 - Petrópolis, RJ, 1.3.1923)
Ministro da Fazenda 15.11.1889 a 21.1.1891

Iniciou o curso jurídico na Faculdade de Direito de Recife e graduou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Ainda acadêmico começou a dedicar-se ao jornalismo e ao retornar a sua terra natal em 1872 passou a escrever no Diário da Bahia. Deputado provincial em 1878, no mesmo ano elegeu-se deputado geral, posição que ocupou até o final do Império. Durante esse período participou de comícios e fez campanha em defesa das eleições diretas e da abolição da escravatura, recusando-se a participar do gabinete do Visconde de Ouro Preto. Proclamada a República, ocupou a pasta da Fazenda, de 15.11.1889 a 21.1.1891, imprimindo uma política financeira de orientação fortemente industrialista que se caracterizou pelo abandono do lastro-ouro, por grandes emissões garantidas por apólices do governo para fomentar o comércio e a indústria e pela pluralidade bancária com o poder de emitir. Em sua gestão foi criado o Tribunal de Contas, adotada a cobrança em ouro pelo valor legal de todos os direitos de importação, criadas as delegacias fiscais nos Estados em substituição às Tesourarias das províncias. Foi instituído também o montepio obrigatório dos funcionários do Ministério da Fazenda e reorganizados os serviços do Tesouro Nacional. Demitiu-se do cargo e se elegeu senador pela Bahia em 1891, ocupando a cadeira na Câmara Alta até o final da vida, notabilizando-se pela defesa do federalismo e da separação entre Igreja e Estado. Foi o relator dos projetos de constituição apresentados pela comissão de juristas, modificando-os radicalmente e encaminhando o substitutivo de sua autoria ao Congresso Constituinte. No governo Floriano passou à oposição na tribuna parlamentar e no Jornal do Brasil, de que foi redator-chefe. Por ocasião da Revolta da Armada exilou-se em Buenos Aires e depois em Lisboa e Londres. Retornou ao Brasil em 1895 e de volta ao Senado combateu a política financeira de Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda de Campos Sales (1898-1902). Em 1907 foi nomeado chefe da delegação brasileira à 2a. Conferência de Paz em Haia, onde defendeu o princípio da igualdade das nações. Candidatou-se à presidência da República em 1910, deslanchando a chamada Campanha Civilista com o apoio das situações dominantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia — mas o resultado lhe foi desfavorável. Em 1916 foi designado para representar o Brasil no 1º Centenário do Congresso de Tucumán, na Argentina, onde se pronunciou a favor dos aliados e contra a Alemanha no conflito mundial . Candidatou-se à presidência da República mais uma vez em 1919 e foi vencido

pelo candidato oficial Epitácio Pessoa. Foi eleito em 1921 pelo Conselho da Liga das Nações juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional em Haia, mas não chegou a ser empossado. Sócio fundador da Academia Brasileira de Letra, sucedeu à Machado de Assis na presidência da Casa.

Sua obra completa vem sendo publicada pela Fundação Casa de Rui Barbosa e já alcança cerca de cem volumes.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Fundação Casa de Rui Barbosa

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilme e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 60.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1867-1923

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência Geral (com cerca de 48.000 documentos divididos nas subséries Correspondentes Usuais e Correspondentes Eventuais), Ministério da Fazenda, Causas Jurídicas, Produção Intelectual, Documentos Pessoais, 2a. Conferência da Paz em Haia, Embaixada a Buenos Aires, Miscelânea e Iconografia.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: Fundação Casa de Rui Barbosa. Centro de Documentação. Arquivo Histórico. Arquivo de Rui Barbosa: inventário analítico da série Correspondência Geral. Rio de Janeiro, 1984-1985, 6v.

  Idem. Arquivo de Rui Barbosa: repertório da Série Correspondência Geral. Elab. de Rosely Curi Rondinelli e Alice Ferry de Moraes. Rio de Janeiro, 1983.

  Regina Monteiro Real. Rui Barbosa em Buenos Aires: cinquentenário da Embaixada a Buenos Aires, 1916-1966. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1969.

  Virgínia Cortes de Lacerda e Regina Monteiro Real. Rui Barbosa em Haia: cinquentenário da Segunda Conferência da Paz, 1907-1957. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1957.

Existem também, ainda não publicados, inventários analíticos, índices remissivos e temáticos das Séries Ministério da Fazenda e Causas Jurídicas.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, ofícios, discursos, cartões, mensagens, certidões etc.

  sonoros e visuais: fotografias, cartões postais, estampas, desenhos

  impressos: recortes de jornais, títulos de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo concentra vasto volume de informações sobre a República Velha.

  Em seu aspecto político reúne documentação a respeito de temas como: abolicionismo; montagem do Governo Provisório; elaboração da Carta Constitucional de 1891 e de diversas Constituições estaduais; sucessões presidenciais e respectivos períodos de governo até 1923; política estadual, com destaque para a Bahia e para as ações intervencionistas do governo central; atividades dos partidos políticos como o Liberal, Republicano, Nacional Democrata entre outros. Vale registrar também os documentos alusivos à Revolta da Armada, à Revolução Federalista à Campanha de Canudos e à Revolta da Chibata.

  Com relação ao domínio econômico, a ênfase recai sobre o período em que Rui Barbosa ocupou a pasta da Fazenda (1889-1891). Versa a documentação sobre a condução da política econômico-financeira, as negociações de comércio exterior com os EUA e a Europa, o tratado comercial Brasil-EUA, os empréstimos obtidos pelo Governo Provisório no mercado internacional, o apoio à indústria e à lavoura, a situação do sistema bancário, críticas à política tributária do Império, planos de reformas do Ministério da Fazenda e rendas alfandegárias. Aborda ainda a situação da agricultura nos estados e seus produtos, como a borracha, café etc, a questão das estradas de ferro e a política imigratória.

  Quanto à política externa e as relações internacionais, destaca-se a atuação de Rui Barbosa como embaixador extraordinário, ministro plenipotenciário e delegado do Brasil na 2a. Conferência da Paz de Haia, em 1907, que o arquivo acompanha através dos discursos, trabalhos, teses e correspondência trocada com inúmeras personalidades mundiais. Outro tema diz respeito à participação de Rui Barbosa como representante do governo Brasileiro no 1º Centenário da Indepen

dência da Argentina em 1916. Constam os atos oficiais e sociais, homenagens, entrevistas, discursos e conferências com amplo registro na imprensa brasileira, argentina e de outros países. Ainda no campo internacional, contém o arquivo documentos sobre a 5a. Conferência Panamericana, conflitos entre o Chile e a Bolívia, a Grécia e a Turquia, a Corte de Arbitragem (1913) e a Corte Permanente de Justiça Internacional (1921), a Primeira Guerra Mundial, a fixação de limites territoriais do Brasil com a Bolívia, a Argentina e a Guiana Francesa.

No que tange à carreira jurídica, situa a questão do Código Civil, da reforma judiciária e das inúmeras consultas e causas defendidas por Rui Barbosa, entre as quais: competência das assembléias legislativas, anistia, deserção militar, divórcio-desquite, falências, habeas-corpus, liberdade de imprensa, sociedade anônima e atuação de empresas estrangeiras no Brasil.

A parte iconográfica do arquivo dispõe de uma coleção de 800 contatos sobre a cidade do Rio de Janeiro ao início do século, de autoria do fotógrafo Malta, bem como registros sobre a passagem de Rui Barbosa na Conferência de Paz de Haia, além de fotografias, postais, estampas e desenhos diversos.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilme e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: razoável

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 30

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1875-1949

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, atas, boletins, telegramas, cédulas eleitorais, procurações, discursos.

  impressos: jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: São abordadas as campanhas eleitorais de Rui Barbosa em 1890 ao Senado e em 1910 e 1919 à Presidência da República. Há um documento de 1893 cassando as honras de general-de-brigada concedidas ao titular por "se ter constituído no estrangeiro difamador da pátria e do seu governo". Contam-se também discursos de Rui Barbosa e várias homenagens que lhe foram prestadas, inclusive por ocasião do centenário de seu nascimento.

BARROSO Júnior, Sabino Alves
(Serro, MG, 27.4.1859 - Belo Horizonte, MG, 15.6.1919)
Ministro da Fazenda 2.9.1902 a 15.11.1902; 15.11.1914 a 31.5.1915

Filho de militar, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1884. Voltou à terra natal para exercer a advocacia e logo foi eleito deputado provincial pelo partido conservador para a legislatura de 1884 a 1886. Reeleito até 1889, ocupou a presidência da Assembléia no último ano. Na República, foi eleito para a Constituinte mineira, sendo primeiro secretário da casa. A partir daí foi reeleito sucessivamente até 1898 quando ascendeu ao Senado estadual. No ano seguinte elegeu-se deputado federal e foi líder da bancada na Câmara. Ocupou a pasta da Justiça e Negócios Interiores no governo Campos Sales de 1901 a 1902, e da Fazenda de 2.9.1902 a 15.11.1902, substituindo Joaquim Murtinho. Eleito novamente para a Câmara Federal, foi sucessivamente reeleito, tornando-se seu presidente em 1910. Voltou a assumir a pasta da Fazenda, no governo de Venceslau Brás, de 15.11.1914 a 31.5.1915, quando emitiu letras do Tesouro, conhecidas como Sabinas, para cobrir os déficits de ouro e papel-moeda. Regulamentou a cobrança dos impostos sobre dividendos, salários, vencimentos, transportes e consumo, a arrecadação da taxa de consumo de água e a cobrança do selo sobre faturas ou contas assinadas. Deixou o ministério por motivo de saúde, permanecendo em tratamento na Suíça. Em 1917 voltou à Câmara dos Deputados, reassumindo a presidência da casa.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado.

BATISTA, Homero.
(São Borja, RS, 3.1.1861 - Rio de Janeiro, RJ, 14.11.1924)
Ministro da Fazenda 27.7.1919 a 15.11.1922

Filho de família humilde, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e para custear seus estudos trabalhou como tipógrafo nas folhas Tribuna Liberal e Jornal da Tarde. Terminou seu curso em Recife em 1884. Voltou a São Borja onde exerceu a advocacia e colaborou com periódicos republicanos. No início da República ocupou o cargo de secretário da Fazenda no governo riograndense. Representou seu Estado na Assembléia Constituinte de 1891, continuando seu mandato quando o congresso especial transformou-se em ordinário. Em 1895 retornou a São Borja e à advocacia. Foi para Porto Alegre e fundou com Assis Brasil o periódico A República. Em 1906 foi eleito deputado federal, e, reeleito em 1909 e 1912, só permaneceu na Câmara até 1914 quando renunciou para ocupar a direção do Banco do Brasil, à frente do qual permaneceu por cinco anos. Assumiu o ministério da Fazenda no governo de Epitácio Pessoa, de 27.7.1919 até 15.11.1922. A política por ele implementada caracterizou-se pelo equilíbrio orçamentário e saneamento do meio circulante, só aprovando emissões para fins reprodutivos e de resgate rápido; restabeleceu o fundo de garantia do papel-moeda em circulação, instituído em 1899; criou as Carteiras de Redesconto e de Crédito Agrícola no Banco do Brasil e instituiu a fiscalização bancária; sancionou o Código de Contabilidade Pública em 1922; reorganizou o Tesouro Nacional, criando o cargo de Diretor-Geral do Tesouro; dividiu as Delegacias Fiscais em classes; anexou a Caixa de Conversão à Caixa de Amortização e transferiu o Lloyd Brasileiro do ministério da Fazenda para o ministério da Viação e Obras Públicas.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Sua biblioteca encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, integrada, sem qualquer identificação especial, ao acervo bibliográfico da instituição. Por esse motivo, não foi possível descrevê-la ou quantificá-la, embora seja reconhecida pela riqueza em obras de economia da virada do século XIX. Alguns documentos esparsos de Homero Batista estão recolhidos ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

BERNARDES, Artur da Silva
(Viçosa, MG, 8.8.1875 - Rio de Janeiro, RJ, 23.3.1955)
Presidente da República 15.11.1922 a 15.11.1926

Filho de um português que chegou a ser promotor de Justiça em Minas Gerais, matriculou-se na Faculdade de Direito de Ouro Preto, onde cursou o 1º ano; os dois anos seguintes foram cursados em Belo Horizonte e os dois últimos em São Paulo, onde recebeu o diploma de bacharel em 1900. Exerceu a advocacia em Viçosa até 1904, quando foi eleito vereador pelo distrito de Teixeiras na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1905 era presidente da Câmara Municipal e em 1907 foi para a Assembléia Estadual, ocupando o cargo de primeiro-secretário até 1908. No ano seguinte, por indicação do PRM, foi eleito deputado federal, mas em 1910 interrompeu o mandato para assumir a Secretaria de Finanças de Minas Gerais, no governo de Júlio Bueno Brandão, até setembro de 1914. Nesse cargo introduziu novas modalidades de concessão de empréstimos a longo prazo para os municípios, criou a Caixa Beneficente dos Funcionários do Estado e, através de contatos com os banqueiros Perrier instalou o Banco Hipotecário Agrícola, hoje Banco do Estado de Minas Gerais. Deputado federal de 1915 a 1918, foi presidente da Comissão Especial do Código de Contabilidade. Presidente do Estado de Minas Gerais de 1918 a 1922, sua administração promoveu a garantia do preço e reduziu o imposto de exportação do café, cereais e gado. Barrou os intentos do empresário norte-americano Percival Farquhar, de explorar minério de ferro em Minas Gerais, assumindo uma postura nacionalista. Em 1921 assumiu a direção do PRM, mantendo-se no cargo, com alguns períodos de afastamento, até 1937 quando foi extinta a agremiação. Presidente da República de 1922 a 1926 os dois primeiros anos de seu governo caracterizaram-se por uma inflação que resultava das emissões maciças do governo para contrabalançar a queda das exportações brasileiras. Nos anos 1924-26, uma missão inglesa concluiu que era necessário equilibrar o orçamento da República. Aníbal Freire, ministro da Fazenda, aplicou uma política deflacionária e de contenção de gastos públicos. Em 1927 foi eleito para o Senado Federal pelo PRM, embora só tenha assumido o posto em 1929. Participou do núcleo dirigente de Minas Gerais que apoiou a Revolução de 1930. Foi membro da comissão diretora do Partido Social Nacionalista (PSN) de março de 1932 até maio do mesmo ano, quando a organização foi dissolvida. Participou da Revolução Constitucionalista de julho de 1932, tendo seus direitos políticos cassados por 3 anos. Em 1934 foi anistiado e de 1935 a 1937 ocupou uma cadeira de

deputado federal. Durante o Estado Novo dedicou-se a atividades empresariais. Em agosto de 1945 criou o Partido Republicano (PR), que representou na Constituinte de 1946 e em mandatos de deputado federal de 1946 a 1955. Nesse período final caracterizou-se pela posição nacionalista em defesa das riquezas naturais do país.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Público Mineiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: Vedado à pesquisa por estar em fase de organização

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 23.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: ainda não determinado; sabe-se que há documentos desde 1885 até 1978

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, ofícios, momorandos, manuscritos de publicações, cartões, recibos, apólices, receitas médicas, diplomas, genealogias, discursos, entrevistas, conferências, relatórios

  sonoros e visuais: fotografias, filmes

  impressos: recortes de jornais, livros, folhetos, títulos de jornais e de revistas

  cartográficos: mapas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: o arquivo cobre virtualmente toda trajetória política do titular, abrangendo suas gestões na Secretaria de Finanças de Minas Gerais (1910-1914) e na presidência do estado (1918-1922), detendo-se também no Partido Republicano Mineiro, nas eleições estaduais e no contencioso com a Itabira Iron Company. Estão retrata

das a sucessão de Rodrigues Alves (1918-1919), a atuação da liderança na Câmara (1919-1921) e a questão das chamadas "cartas falsas" lançadas contra a candidatura Bernardes à Presidência da República, esta objeto de ampla cobertura, inclusive em seus aspectos militares. Consta vasto material sobre a Revolução de 1924 e a Coluna Prestes (1925-1926), ao lado de elementos sobre praticamente todos os problemas de governo, como a cafeicultura, a indústria, os transportes, o funcionalismo, a lei de imprensa, o ensino, a revisão constitucional e as relações exteriores, estas últimas ilustradas por abundante correspondência das embaixadas brasileiras.

Estão situadas a Revolução de 1930, a política mineira no período então iniciado, inclusive o chamado Acordo Mineiro de 1932, a Revolução Constitucionalista e o exílio de Bernardes (1932-1934). Do mesmo modo são tratados o Partido Republicano criado em 1945 e a atuação parlamentar de Bernardes entre 1946 e 1955, com destaque para o debate em torno do Plano Salte, do aproveitamento do petróleo boliviano, da propaganda contra os "trustes" e principalmente da campanha do petróleo e contra a internacionalização da Amazônia, em que o titular ocupou posições de liderança.

Os nove filmes, recuperados na Cinemateca de São Paulo, dizem respeito à campanha presidencial de Bernardes, a visitas de dignitários estrangeiros ao Brasil, à posse do presidente de Minas Gerais (1924) e a solenidade com a presença de Kubitschek.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O arquivo Artur Bernardes foi entregue ao Arquivo Público Mineiro por decisão judicial, depois de uma pendência com a Universidade de Campinas, que chegou a microfilmar e iniciar a organização dos papéis a partir de 1977. O arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, segundo declara sua publicação <u>Acervos e coleções</u> (Campinas, s/d, p.3), "possui microfilmes de 80.000 documentos que constituem um dos mais extraordinários acervos para a reconstituição da história republicana brasileira, principalmente sobre a década de 20". Não sabemos a que atribuir a disparidade com o número de documentos indicado pelo Arquivo Público Mineiro.

<u>ARQUIVO II</u>

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 32

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1900-1955

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, requerimentos, decretos, convites, recibos, título.

  sonoros e visuais: fotografias

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Contém documentos sobre sua graduação pela Faculdade de Direito de São Paulo (1900) e convite para a cerimônia de seu casamento (1903). Constam os decretos de nomeação para a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais em 1910 e para a Secretaria do Interior em 1912 durante ausência do titular; títulos, comendas e diplomas diversos concedidos a Artur Bernardes por entidades do Brasil e do exterior; saudação de estudantes portugueses (1927); título de eleitor e carteira de deputado federal por Minas Gerais em 1955. Além de um regimento da Câmara dos Deputados, integram a documentação diversas fotos de Artur Bernardes, entre elas a do titular junto aos reis da Bélgica em visita ao Brasil (1920), ao rei da Itália Umberto de Savóia e uma por ocasião da assinatura da Constituição de 1946.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Compõe a Série Artur Bernardes, integrante da Coleção Presidentes da República.

BORGES, José Inácio
(Recife, PE, 1780 - Rio de Janeiro, RJ, 6.12.1838)
Ministro da Fazenda 7.4.1831 a 16.7.1831

Militar de artilharia, alcançou o posto de marechal-de-campo e foi o último governador da capitania do Rio Grande do Norte, cargo que assumiu em 1816, para ser deposto pelo movimento republicano do ano seguinte. Restaurada a ordem, reassumiu o governo, exercendo-o até 1821. Elegeu-se senador por Pernambuco em 1826 e ascendeu ao Ministério da Fazenda em 7.4.1831, no gabinete que sucedeu à abdicação de D. Pedro I. Apresentou uma proposta de suspensão por cinco anos dos juros e amortização dos empréstimos externos, para aplicar anualmente essas somas no resgate da moeda de cobre. Com a rejeição dessa proposta deixou a Pasta em 16.7.1831, sendo substituído por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Foi ministro do Império e dos Estrangeiros no gabinete de 5.2.1836, sendo depois substituído em ambas as pastas por Antonio Paulino Limpo de Abreu, mais tarde visconde de Abaeté.

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia há uma carta de sua autoria datada de 1836.

BOTELHO, Francisco Chaves de Oliveira
(Montevideu, Uruguai, 19.2.1868 - Resende, RJ, 3.6.1943)
Ministro da Fazenda 17.12.1927 a 24.10.1930

Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia em 1890, transferiu-se para Resende onde iniciou sua carreira política. Foi vereador municipal nessa cidade de 1898 a 1900. Elegeu-se deputado estadual e exerceu o mandato de 1901 a 1905, ocupando a vice-presidência do estado do Rio de Janeiro de 1903 a 1906, na gestão de Nilo Peçanha, e a presidência da Assembléia Legislativa de 1904 a 1905. Deputado federal em 1905, renunciou em maio de 1906 para assumir o governo do estado. Em 1907 foi novamente eleito deputado federal. De 1910 a 1914 ocupou a presidência do estado do Rio de Janeiro, retornando em seguida à Câmara dos Deputados onde foi líder da bancada fluminense, relator dos orçamentos da Agricultura e Viação e membro da Comissão de Finanças. Em 17.12.1927, no governo Washington Luis, assumiu o Ministério da Fazenda, que ocupou até a Revolução de 1930. Durante esse período introduziu modificações na contabilidade pública e referendou a lei sobre prescrição qüinqüenal. Sancionou legislação sobre leilões públicos e sobre obrigações rodoviárias e criou a alfândega de Niterói. Retirou-se da vida política depois de 1930, sendo nomeado oficial de registro de imóveis, posto no qual se aposentou.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

BRÁS Pereira Gomes, Venceslau
(Brasópolis, MG, 26.2.1868 - Itajubá, MG, 15.5.1966)
Presidente da República 15.11.1914 a 15.11.1918

Filho de político e coronel da Guarda Nacional, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1890. Foi promotor público em Jacuí (MG) e advogado e intendente municipal em Monte Santo de Minas. Deputado estadual em Minas de 1892 a 1898, assumiu desse ano até 1902 a Secretaria do Interior do estado no governo de Silviano Brandão. Ocupou uma cadeira de deputado federal de 1903 a 1908 e foi líder da bancada mineira e da maioria no Congresso. Em abril de 1909 assumiu o governo de Minas em substituição a João Pinheiro da Silva, recém-falecido. Em março de 1910 foi eleito vice-presidente na chapa do Marechal Hermes da Fonseca. Eleito presidente da República, assumiu em 15.11.1914, logo depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial, deparando-se com uma economia de reduzida capacidade de importação, o que provocou um aumento da produção da indústria nacional. Para combater a crise econômica o governo emitiu letras do Tesouro, reduziu as despesas públicas, incentivou a implantação de siderúrgicas e a exploração de jazidas de carvão e construiu escolas profissionais para a formação de operários especializados. Para combater a carestia, criou o Comissariado de Alimentação destinado a tabelar os preços dos gêneros de primeira necessidade, fiscalizar os depósitos de mercadorias, estabelecer postos de venda etc. Em outubro de 1917 o Brasil declarou guerra à Alemanha e enviou embarcações e um pequeno corpo médico para o teatro de operações na Europa. Em 15.11.1918, ao concluir seu governo, retirou-se da vida pública até 1929, quando voltou como membro da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em conformidade com a direção do PRM, apoiou a Revolução de 1930. Em fevereiro de 1931 participou da fundação da Legião Mineira, que depois se juntou ao PRM para constituir o Partido Social Nacionalista (PSN) de cuja comissão diretora fez parte. O PSN foi dissolvido em maio de 1932 e, daí até 1947, Venceslau Brás participou indiretamente da vida pública, sem ocupar nenhum cargo político. No campo empresarial, foi presidente da Companhia Industrial Sul Mineira, da Companhia Industrial Força e Luz de Itajubá, da Fábrica de Tecidos Codorna e do Banco de Itajubá.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: residência da Srà. Rúbia Brás, neta do titular
  endereço: Rua Sacopã, 60/301 - Rio de Janeiro -
  tel.: (021) 226-9142. VER OBSERVAÇÃO

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização da depositária

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 2.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado; há documentos de 1882 a 1966

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, rascunhos, escrituras

  sonoros e visuais: cartão postal

  impressos: recortes de jornais e revistas, folhetos

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação, parcela do arquivo original de Venceslau Brás, concentra-se na passagem do titular pela Presidência da República (1914 - 1918), apresentando referências à Primeira Guerra Mundial, como uma minuta de declaração pública sobre a ruptura de relações com a Alemanha e numerosos telegramas de felicitações pelo fim do conflito. Além dos assuntos de governo, a política mineira é objeto de extenso tratamento. A correspondência envolve as principais personalidades da época: Bueno Brandão, Melo Viana, Calógeras, Antônio Carlos, Francisco Sales, Raul Soares, Artur Bernardes, Delfim Moreira, Olegário Maciel, Pinheiro Machado etc. Não só a correspondência passiva, mas parte da ativa pode ser recuperada por meio de dois cadernos de registro de telegramas expedidos pelo titular. Os papéis cobrem também a última fase da República Velha, do final de sua gestão até 1930 e desse ano, já no novo regime, até a década de 1950.

Consta bastante correspondência familiar, especialmente de Venceslau com o pai, assim como noticiários sobre seu falecimento (1966) e rascunhos de discursos e mensagens de sua autoria. Entre os impressos, nota-se o discurso-programa da candidatura à Presidência da República (1913) e relatórios da Companhia Industrial Sul Mineira e do Ban-

co de Itajubá.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A documentação em poder da Sra. Rúbia Brás está com doação prometida ao CPDOC/FGV. Os papéis foram-lhe transmitidos pelo Dr. José de Sousa (Av. Ataulfo de Paiva, 950/402 Rio de Janeiro - tel. (021) 294-2356), filho adotivo de José Brás, filho por sua vez de Venceslau. José de Sousa reteve em seu poder documentos secretos, como telegramas cifrados do período da Presidência, que a família não deseja divulgar, além de outros materiais que perfazem duas malas cheias. Em mãos dos descendentes radicados em Itajubá (MG), há bastante material, que D. Rúbia Brás se propõe a reunir para entregar ao CPDOC. Entre esses familiares, podem ser mencionados o Sr. Mário Brás (tel. (035) 622-0280) e a Sra. Maria de Lourdes Brás (tel. (035) 622-0313). A casa em que Venceslau residiu em Itajubá está sendo transformada em museu. A documentação armazenada na residência de uma filha, Sra. Maria Isabel Brás Marques (Rua Bolivar, 173/701 - Rio de Janeiro - tel. (021) 257-4013), constatou-se há pouco tempo haver sido integralmente destruída pelo cupim.

  OBSERVAÇÃO:

  Em agosto de 1986, quando este trabalho já se achava pronto, a documentação em poder da Sra. Rúbia Brás foi transferida ao CPDOC/FGV, onde permanece fechada à consulta aguardando organização.

BULHÕES Jardim, José Leopoldo de.
(Goiás, GO, 28.9.1856 - Rio de Janeiro, RJ, 25.12.1928)
Ministro da Fazenda 15.11.1902 a 15.11.1906; 14.6.1909 a 15.11.1910

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1880. No ano seguite entrou para a política, sendo eleito deputado à legislatura geral de 1881 a 1884, reeleito à legislatura seguinte e ao Congresso Constituinte Republicano e depois senador por seu Estado (1894-1902). Em 15.11.1902 foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves ministro da Fazenda e nos quatro anos que esteve à frente do ministério conseguiu encerrar seus orçamentos com saldo positivo e reduzir gradativamente a massa de papel-moeda. Sua administração caracterizou-se pela regulamentação do funcionamento e fiscalização das companhias estrangeiras, tendo sido criada a Inspetoria de Seguros do Tesouro Nacional. Reorganizou a Casa da Moeda e as delegacias fiscais nos estados, liquidou o Banco da República do Brasil e aprovou os estatutos do novo Banco do Brasil. Renovou o regulamento de loterias e elaborou o projeto do Código de Contabilidade Pública. De 1907 a 1909 assumiu a Diretoria do Banco do Brasil, voltando a ocupar a pasta da Fazenda no governo de Nilo Peçanha de 14.6.1909 a 15.11.1910. Nesse período realizou grande reforma no ministério e aprovou o regulamento dos concursos para admissão nos cargos da Fazenda. Deixando a pasta, voltou a eleger-se mais duas vezes senador por Goiás e ocupou uma cadeira de 1911 a 1918. Obras: Discursos parlamentares (1882, 1884 e 1885); O meio ciruculante e a abolição dos escravos (1884)

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Augusto de Bulhões, em seu livro Leopoldo de Bulhões, um financista de princípios: 1856-1928 (Rio de Janeiro, Eds. Financeiras, s/d), reproduz, sem indicar a fonte, grande número de documentos de Leopoldo Bulhões, principalmente pronunciamentos parlamentares, artigos de jornal e relatórios oficiais, além de algumas cartas e outros materiais. A maioria dos documentos deve provir dos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado e de jornais e relatórios impressos. As cartas e os outros materiais transcritos pressupoem, entretanto, a existência de um arquivo ou coleção documental, cuja localização não foi possível proceder.

CAFÉ FILHO, João
(Natal, RN, 3.2.1899 - Rio de Janeiro, RJ, 20.2.1970)
Presidente da República 24.8.1954 a 8.11.1955

Filho de funcionário público, foi para Recife em 1917 onde trabalhava como comerciário para custear os estudos na Academia de Ciências Jurídicas e Comerciais, que não concluiu. Prestou concurso para advogado do Tribunal de Justiça de Natal, sendo aprovado. Atuou também como advogado dos trabalhadores individualmente e em sindicatos. Entrou para o jornalismo em 1921 quando fundou o Jornal do Norte. Em 1929 veio para o Rio e trabalhou como redator do jornal A Manhã. Retornou ao Rio Grande do Norte, elegendo-se deputado federal para a legislatura iniciada em 1935, militando na oposição. Em novembro de 1937 se exilou na Argentina após denunciar na tribuna da Câmara a iminência do golpe militar que iria instaurar o Estado Novo. Ao voltar ao Brasil em 1938 dedicou-se a atividades privadas até 1945. Fundou com Ademar de Barros o Partido Republicano Progressista (PRP), sendo eleito pelo Rio Grande do Norte para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Ainda nesse ano o PRP transformou-se em PSP. Em outubro de 1950 foi eleito vice-presidente da República na chapa de Getúlio Vargas. Com o suicídio de Vargas em 24.08.1954 assumiu a presidência da República, tendo de enfrentar uma grave crise financeira que se expressava no crescimento da inflação e do déficit do balanço de pagamentos. Apoiou a política de estabilização monetária proposta por seu ministro da Fazenda, Eugênio Gudin. Ainda em 1955 inaugurou a primeira usina hidrelétrica de Paulo Afonso e baixou a instrução nº 113 da Sumoc, que favoreceu a entrada do capital estrangeiro no país, proporcionando recursos ao processo de industrialização dos anos seguintes. Em novembro de 1955, Café Filho foi hospitalizado, afastando-se de suas atividades políticas. No dia 8 foi substituído por Carlos Luz que manteve o gabinete anterior, mas acabou deposto três dias depois pelo general Lott, ministro da Guerra. O movimento liderado por Lott culminou com a aprovação pelo Congresso Nacional, do impedimento de Carlos Luz, empossando Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, na presidência da República. Dias depois, ao tentar reassumir a presidência, Café Filho foi igualmente declarado impedido. Em 1961, foi nomeado pelo governador Carlos Lacerda ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, onde permaneceu até aposentar-se em 1969. Deixou publicado o livro Do Sindicato ao Catete; memórias políticas e confissões humanas (1966).

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 603

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1899-1964

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Documentos Pessoais, Correspondência, Produção Intelectual, Trabalhos de Terceiros e Recortes de Jornais.

- INTRUMENTOS DE PESQUISA: guia: CPDOC. Guia dos arquivos CPDOC 1985. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1985, p.102

  inventário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: correspondência, relatórios.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais, livro, folhetos, títulos de revistas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Os documentos abrangem basicamente o período de 1945 a 1955 e reúnem informações a respeito da crise político-militar agravada pelo suicídio de Vargas em 1954, destacando-se o possível envolvimento do titular em um golpe articulado pela União Democrática Nacional (UDN). As fotografias se referem às visitas do titular à Suécia e à Iugoslávia em 1951. O material impresso é constituído em sua maioria de publicações do Congresso Nacional que tratam de temas diversos, destacando-se o funcionalismo público, finanças, previdência social, tributação, militares e crédito agrícola. Inclui ainda conferências e discursos do titular.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 86

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1955

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: diplomas, títulos

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: folhetos, álbum de recortes de jornais.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação se compõe de diversos diplomas e títulos conferidos a Café Filho por entidades nacionais e estrangeiras. Consta um álbum de recortes de periódicos registrando a visita de Café Filho a Portugal (1955) e homenagem por sua contribuição à realização do 1º Congresso Nacional da Padroeira do Brasil (1955).

  Quanto ao material iconográfico, consiste de um álbum com 76 fotografias sobre o Congresso Eucarístico Internacional (Rio de Janeiro, 1955) e uma foto de Café Filho com a faixa presidencial.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Compõe a Série Café Filho, integrante da Coleção Presidentes da República.

CALMON du Pin e Almeida Sobrinho, Miguel
(Salvador, BA, 2.5.1912 - Salvador, BA, 7.5.1967)
Ministro da Fazenda 14.9.1962 a 24.1.1963

Filho de banqueiro e político que governou a Bahia de 1924 a 1928, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica da Bahia em 1932. Em 1935 tornou-se diretor da Companhia de Melhoramentos Urbanos da Bahia e chefe da Divisão das Municipalidades, ocupando esse último cargo até 1938. Lecionou na Politécnica da Bahia, tornando-se catedrático da cadeira de materiais de construção em 1940. Nesse ano, foi eleito diretor-presidente do Banco Econômico da Bahia, permanecendo no cargo até 1962. Em 1944, alcançando a diretoria da Associação Comercial da Bahia, presidiu a delegação baiana na I Conferência das Classes Produtoras em Teresópolis. Nos anos de 1948 a 1950 exerceu a presidência daquela associação empresarial. Em 1952 tornou-se diretor da Aliança da Bahia Capitalização e desse ano até 1958 representou o Brasil no Conselho Interamericano do Comércio e Produção. Em 1957 acumulou a presidência da Comissão de Planejamento Econômico, criada pelo governador Antônio Balbino, com a presidência da Companhia de Eletricidade da Bahia (Cotelba). Deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) em 1958, no ano seguinte tornou-se diretor do Banco da Cidade do Rio de Janeiro. Em agosto de 1962, no governo parlamentarista de João Goulart, foi subsecretário do Ministério da Fazenda e a 14 de setembro assumiu interinamente essa pasta, sendo efetivado 4 dias depois. Anunciou um plano de estabilização da moeda e de diminuição do déficit do Tesouro. Criou o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (Coleste) e promoveu a formação da Zona de Livre-Comércio instituída pela Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC). Em 24.1.1963 com a dissolução do ministério em consequência do retorno ao presidencialismo, deixou a pasta e retomou suas atividades como diretor-superintendente do Banco Econômico e como professor de finanças das empresas e organização das indústrias na Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, da qual foi reitor a partir de 1964.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Museu Eugênio Teixeira Leal, do Banco Econômico.

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilme e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: cerca de 3.000 documentos, além de recortes de jornais em número crescente e ainda não computado.

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1917-1986

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: em organização

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, estudos, atas, relatórios, pareceres, projetos, apontamentos, discursos.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo compreende documentos pessoais, inclusive de natureza fiscal e contábil, correspondência particular e discursos. Entre a correspondência, destacam-se cerca de 400 cartas trocadas com seu irmão Inocêncio Marques de Góis Calmon acerca da política baiana e dos negócios da família, em especial a administração do Banco Econômico.

  Cobre sua passagem pela Escola Politécnica da Bahia, primeiro como aluno, depois como professor, reunindo também pesquisas lá desenvolvidas, a atividade profissional como engenheiro e o exercício da reitoria da UFBa nos últimos anos de vida. Abarca a gestão do Banco Econômico, de que foi presidente por muitos anos, retratando as operações efetuadas, a organização da empresa, os aumentos de capital, cobranças etc.

  Abrange sua atuação como deputado federal, congregando discursos, projetos e pareceres, voltados em particular para a economia baiana. No conjunto, sobreleva seu parecer sobre a criação do estado da Guanabara.

  De sua curta passagem pelo Ministério da Fazenda, a coleção reúne estudos econômicos, análises da atuação da SUMOC, atas e relatórios secretos do Conselho de Ministros, projetos de combate à inflação e de reforma bancária, negociações sobre emissão de moeda

para fazer frente ao aumento dos vencimentos do funcionalismo público, empréstimos externos, mercado de câmbio, imposto de renda e muitas exposições de motivos e solicitações recebidas.

Há também uma volumosa série de recortes de jornais sobre sua pessoa, que provém do período em que estava ativo e que permanece em formação, atualizada continuamente até os dias de hoje.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Acha-se no Museu a biblioteca remanescente da de Miguel Calmon, que foi muito destruída por traças, acrescida das bibliotecas do pai, Francisco Marques de Góis Calmon, e do irmão, Inocêncio Marques de Góis Calmon. O Museu possui também moedas, medalhas, mobiliário, objetos, máquinas de escritório, quadros a óleo, gravuras etc.

CALÓGERAS, João Pandiá
(Rio de Janeiro, RJ, 19.06.1870 - Petrópolis, RJ, 21.4.1934)
Ministro da Fazenda 31.5.1915 a 6.9.1917

Filho de engenheiro, formou-se pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1890. No ano seguinte foi nomeado engenheiro do Estado de Minas Gerais e, em 1894, assumiu o cargo de consultor técnico da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado. Deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) de 1897 a 1899, defendeu a redução das tarifas alfandegárias. Retornou à Câmara em 1903 pelo PRM e foi reeleito sucessivamente em 1906, 1909 e 1912. Nesse período se fez presente nos debates sobre a valorização do café, a caixa de conversão, a reforma tributária, a política de transportes, a consolidação das fronteiras, a generalização da instrução pública de nível primário e o problema da mineração, sua especialidade. Integrou a delegação brasileira na III e IV Conferências Pan-Americanas realizadas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, em 1906 e 1910, respectivamente. Em 1914 no governo de Venceslau Brás assumiu o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, onde fixou as bases do crédito agrícola, regulamentou a propriedade das minas e estudou o uso do álcool como sucedâneo da gasolina. Em 31.5.1915, substituiu interinamente o ministro da Fazenda, Sabino Barroso, acumulando as duas pastas. Foi efetivado na da Fazenda e encontrou, em plena Primeira Guerra Mundial, uma grande dívida flutuante, a arrecadação aduaneira reduzida a 1/3, suspensa a cobrança de impostos e paralisados os transportes marítimos. Regularizou a dívida flutuante, reorganizou a Casa da Moeda e assumiu a responsabilidade integral pelo <u>funding-loan</u>. Deixou o ministério em 6.9.1917 e voltou à Câmara Federal em 1918. Integrou a delegação brasileira na Conferência de Paz em Versalhes, assumindo a chefia da mesma com a volta do senador Epitácio Pessoa ao Brasil para assumir a Presidência da República. Permaneceu na Europa e chefiou a missão comercial na Inglaterra em 1919. No governo de Epitácio foi ministro da Guerra de 1919 a 1922, o único civil a ocupar esse cargo na história republicana. Reaparelhou o Exército e enfrentou a revolta do Forte de Copacabana (1922). De 1923 a 1929 afastou-se da política, mas apoiou a Aliança Liberal em 1930. Em 1931 foi nomeado relator do projeto sobre legislação de minas nas comissões legislativas e membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Em 1932 tornou-se presidente da Liga Eleitoral Católica. Foi eleito para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934 pelo Partido Progressista (PP), de Minas Gerais, vindo a falecer durante o mandato. Escreveu, entre outra obras: <u>As minas do</u>

Brasil e sua legislação (1904-1905, 3v.); La politique monétaire du Brésil (1910); Novos rumos econômicos (1912); Rio Branco e a política exterior (1916); A política exterior do Império (1927-1933, 3v.); Problemas de governo (1928); Formação histórica do Brasil (1930); Conceito cristão do trabalho (1932); Problemas de administração (1933).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: residência do Dr. Sérgio Gontijo de Carvalho
  endereço: Rua Itapé-açu, 188 - São Paulo
  tel. (011) 210-2712

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do depositário

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 200

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1891-1944

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, cartões, telegramas, bilhetes, decretos, apontamentos, notas, discursos, demonstrativo, rascunhos.
  impressos: recortes de jornal, título de jornal

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A coleção inclui decretos de nomeação e exoneração dos diferentes cargos públicos exercidos pelo titular, textos de sua autoria sobre problemas econômicos e ampla correspondência com personalidades políticas, entre as quais se destacam o Barão do Rio Branco (1904-1911), Venceslau Brás (1904-1920) e Artur Bernardes (1918-1921). As cartas tratam da política mineira, da situação nacional, de questões econômicas e financeiras, de problemas diplomáticos, além de assuntos históricos e outros temas da produção intelectual de Calógeras, seus livros, direitos autorais etc. Há menção a insubordinações militares, à Revolução de 1932, à Constituinte de 1934 e ao falecimento do titular. Um bom número de cartas de 1934 compreende a correspondência entre Antônio Gontijo de Carvalho e os colaboradores da poliantéia Pandiá Calógeras na opinião de seus contemporâneos.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A documentação pertenceu ao pai do depositário, o falecido Antônio Gontijo de Carvalho, amigo e biógrafo de Calógeras. Seu atual guardião declarou possuir outros documentos desse arquivo, que não tem no momento condições de examinar, localizar ou exibir. O livro Pandiá Calógeras na opinião de seus contemporâneos (São Paulo, 1934), organizado por Antônio Gontijo de Carvalho, Roberto Simonsen e outros, reproduz peças do arquivo do homenageado, entre cartas, circulares, manifestos, diário e textos históricos. O prefaciador da biografia escrita pelo mesmo Antônio Gontijo de Carvalho (Calógeras. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935) declara ser o autor "senhor da maior parte da biblioteca que pertenceu a Calógeras e de sua monumental correspondência e fichário" (p.11). Como o material aqui arrolado não corresponde a esse qualificativo, é de se supor que muito haja a localizar. No Museu Paulista, encontra-se de Calógeras um texto datilografado de 1925 denominado "A política".

CÂMARA, Mário Leopoldo Pereira da
(Natal, RN, 3.9.1891 - Rio de Janeiro, RJ, 31.12.1967)
Ministro da Fazenda 11.10.1955 a 31.1.1956

Filho de político que foi deputado e vice-governador do Rio Grande do Norte, cursou a Faculdade de Direito de Recife, formando-se em 1911. Em 1910 ingressou no Ministério da Fazenda, como auxiliar de escriturário diarista, começando aí sua carreira de contínua ascensão funcional. Em 1925 era oficial de gabinete do ministro da Fazenda, no Rio, e dois anos depois procurador da Fazenda. Em 1931 foi designado assessor técnico de Gatúlio Vargas e em 1933 foi eleito suplente de deputado federal à Assembléia Nacional Constituinte. Nesse mesmo ano foi nomeado interventor no Rio Grande do Norte, permanecendo no cargo até 1935. Retornou então ao Ministério da Fazenda como procurador e em 1937 foi nomeado delegado do Tesouro em Londres. Em 1942 foi transferido para a Delegacia do Tesouro em Nova Iorque, assinando vários contratos de empréstimos para o Brasil. Voltou ao país em 1954 para exercer a função de sub-chefe da Casa Civil no governo Café Filho. Em 11.10.1955 foi nomeado ministro da Fazenda. Depois de atravessar a crise de novembro de 1955, que redundou no impedimento de Café Filho e Carlos Luz, continuou na pasta no curto governo de Nereu Ramos, deixando o Ministério em 31.1.1956 quando Kubitschek assumiu a presidência. Antes de abandonar o serviço público, foi vice-presidente da comissão que reestruturou a Rede Ferroviária Federal em 1957. Foi diretor da Willys Overland do Brasil até 1965, quando se deu a fusão da empresa com a Ford do Brasil.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: não localizado

CAMPISTA, David Moretzsohn

(Rio de Janeiro, RJ, 22.1.1863 - Copenhague, Dinamarca, 12.10.1911)

Ministro da Fazenda 15.11.1906 a 14.6.1909

Filho de comerciante, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883. Fez sua carreira política em Minas Gerais a partir da nomeação para promotor público em Rio Preto assim que se formou. Propagandista republicano, com a mudança do regime foi prefeito municipal de Rio Preto de 1891 a 1892, quando se elegeu deputado à Assembléia Constituinte Mineira. Depois, deputado à primeira legislatura ordinária do estado, foi chamado a ocupar a Secretaria de Agricultura e Obras Públicas na presidência de Afonso Pena em Minas em 1893. No governo Bias Fortes (1894-1898) foi superintendente do Serviço de Emigração na Europa. Retornou ao Brasil e assumiu a Secretaria de Finanças de Minas Gerais na administração Silviano Brandão, de 1898 a 1902. Eleito para a Câmara dos Deputados em 1903, foi indicado para a Comissão de Finanças. Assumiu o ministério da Fazenda no governo de Afonso Pena, de 15.11.1906 a 14.6.1909, e na sua gestão criou a Caixa de Conversão para a qual foram transferidos os fundos de resgate e de garantia do papel-moeda instituídos em 1899; cunhou moedas de prata; sancionou o decreto legislativo definindo a letra de câmbio e a nota promissória; regulou as operações cambiais; autorizou empréstimo para cobrir as despesas com os serviços de água da capital da República e construção de vias férreas; autorizou a emissão de apólices para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Depois de chegar a ser cogitado como candidato à Presidência da República, deixou o ministério com a morte de Afonso Pena e foi nomeado representante diplomático do Brasil na Dinamarca, onde faleceu. Foi professor de economia política e direito público constitucional na Faculdade de Direito de Minas Gerais.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Antônio Gontijo de Carvalho, em seu livro Uma conspiração contra a inteligência; vida e obra de David Campista (Rio de Janeiro, Artenova, 1968?), aponta como fontes do trabalho os anais legislativos, a imprensa, as entrevistas com familiares e as cartas e documentos privados. Sobre a correspondência de David Campista, afirma que "o material de que disponho é parco. Inédito, todo ele do arquivo do Conselheiro Afonso Pena" (p.93), e transcreve ao

final cartas deste último e de Venceslau Brás sobre a candidatura presidencial do biografado (p.128-143). Na residência de Sérgio Gontijo de Carvalho (Rua Itapé-açu, 188 - São Paulo - tel. (011) 210-2712), embora possam haver mais documentos de David Campista, pude encontrar apenas um esboço manuscrito, com cerca de 100 páginas, denominado "Preleções de direito público", datado de 1900. Os parentes do titular procurados, nada sabiam de seu arquivo. Um neto, Sr. Celso Campista (tel. (021) 259-7417), que não tive oportunidade de contatar, pode possuir algum material.

CAMPOS, Bernardino José de
(Pouso Alegre, MG, 6.9.1841 - São Paulo, SP, 18.1.1915)
Ministro da Fazenda 20.11.1896 a 15.11.1898

Foi ainda moço para Campinas e cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1863. Instalou-se na cidade de Amparo (SP), onde exerceu a profissão. Iniciou sua carreira política como deputado provincial pelo Partido Republicano, de 1887 a 1889. Com a proclamação da República foi nomeado chefe de polícia de São Paulo em 16.11.1889, no governo do triunvirato formado por Prudente de Morais, Francisco Rangel Pestana e Coronel Joaquim de Sousa Mursa. Deputado à Constituinte de 1891 participou da Comissão dos 21 que deu parecer sobre o projeto de Constituição. Na 1a. legislatura foi eleito presidente da Câmara dos Deputados após a renúncia de Mota Machado. Foi presidente de São Paulo de 1892 a 1896. Eleito senador em julho de 1896, renunciou em novembro seguinte para assumir, no dia 20, a pasta da Fazenda, que exerceu durante a interinidade do vice-presidente Manuel Vitorino Pereira e o restante do governo de Prudente de Morais, até 15.11.1898. Ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1900 a 1902 e voltou ao governo de São Paulo de 1902 a 1904. Levantada a sua candidatura à presidência da República, em 1906, foi alvo de tremenda oposição da corrente que sustentava o nome de Afonso Pena. Em 1910 foi um dos chefes da Campanha Civilista.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Segundo informação do historiador Célio Debes, José Maria dos Santos, escreveu o seu volume Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: subsídios para a história da República (Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1960), tomando por base o arquivo do político paulista, que a família cedeu com esse fim. A obra, inacabada e publicada postumamente, não menciona tal arquivo. Por outro lado, não foi possível localizar a família, embora tenha me cientificado de que uma descendente, D. Celina Araújo, falecida, residiu na Av. Paulista, 648/709, São Paulo, tel. (011) 288-6796.

  A historiadora Ana Maria de Almeida Camargo, do Arquivo Público de Rio Claro (SP), iniciou uma pesquisa sobre o personagem, mas limitou-se a relacionar artigos de jornal de sua autoria. No Museu Paulista foram encontrados nove documentos de Bernardino Campos, entre ofícios, cartas e mensagens do período 1891-1908. O Museu Histórico e Pedagógico Bernardino Campos em Amparo (SP), possui apenas três memorandos, um rascunho de discurso e cerca de dez fotos de seu patrono.

CAMPOS, Martinho Álvares da Silva
(Pitangui, MG, 21.11.1816 - Caxambu, MG, 29.03.1887)
Ministro da Fazenda 20.1.1882 a 3.7.1882

Filho de fazendeiros, doutorou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1838 mas não clinicou, dedicando-se à administração de suas terras e posteriormente à política. Em 1857 candidatou-se a deputado geral pelo Partido Liberal, sendo eleito sucessivamente até 1881, com interrupção de 1869 a 1872. Foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro em 1881, exercendo a função por pouco tempo. Senador em 1882, assumiu a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda em 20 de janeiro do mesmo ano, permanecendo nos cargos até 3.7.1882. Nesse curto período, seu programa econômico destacou-se por tentar melhorar a situação cambial e reduzir a dívida pública. Em 1887 o Imperador nomeou-o para o Conselho de Estado.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Encontrados apenas um ofício e uma autorização de 1882 no Museu Paulista.

CARAVELAS, Segundo Visconde de (Manuel Alves Branco)
(Bahia, 7.6.1797 - Niterói, RJ, 13.7.1855)
Ministro da Fazenda 16.5.1837 a 19.9.1837; 1.9.1839 a 18.5.1840;
2.2.1844 a 2.5.1846; 22.5.1847 a 8.3.1848

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, também estudou ciências naturais e matemática. No Brasil foi nomeado juiz de fora de Santo Amaro (BA), de onde foi removido para o Rio de Janeiro. Eleito deputado à 2a. legislatura, apresentou vários projetos sobre o poder judiciário e o sistema eleitoral, sobre a plena liberdade de consciência e a federação monárquica. Em 1832 foi designado contador geral do Tesouro Público Nacional, quando elaborou regulamentos de contabilidade e as primeiras instruções para a escrituração por partidas dobradas. Deixou o cargo para ocupar a pasta da Justiça no último gabinete da Regência Trina (1831-1835) e, interinamente, a pasta dos Estrangeiros, tornando-se efetivo no gabinete Feijó (1835-1837). Nessa função fez um acordo com a Inglaterra para a repressão do tráfico de escravos. Ocupou uma cadeira no Senado. Assumiu o ministério da Fazenda nos períodos de 16.5.1837 a 19.9.1837, de 1.9.1839 a 18.5.1840, de 2.2.1844 a 2.5.1846 e de 22.5.1847 a 8.3.1848. Nas diversas administrações destacaram-se a iniciativa da criação de um fundo de garantia em ouro ao lado do resgate do papel, medida esta apenas executada por Joaquim Murtinho em 1899; a reforma do Ministério da Fazenda; a regulamentação da extração das loterias em todo o Império; a implantação da tarifa para as alfândegas, conhecidas como tarifas Alves Branco, primeira medida protecionista da indústria nacional; a cobrança do imposto sobre ordenados; e a sugestão de criação de um Tribunal de Contas, só concretizada no período de Rui Barbosa, em 1890. Foi ainda ministro da Justiça em 1844 e do Império em 1837, 1845 e 1847. Em 1847, quando foi criada a presidência do Conselho de Ministros, foi convidado a exercer essa função e a organizar o gabinete de 22 de maio de 1847, do qual participou também como ministro da Fazenda.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilme e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: documentos restaurados

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 17

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1824-1847

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: títulos e alvarás

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Consta a coleção de títulos e alvarás de nomeação de Alves Branco para diversos cargos, como provedor de capelas e resíduos da Bahia, juiz de fora do Rio de Janeiro, contador geral do Tesouro Público Nacional e desembargador da relação de Pernambuco.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O historiador Pinto de Aguiar — tel: (021) 239-4879 e 239-4029 — possui o inventário do segundo visconde de Caravelas, encontrado num cartório de Niterói. O documento relaciona a biblioteca do estadista, com cerca de 800 volumes, vastíssima para a época.

CARAVELAS, Terceiro Visconde de (Carlos Carneiro de Campos)
(Bahia, 1.11.1805 - Rio de Janeiro, RJ, 28.4.1878)
Ministro da Fazenda 31.8.1864 a 12.5.1865

Frequentou a Escola Militar por dois anos e após dar baixa foi para Paris estudar na Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1827. Foi nomeado lente na academia de direito de São Paulo, e depois diretor. Entrou para a política como deputado à Assembléia Provincial da Bahia, foi deputado geral e senador em 1857. Ocupou a diretoria do Banco do Brasil e a Inspetoria Geral do Tesouro Nacional. Presidiu por três vezes a província de Minas Gerais e serviu em três gabinetes, ocupando as pastas dos Negócios Estrangeiros (1862 e 1873-1875) e da Fazenda (31.8.1864 a 12.5.1865). Nessa última colocou em vigor importantes medidas financeiras, como a reforma da legislação hipotecária, a elevação ao triplo do fundo disponível do Banco do Brasil, o estabelecimento das bases das sociedades de crédito real, o curso forçado por tempo determinado dos bilhetes do Banco do Brasil e a regulamentação da emissão de bilhetes e outros títulos ao portador. A Guerra do Paraguai obrigou o governo a emitir sucessivamente, contrariando sua orientação. Escreveu A Crise Comercial de Setembro de 1864, seguida de atos do Ministério da Fazenda que lhe são relativos (1865).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 41

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1833-1876

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico, índices onosmático e de assuntos

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: ofícios, cartas, diplomas, portarias e discurso

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Contém a documentação decreto de exoneração do cargo de Ministro da Fazenda (1865); ofício confidencial sobre reunião do Conselho de Estado para resolver as atribuições de regência na ausência do Imperador (1871); ofício sobre a exoneração do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1875).

  De 1833 constam os estatutos da Ordem da Casa Ducal de Saxe-Ernestine e de 1874 ofício sobre o encouraçado argentino "Los Andes" em construção em Londres.

  Integra a coleção um conjunto de concessões de licença para a aceitação de condecorações. Incluiu ainda projeto de lei sobre abusos dos ministros dos cultos, recurso à Coroa e beneplácito.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: No Museu Paulista foram encontrados, de Carlos Carneiro de Campos, um bilhete e três cartas, do período 1864-1875.

CARRÃO, João da Silva
(Curitiba, PR, 14.5.1814 - Rio de Janeiro, 4.6.1888)
Ministro da Fazenda 7.3.1866 a 3.8.1866

Bacharelou-se em direito pela Faculdade de São Paulo em 1838, e no mesmo ano fez um concurso para professor substituto da faculdade. Foi deputado à Assembléia Provincial em várias legislaturas desde 1841, deputado geral da 5a. legislatura até 1879, quando passou a senador. Presidiu as províncias do Pará (1857-1858) e de São Paulo (1865-1866) e foi ministro da fazenda de 7.3.1866 a 3.8.1866. Durante sua gestão na pasta liquidou a carteira emissora do Banco Brasil, comprou-lhe o lastro metálico e substituiu as notas bancárias pelas do Tesouro. Ainda em 1866 foi professor catedrático da cadeira de economia política da Faculdade de Direito de São Paulo.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

CARVALHO, José Pedro Dias de
(Mariana, MG, 16.7.1805 - Rio de Janeiro, RJ, 26.7.1881)
Ministro da Fazenda 14.5.1848 a 31.5.1848; 24.5.1862 a 30.05.1862; 15.1.1864 a 31.8.1864; 12.5.1865 a 4.3.1866

Aos quinze anos estudava latim e substituiu seu mestre por um ano. Foi deputado geral de 1834 a 1842. Comprometeu-se na Revolução de 1842 em Minas Gerais como secretário de governo, tendo sido preso e processado. Retornou à Câmara dos Deputados de 1845 a 1848, governou seu estado (1848) e foi ministro da Fazenda por poucos dias em maio de 1848. Ocupou o Ministério do Império no gabinete de 31 de maio daquele ano. Presidente do Banco do Brasil de 1854 a 1857 e senador nesse último ano, voltou ao Ministério da Fazenda de 24.5.1862 a 30.05.1862, de 15.1.1864 a 31.8.1864 e de 12.5.1865 a 4.3.1866. No último período, regulamentou o processo de habilitação para as pensões de montepio e meio soldo. Foi um dos chefes do Partido Liberal e pertenceu ao Conselho do Imperador e ao Conselho de Estado (1876). Foi veador da Casa Imperial e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

CAVALCANTI de Brito, Amaro
(Caicó, RN, 15.8.1849 - Rio de Janeiro, RJ, 28.1.1922)
Ministro da Fazenda 15.11.1918 a 17.1.1919

Filho de professor, estudou nos EUA na Albany Law School de Nova York, recebendo o diploma em 1881. No Rio de Janeiro prestou exame de suficiência sendo habilitado para exercer a advocacia. Elegeu-se deputado à Assembléia Geral em 1884. Proclamada a República, foi nomeado vice-governador do Ceará, sendo eleito, pouco depois, senador ao Congresso Constituinte e à 1a. legislatura (1891-1893). Ministro plenipotenciário do Brasil no Paraguai (1893-1894), representou ainda o seu estado na 3a. legislatura iniciada em 1897. Nesse mesmo ano renunciou por ter sido nomeado ministro da Justiça no governo de Prudente de Morais, cargo que exerceu até 1898. Foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1905-1906), membro da comissão parlamentar do projeto do Código Civil, delegado do Governo na 3a. Conferência Pan-Americana, reunida no Rio de Janeiro em 1906, ministro do Supremo Tribunal Federal (1906-1914), delegado do Brasil na Conferência Financeira Pan-Americana, em Washington (1914), prefeito do Distrito Federal (1917-1918), membro do Tribunal Arbitral de Haia como representante do Brasil (1918). Delfim Moreira ao assumir a presidência da República, em 1918, confirmou o convite que havia sido feito por Rodrigues Alves e nomeou-o ministro da Fazenda e interino da Justiça, funções que exerceu de 15.11.1918 a 17.1.1919, quando foi substituído na pasta da Fazenda por João Ribeiro de Oliveira e Sousa. Escreveu inúmeras obras, entre as quais: <u>Finances du Brésil</u> (1889), <u>Resenha financeira do ex-Império do Brasil em 1889</u> (1890), <u>A reforma monetária. Projetos números 3 e 27 do Senado</u> (1891), <u>O meio circulante nacional</u> (1893), <u>Elementos de finanças. Estudo teórico e prático</u> (1896), <u>Ministério da Justiça e Negócios Interiores: notícia histórica dos serviços, instituições e estabelecimentos pertencentes a esta repartição</u> (1898), <u>Regimen federativo e a República brasileira</u> (1900), <u>Sobre a unidade do direito processual</u> (1901), <u>Taxas protetoras das tarifas aduaneiras</u> (1903).

<u>ARQUIVO I</u>

- LOCALIZAÇÃO: residência do Embaixador José Carlos Cavalcanti Linhares, neto do titular

endereço: Rua Paula Freitas, 44/302 - Rio de Janeiro
tel. (021) 257-2735

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante acordo com o depositário

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: em geral bom mas com alguns documentos deteriorados, rasgados ou atacados por traças

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 1.500

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1880-1949

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: semi-organizado, de modo incipiente, por assunto; alguns documentos manuscritos possuem transcrição datilográfica.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, estudos, notas, diários, relatórios, dossiês, decretos, diplomas, requerimentos, certidões, atestados.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais, relatórios

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Compõe-se de escritos de Amaro Cavalcanti e documentos sobre o golpe de novembro de 1891 e a renúncia de Deodoro, documentação sobre a Revolta da Armada e o estado de sítio em 1893 e notas políticas de sua autoria sobre o período 1891-1897.

  Há abundante material sobre a missão especial do titular ao Paraguai em 1893-1894 com a finalidade de dissuadir mediante pagamento em dinheiro uma terceira candidatura à Presidência daquele país, capaz de favorecer, se vingasse, as forças pró-argentinas que se defrontavam com a corrente pró-brasileira. O dossiê inclui ampla correspondência com Floriano e outras autoridades (dotada em índice) e volumosa documentação com que Amaro Cavalcanti se defendeu em 1917 da acusação de ter-se apropriado indebitamente dos valores que manipulou na ocasião.

  Consta também dossiê de sua passagem pelo Ministério da Justiça de Prudente de Morais (1897-1898) abrangendo vasta correspondência com o Presidente e documentação sobre o atentado de 1898 contra Prudente, que tirou a vida do Ministro da Guerra.

  Registra-se material do período em que chefiou a Consultoria Jurídica do Itamarati (1905-1906), o decreto de nomeação para a Conferência Financeira de Washington (1914) e documentário sobre sua gestão na Prefeitura do Distrito Federal (1917-1918).

A correspondência espalhada pelo arquivo inclui, além das já mencionadas, cartas de Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Campos Sales e muitos outros políticos da época.

Existem cadernos de notas literárias, de pensamentos políticos, filosóficos e sociológicos e escritos sobre direito internacional, direito administrativo, direito privado etc, de autoria do titular, além de transcrições de textos de autores estrangeiros.

Ocorre igualmente muito material de caráter pessoal, relativo ao curso na Albany Law School, decretos de nomeação, requerimentos, certidões, atestados, diplomas, correspondência familiar, notas pessoais, dados biográficos e dois diários, além de uma pasta sobre o centenário de nascimento de Amaro Cavalcanti em 1949.

Integram o acervo coleções de recortes de jornais com artigos de Rui Barbosa, matéria sobre o governo Prudente de Morais e temas de direito.

Entre os impressos, destaca-se um relatório sobre a educação no Ceará, de 1881, e um sobre a situação política, de 1893.

Sobressaem igualmente dois belíssimos álbuns de fotografias de Malta com imagens do Rio de Janeiro e de obras realizadas por Amaro Cavalcanti na Prefeitura.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O depositário do arquivo, Embaixador José Carlos Cavalcanti Linhares, é no momento consul-geral do Brasil em Madri (Embaixada do Brasil, Fernando el Santo, 6 - Madrid). O depositário guarda ainda cerca de 50 volumes remanescentes da biblioteca de Amaro Cavalcanti.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 154

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1892-1918

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico, índice onosmático e de assuntos.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: decretos, ofícios, quadros demonstrativos, cartas, memorial, projetos, biografias, contratos, artigos.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A maioria da documentação de Amaro Cavalcanti refere-se ao período em que o titular ocupou os cargos de prefeito do Distrito Federal (1917-1918) e de ministro do Supremo Tribunal Federal (1906-1914). Inclui relatório de atividades de sua gestão na prefeitura e das obras que realizou. Situa as medidas tomadas visando a melhoria do servidor público, o apoio ao setor educacional, os transportes, o calçamento, a agricultura, a arrecadação do imposto territorial. Constam encargos de pagamento da Prefeitura do Rio de Janeiro de 1909 a 1915 e em 1916, quadro de receita e despesa da cidade em 1915 e documentos sobre o movimento financeiro do município e do país, envolvendo a questão da dívida externa, abertura de crédiditos, empréstimos e relação de bancos credores da prefeitura em 1917. Registra também o arquivo projetos sobre a reforma do plano de orçamento da República, reconversão das apólices de 1890 e emissões de bancos regionais, quadro geral do papel moeda em circulação, dos valores da taxa cambial e do aumento da população brasileira no período 1889-1913.

Quanto à exportação de café, borracha, mate, couro e outros produtos, consta relatório de Pandiá Calógeras (1908-1914), além de quadros gerais do desempenho do comércio exterior (1914), da produção fabril (1911-1913) e do movimento bancário (1915).

A documentação reúne ainda artigo de Amaro Cavalcanti sobre o imposto de exportação (1918), textos sobre a quebra do padrão monetário e pronunciamento à população sobre a carestia dos gêneros.

CORREIA, Inocêncio Serzedelo
(Belém, PA, 16.6.1858 - Rio de Janeiro, RJ, 5.6.1932)
Ministro da Fazenda 31.8.1892 a 30.4.1893

Ingressou na Escola Militar onde concluiu o curso de Estado-Maior de Primeira Classe. Abolicionista extremado, aderiu ao movimento republicano. Na República foi governador do Paraná (1890), deputado à Constituinte de 1891 pelo Pará e ocupou as pastas das Relações Exteriores, da Indústria, Viação e Obras Públicas e da Fazenda, de 31.8.1892 a 30.04.1893 durante o governo de Floriano Peixoto. Nessa última administração destacaram-se a fusão dos bancos da República e do Brasil sob a denominação de Banco da República do Brasil, autorizado e emitir bônus ao portador, a instalação do Tribunal de Contas e a implantação no Ministério da Fazenda da primeira reforma administrativa da República. Afastou-se da política e passou a lecionar na Escola Militar até a Revolta da Armada (setembro de 1893), quando foi dado como suspeito e preso, pedindo então demissão do Exército. Logo depois de terminado o movimento foi eleito em 1894 deputado pelo Distrito Federal e, a partir de 1897, representou seu estado em três legislaturas sucessivas, sendo indicado para relator do orçamento pelos seus conhecimentos de economia e finanças. Em 1900 a Câmara votou sua reversão ao Exército e a restituição do seu posto de lente da Escola Militar. Elegeu-se deputado por Mato Grosso, em 1906. No governo Nilo Peçanha, ocupava a direção da Estatística Comercial quando foi convidado para prefeito do Distrito Federal, cargo que exerceu de 1909 a 1910. Voltou à Câmara em 1912, pela última vez, representando o Pará. Foi catedrático de economia política na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Morreu como general-de-divisão. Entre suas obras destacam-se: <u>O problema econômico no Brasil em 1903</u> (1903) e <u>Discurso sobre a Caixa de Conversão</u> (1906).

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Museu Serzedelo Correia, do Tribunal de Contas do Estado do Pará

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do Presidente do Tribunal, no momento o Conselheiro Sebastião Santos de Santana. Outros conselheiros, como Elias Naif Daibes Hamouche e Eva Andersen Pinheiro, podem igualmente encaminhar a autorização.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 47

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1878-1972

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: duas séries de documentos, uma doada por Armando Serzedelo Correia e outra por Clóvis Silva de Morais Rego.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário publicado na Revista do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Belém, 14(25):208-17, 1984, edição especial. Todo o volume refere-se a Serzedelo Correia e às homenagens que lhe foram prestadas por ocasião do cinquentenário de seu falecimento.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: decretos, ofícios, certidões, cartas-patentes, portarias, título, diploma, testamento, álbum de assinaturas.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais, título de jornal, cópias xerox de livros

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A coleção abrange essencialmente documentos oficiais da vida funcional do titular, incluindo sua carreira militar, no megistério e na política. Contém decretos de promoção e nomeação, ofícios, certidões, cartas patentes e portarias relativas ao exercício dos seguintes cargos: governo do estado do Paraná, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior, Justiça, Instrução Pública e Correios e Telégrafos, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Engloba também título de concessão de condecorações, diploma, testamento, certidão de óbito e álbum de assinaturas de apoio.

  Contém igualmente uma coleção de recortes de jornais sobre Serzedelo Correia, um exemplar de jornal de 1910, cópias xerox integrais e de frontispícios de obras do autor, entre livros, discursos e outros escritos. Os documentos visuais compreendem 5 fotos do titular.

CORREIA, Rivadávia da Cunha
(Santana do Livramento, RS, 9.7.1866 - Petrópolis, RJ, 9.2.1920)
Ministro da Fazenda 9.5.1913 a 15.11.1914

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1887, a ainda acadêmico fundou o jornal Ganganelli onde fazia propaganda da abolição e da república. Deputado à Constituinte paulista, manteve-se na 1a. Assembléia Ordinária. Renunciou ao mandato por ocasião do golpe de Estado em 1891, retornando depois da normalização política. Nesse período colaborou no Correio Paulistano e em outros jornais paulistas. Elegeu-se para a Câmara Federal pelo Rio Grande do Sul em 1895, reelegendo-se sucessivamente até 1903, quando não pleiteou renovação de mandato por divergir de Júlio de Castilhos, presidente do Estado. Voltou à Câmara em 1904 permanecendo até 1910, quando aceitou o ministério do Interior e da Justiça do governo Hermes da Fonseca, que ocupou por três anos. Foi ministro da Fazenda interino de 09.05.1913 a 11.8.1913 e efetivo dessa data até 15.11.1914, período que enfrentou crescentes dificuldades do comércio interno e externo. Para controlar a situação, utilizou a emissão de papel-moeda e de notas do Tesouro Nacional para pagamento de despesas e empréstimos a bônus e negociou novo contrato de empréstimo com os banqueiros Rothschild, de Londres,sob a forma de funding. No governo Venceslau Brás foi prefeito da capital federal (1914-1916), deixando o cargo para assumir, com a morte de Pinheiro Machado, de que era suplente,numa cadeira no Senado.Escreveu A verdade sobre a situação financeira do Brasil em 1914 (1919).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

COSTA, Artur de Sousa
(Pelotas, RS, 26.5.1893 - Rio de Janeiro, RJ , 12.4.1957)
Ministro da Fazenda 24.7.1934 a 29.10.1945

Filho de pais sem recursos, começou em 1911 sua carreira no Banco da Província do Rio Grande do Sul: tesoureiro na agência em Pelotas, gerente em Cachoeira do Sul e diretor da matriz em Porto Alegre. Em 1932 assumiu a presidência do Banco do Brasil e adotou uma política coerente com as metas do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, o que significava impor rígidas normas de regulamentação aos estados e municípios, adotar uma política de desvalorização da moeda para estimular as exportações, assinar o terceiro funding-loan para reescalonar a dívida e introduzir uma política creditícia restritiva. Criou a Caixa de Mobilização Bancária e autorizou a Carteira de Redescontos a trabalhar com títulos de longo prazo no financiamento das atividades agrícolas e industriais, dando apoio à substituição de importações. Em 24.7.1934 assumiu a pasta da Fazenda e buscou o equilíbrio do orçamento e do balanço de pagamentos, ampliou as atribuições do Conselho Federal do Comércio Exterior e participou da criação do Instituto do Açúcar e do Álcool em 1934. Em 1935 chefiou uma missão econômica a Washington para renegociar o pagamento dos atrasados comerciais e assinou um acordo que reduzia tarifas incidentes sobre alguns produtos brasileiros e americanos. Em Londres, a missão obteve novos empréstimos para pagar dívidas externas. Em 1937 em outra missão econômica aos EUA tratou da dívida externa brasileira e da criação de um banco central no Brasil. Permaneceu no cargo durante o Estado Novo, quando se deu ênfase ao crescimento da indústria nacional e foram criadas empresas e órgãos estatais para incrementar os investimentos em setores estratégicos: Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939), Companhia Siderúrgica Nacional (1940), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia Nacional de Álcalis (1943), Fábrica Nacional de Motores (1943) e Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945). Em 1942 em nova missão aos EUA, negociou os Acordos de Washington que consolidaram a aproximação econômica Brasil-EUA. Em 1944 chefiou a delegação brasileira à Conferência de Bretton Woods, que estabeleceu normas para o comércio mundial e o sistema monetário internacional no após-guerra. Em 29.10.1945, com a deposição de Vargas, deixou o ministério e se elegeu deputado à Assembléia Nacional Constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD) do Rio Grande do Sul. No Congresso ordinário, assumiu a presidência da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara. Em 1947 foi delegado do Brasil à 2ª Conferência da ONU e represen-

tante do PSD na comissão interpartidária para discutir o Plano Salte, conjunto de metas econômico-sociais propostas pelo governo Dutra. Em 1950, renunciou ao seu mandato para ser presidente do Conselho Nacional de Economia, cargo que ocupou até 1955. Escreveu Orçamento e contas públicas de 1935 a 1939 (1940); Os estudos econômico-administrativos e sua importância para o Estado Novo (1940); e Panorama econômico e financeiro da República (1941).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução iconográfica.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 20.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1925-1957

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência, Produção Intelectual, Trabalhos de Terceiros, Documentos Oficiais e Recortes de Jornais

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: guia: CPDOC. Guia dos arquivos CPDOC 1985. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1985, p. 73

  inventário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, relatórios, estudos, pareceres, mensagens, ofícios.

  sonoros e visuais: fotografias, cartões postais.

  impressos: recortes de jornais, livros, folhetos,títulos de jornais e de revistas.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Segundo o Guia dos arquivos CPDOC 1985, "os documentos refletem a trajetória pública do titular, fornecendo informações contínuas sobre a história econômico-financeira do país durante o primeiro governo Vargas e enfocando particularmente as políticas estatais.

  Existem registros sobre o Banco do Brasil, as repercussões da crise econômica mundial no país, os problemas da produção e

comercialização do café e a Conferência Econômica de Londres, realizada em 1933. A maior parte do material diz respeito à gestão do titular na pasta da Fazenda, merecendo destaque os documentos relativos à Conferência de Bretton Woods, em 1944, e às missões econômicas brasileiras no exterior: Missão Sousa Costa aos Estados Unidos e Inglaterra (1935), Missão Aranha aos Estados Unidos (1939) e Missão Sousa Costa aos Estados Unidos (1942). O arquivo fornece subsídios sobre as relações econômicas do Brasil com os países da região do Prata, especialmente a Argentina.

A atuação de Sousa Costa como deputado e como presidente do Conselho Nacional de Economia encontra-se pouco documentada, havendo, todavia, informações relevantes sobre debates de natureza econômica na Constituinte, estudos e pareceres sobre o Plano Salte, a Organização das Nações Unidas - ONU, o café brasileiro e a questão de suprimentos de gêneros alimentícios ao mercado consumidor mundial.

Os documentos iconográficos abrangem o período de 1934 a 1947, referindo-se principalmente à atuação de Sousa Costa do Ministério da Fazenda. O material impresso abrange fundamentalmente as áreas de economia e finanças públicas, predominando as publicações oficiais do período de gestão do titular no Ministério da Fazenda.

COTEGIPE, Barão de (João Maurício Wanderley)
(Barra, BA, 23.10.1815 - Rio de Janeiro, RJ, 13.2.1889)
Ministro da Fazenda 23.8.1856 a 4.5.1857; 25.6.1875 a 5.2.1878

Filho de família abastada, formou-se em direito pela Faculdade de Olinda em 1837. Voltou à sua cidade natal, então Barra do Rio Grande, onde foi nomeado curador geral dos órfãos e depois juiz municipal, ocupando também um cargo na administração da recebedoria. Foi eleito deputado provincial em 1841, passando no ano seguinte a deputado geral, cargo que ocupou até 1856, quando tornou-se senador. Exerceu mandatos no Senado até o final da vida. Ocupou vários postos de magistratura, entre eles o de juiz dos feitos da fazenda, e foi presidente da Bahia (1852-1855). Fez parte do gabinete de 26 de setembro de 1853, ocupando a pasta da Marinha e depois a da Fazenda, de 23.8.1856 a 4.5.1857. No gabinete de 16 de julho de 1868, ocupou a pasta da Marinha e dos Negócios Estrangeiros. Voltou a exercer as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda de 25.6.1875 a 5.2.1878. Organizou o ministério de 25 de fevereiro de 1885, sendo-lhe confiada pelo imperador a presidência do Conselho, que acumulou com a pasta dos Estrangeiros, cuidando dos negócios externos do país durante o tratamento de saúde que manteve o Imperador na Europa até 1888. Serviu também como ministro plenipotenciário em missão especial no Rio da Prata e no Paraguai para firmar o tratado de paz depois da guerra com essa República. Durante os dois períodos no Ministério da Fazenda incentivou a criação de bancos de crédito real com garantia de juros e amortização das respectivas letras hipotecárias, além de consolidar a legislação alfandegária. Exerceu ainda o cargo de presidente do Banco do Brasil. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicou inúmeros relatórios e discursos, além de <u>Apontamentos sobre os limites do Brasil e a República Argentina</u> (1882)

<u>ARQUIVO I</u>

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 15.500

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1852-1888

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência Passiva, Correspondência de Associações e Entidades, Correspondência Ativa, Correspondência entre Terceiros, Vida Pública, Vida Particular e Familiar. Família da Baronesa Cotegipe, Correspondência de Pêsames a Antônia Teresa Wanderley. Apêndice: série Documentos Oficiais, Títulos e Diplomas

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico: Catálogo do arquivo Cotegipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 290:165-402, jan.-mar. 1971.

- TIPOS DE DOCUMENTO: textuais: cartas, ofícios, circulares, diplomas, telegramas, relatórios, notas, certidões etc.

  impressos: recortes de jornal, folhetos

  cartográficos: mapas, plantas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação do arquivo Cotegipe envolve questões financeiras como a emissão de papel-moeda; exportação de café em 1857; apontamentos do titular sobre o sistema bancário e documentos sobre as contas da Fazenda em 1873.

  No plano das relações exteriores, consta projeto de um acordo Brasil-Inglaterra, relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1831-1832 e anotações de Cotegipe sobre o relatório de 1883-1884.

  Aborda também as relações do Brasil com os países do Prata, em particular a missão especial de 1871-1872 com apontamentos sobre a guerra do Paraguai e atas do Conselho de Estado que antecede a missão (1867-1870). Registra-se também o encaminhamento dado ao problema da demarcação das fronteiras nacionais.

  Quanto à política nacional, o arquivo dispõe de manuscritos de Cotegipe sobre o ministério de 1868, lista dos atos, documentos e cartas sobre o gabinete Caxias-Cotegipe (1875-1878), reflexões do titular sobre a Questão Religiosa (1876), manuscritos sobre a abolição da escravatura datados de 1876-78, rascunho sobre a Questão Militar, além de comentários sobre a situação financeira do exército (1876), e um caderno de Cotegipe sobre os negócios da Marinha (1868-1869).

  Registram-se apontamentos de Cotegipe e da Princesa Isabel sobre a exoneração do gabinete Cotegipe (1888), considerações sobre a monarquia, a imprensa e o Partido Conservador, relatório estatísti-

co sobre as províncias do Brasil (1872) e lista de eleitores no Império.

Caberia ainda mencionar a existência de extensa documentação particular e familiar como também troca de correspondência com diversas personalidades da vida imperial.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Uma descrição sumária do arquivo Cotegipe figura no livro de José Honório Rodrigues. A pesquisa histórica no Brasil. 2a. ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p.265.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu Histórico Nacional

- CONDIÇÕES DE ACESSO: não permite xerox, permite fotografia

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 120

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1848-1885

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas de nomeação, títulos, relatórios, estudos e diplomas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Contém cartas de nomeação de Cotegipe para diversos cargos que exerceu, como juiz municipal, delegado de Barra e Xique-Xique (BA), chefe de polícia da Bahia (1848), presidente da província da Bahia (1852), ministro da Marinha (1855 e 1868), senador do Império (1856), ministro da Fazenda (1856), ministro dos Negócios Estrangeiros (1869 e 1885) e presidente do Conselho de Ministros (1885). Inclui também carta de concessão do título de barão. (1860).

O arquivo situa questões como a seca na Bahia (1860), a Guerra do Paraguai, a missão especial de Cotegipe à Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai (1871-1872), a criação da alfândega de Pelotas e a atuação do titular na comissão organizadora do plano de divisão eleitoral do Império (1881). Registram-se ainda títulos, diplomas e comendas recebidos por Cotegipe.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Foram localizados ainda, no Museu Paulista, três cartas de 1872 e um ofício de 1885, e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, uma homenagem prestada ao titular pelo Partido Conservador em 1874.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago
(Rio de Janeiro, RJ, 30.08.1911 - Rio de Janeiro, RJ, 6.9.1964)
Ministro da Fazenda 24.1.1963 a 20.6.1963

Filho de um oficial da Marinha, participou da fundação do jornal A Razão, em São Paulo, e da revista Hierarquia, no Rio. Com a Revolução de 1930, passou a integrar o gabinete do ministro da Educação e Saúde Francisco Campos. Em 1932, bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, e foi um dos fundadores do núcleo carioca da Ação Integralista Brasileira, colaborando no órgão partidário A Ofensiva. A partir do golpe do Estado Novo, atuou como assessor direto de Plínio Salgado. Antes do levante integralista de maio de 1938, decidiu contudo afastar-se do movimento para se dedicar à carreira do megistério. Desde então acumulou posições na vida universitária: catedrático das faculdades de Arquitetura, Ciências Econômicas e Direito da Universidade do Brasil, professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola de Direito da PUC do Rio de Janeiro, diretor da Faculdade Nacional de Filosofia entre 1941 e 1945. Os cursos que ministrou nesse período marcaram toda uma geração de estudantes. Em 1945 trabalhou no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, e de 1946 a 1948 lecionou na Faculdade de Direito de Paris. Retornando ao Brasil, fez parte da Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink. Em 1949 assumiu a vice-presidência da Refinaria de Petróleo de Manguinhos, uma empresa privada, permanecendo nove anos no cargo. Durante o segundo governo Vargas, foi assessor pessoal do presidente na elaboração dos anteprojetos de criação da Petrobrás e da Rede Ferroviária Federal e desenvolveu intensa atuação em organismos e reuniões internacionais. De 1957 a 1959 foi proprietário do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, e elegeu-se em 1958 deputado federal na legenda do PTB mineiro. Foi autor da lei de criação do estado da Guanabara e tornou-se vice-presidente nacional de seu partido. Com a posse de João Goulart na presidência da República, foi nomeado ministro das Relações Exteriores, do gabinete parlamentarista de Tancredo Neves. À frente da pasta, reafirmou as bases da chamada "política externa independente". Em julho de 1962, com a renúncia do gabinete, deixou o ministério e foi indicado por Goulart para o posto de primeiro-ministro. A maioria conservadora do Congresso recusou entretanto o seu nome. Ainda em 1962 foi reeleito deputado federal e, uma vez restaurado o regime presidencialista, ocupou o Ministério da Fazenda de 24.1.1963 a 20.6.1963. Comprometendo-se com um programa de austeri-

dade econômica baseado no Plano Trienal de Celso Furtado, tentou reduzir a inflação, que alcançara altas taxas no ano anterior e renegociou nos EUA a dívida externa brasileira, obtendo novos empréstimos condicionados à aprovação do FMI à política financeira. Nesse sentido, eliminou os subsídios à importação de trigo e de petróleo. Presidiu os entendimentos que resultaram na compra pelo governo da Amforp, concessionária norte-americana de energia elétrica. Os aumentos salariais concedidos pelo governo, contrariaram as diretrizes do FMI e impediram o refinanciamento da dívida externa. Diante desse impasse e já abalado pelo câncer que o acometera, San Tiago deixou o ministério, substituído por Carlos Alberto Carvalho Pinto.

Reassumindo seu mandato parlamentar, concentrou-se em articular, sem êxito, uma frente única de apoio ao governo. Escreveu as seguintes obras: <u>O conflito de vizinhança e sua composição</u> (1939); <u>Rui Barbosa e o Código Civil</u> (1949); <u>A educação jurídica e a crise brasileira</u> (1955); <u>Reformas de base</u> (1959); <u>Política externa independente</u> (1962); <u>Figuras do direito</u> (1962); <u>O reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética</u> (1962); <u>Dom Quixote, um apólogo da alma ocidental</u> (1964); <u>A ALALC e o neo-subdesenvolvimento</u> (1964); <u>Palavras de um professor</u> (1975).

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Nacional

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilmagem, reprodução fotográfica, cinematográfica e de vídeo.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 6.500

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1929-1964

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: série Correspondência

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário sumário

- TIPOS DE DOCUMENTO: textuais: cartas, relatórios, pareceres, telegramas, conferências, ofícios, memórias etc.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Aborda o arquivo a atuação de San Tiago Dantas como professor universitário, membro da Ação Integralista Brasileira, colaborador do presidente Getúlio Vargas, assessor de João Neves da Fontoura, deputado federal pela legenda do PTB, ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda. Envolve ainda contribuições à cultura jurídica.

  Como advogado e professor, constam trabalhos, artigos e discursos sobre o processo educacional e a criação de instituições científicas e culturais.

  No Ministério das Relações Exteriores, destacam-se os documentos sobre a I e II Reuniões do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, a I Conferência Interamericana de Ministros da Educação (Panamá), a IV Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (Washington), e a V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Ocorre também material sobre negociações com os EUA, o acordo de Assistência Militar e questões de desarmamento.

  Relativamente ao Ministro da Fazenda, a documentação envolve discursos, palestras, a elaboração do Plano Trienal e negociações com o Tesouro Americano sobre o reescalonamento da dívida externa.

  A atuação de San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados pode ser observada através de projetos, discursos e atividades na Comissão de Justiça.

  Registram-se ainda textos do titular sobre a organização de empresas estatais por solicitação do presidente Getúlio Vargas, documentos sobre as reformas de base, a frente popular e progressista, a atuação do PTB, a organização do Estado da Guanabara, a mudança da capital federal e a Revolução de 1964.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Segundo informação do Prof. Marcílio Marques Moreira, alguns documentos de San Tiago Dantas encontram-se em poder da viúva, D. Edmea San Tiago Dantas.

DANTAS, Manuel Pinto de Sousa.
(Inhambupe, BA, 21.2.1831 - Rio de Janeiro, RJ, 29.1.1894)
Ministro da Fazenda 6.6.1884 a 6.5.1885

Filho de coronel da Guarda Nacional, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Olinda em 1851. Nesse mesmo ano foi eleito deputado provincial e nomeado promotor na capital baiana. Transferiu-se para Santo Amaro (BA) como juiz municipal e de órfãos. Reeleito para a Assembléia Provincial, por ocasião da reforma eleitoral do marquês de Paraná foi em 1857 para a Câmara Geral. Ao fim de seu mandato foi nomeado chefe de polícia do Maranhão, cargo que exerceu por um ano. Em 1859 assumiu a presidência de Alagoas. Retornou ao Parlamento em 1861 aí permanecendo até 1865 quando ocupou a presidência da Bahia até março de 1866. Foi ministro da Agricultura de 1866 a 1868, voltando à Bahia em seguida onde se dedicou à advocacia e ao jornalismo, escrevendo no <u>Diário da Bahia</u> em defesa dos postulados liberais. Com a subida dos liberais em 1878, ingressou no senado e no Conselho de Estado. Ocupou a pasta da Justiça de 1880 a 1882, a do Império de 1881 a 1882, a da Fazenda de 6.6.1884 a 6.5.1885. Chefiou o gabinete de 6 de junho de 1884, defendendo a libertação dos escravos sexagenários que só seria alcançada no ano seguinte. Presidiu o Banco do Brasil de 1889 a 1890, retomando o cargo quando a instituição foi transformada em Banco da República do Brasil e nele permanecendo de 1893 a 1894.

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Nacional

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilmagem, reprodução fotográfica, cinematográfica e de vídeo.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 11

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1849-1870

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: listagem dos documentos

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, ofício, parecer e hino
  sonoros e visuais: fotografia

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Constam da coleção as leis da Assembléia Provincial de Sergipe promulgadas em 1848, documentos sobre a atuação do Partido Liberal da Bahia (1870), processos de demissão e nomeação, carta sobre a queda do ministério, letra do Hino Nacional Revolucionário e fotografia do titular.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Do Conselheiro Sousa Dantas, foram lozalizados ainda um ofício e uma carta de 1863 no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e uma carta de 1860 no Museu Paulista.

DUTRA, Eurico Gaspar
(Cuiabá, MT, 18.5.1883 - Rio de Janeiro, RJ, 11.6.1974)
Presidente da República 31.1.1946 a 31.1.1951

Filho de modesto comerciante, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e foi declarado aspirante em 1908. Frequentou a Escola de Estado-Maior no Rio e concluiu o curso em 1922. Mesmo sem ter participado da Revolução de 1930, sua carreira militar não foi prejudicada. Em 1935 foi promovido a general-de-divisão e nomeado comandante da la. Região Militar, onde dirigiu a repressão à revolta comunista daquele ano. Em 1936 tornou-se ministro da Guerra e sua gestão até julho de 1945 caracterizou-se pela centralização do poder no governo federal, o crescimento da influência da corporação armada, a liquidação das liberdades democráticas com a ditadura do Estado Novo e o envio de tropas para combater na Segunda Guerra Mundial. Em 1945 foi lançada sua candidatura à Presidência da República pelo Partido Social Democrático, então constituído. Em agosto foi substituído no Ministério por Góis Monteiro, com quem promoveria a deposição de Vargas em outubro. Foi eleito em seguida e tomou posse em 31.1.1946. Em setembro a Constituinte aprovou uma nova Carta e instalou-se um regime constitucional e um sistema de alianças políticas e sociais, principais características de seu governo. Na área econômica, as linhas básicas estabelecidas pela aliança PSD-UDN-PR foram mantidas até 1947 quando se constatou que o país havia esgotado rapidamente suas reservas de divisas acumuladas durante a guerra: foram, então, reintroduzidos controles cambiais de acordo com a orientação do FMI. A valorização da moeda era um desestímulo à exportação e desviava os investimentos para a produção destinada ao mercado interno. Esse processo resultou na chamada "industrialização expontânea" que nos últimos dois anos do governo Dutra também contou com uma política de crédito mais liberal. Durante seu governo foi elaborado o Estatuto do Petróleo (1947) que admitia capitais estrangeiros no setor mas não foi aprovado pelo Congresso. Em 1948 foi apresentado o Plano Salte que visava coordenar os gastos públicos nas áreas de saúde, alimentação, transportes e energia. Paralelamente produzia-se o relatório da Missão Abbink, que recomendava a participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento do país. No campo político, o Acordo Interpartidário PSD-UDN-PR não conseguiu barrar a vitória do PTB-PSP na sucessão presidencial e a eleição de Vargas em 1950. Dutra ao deixar a presidência em 31.1.1951 afastou-se da vida pública. Voltou a participar da política apoiando a Revolução de 1964 e teve seu nome indicado para a Presidência, mas apoiou Castelo Branco.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: em poder de Emília Dutra Leite e Antôno João Dutra, filhos do titular.

  endereço (de Luís Gonzaga Novelli Júnior, genro do titular e co-organizador do arquivo): Rua José Linhares, 126/202 - Rio de Janeiro - tel. (021) 239-2043 e 259-7850.

- CONDIÇÕES DE ACESSO: fechado à consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: Os depositários pretendem pré-organizar o arquivo antes de doá-lo a uma instituição.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: identificados pelo material publicado e por informações verbais.

  textuais: correspondência, diários, anotações, boletins, relatórios etc.

  sonoros e visuais: fotografias

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Segundo se pode inferir do material publicado por Mauro Renault Leite e Luís Gonzaga Novelli Júnior no livro Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983), o arquivo cobre toda a carreira militar de Dutra, desde seu ingresso no Exército até o generalato, os comandos da Aviação Militar e da 1a. Região Militar e o exercício do Ministério da Guerra. Situa a Revolução Constitucionalista de 1932, o levante comunista de 1935, o confronto entre Vargas e Flores da Cunha (1936-1937), o golpe do Estado Novo e o levante integralista de 1938. Com relação à Segunda Guerra Mundial, estão retratados o período de neutralidade brasileira (1939-1942), os choques com os governos alemão e italiano, a aproximação com os EUA e o envio da FEB para combater na Europa. Aborda ainda a candidatura Dutra à Presidência

da República, a deposição de Vargas em 1945, a eleição e a posse do titular. Destacam-se no conjunto os volumes de diários, de que o Jornal do Brasil (11.6.1974) publicou extratos.

O governo Dutra, período em relação ao qual o próprio titular afirma em suas notas não ter "terminado a classificação do acervo de documentos", será objeto de um segundo volume já no prelo, como informou Luís Gonzaga Novelli Júnior. Em consequência, não podemos descrever por ora o conteúdo dessa parcela documental.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 14

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1945-1974

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartões
  sonoros e visuais: fotografias, cartazes, slides, filme, disco.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação se compõe de um cartão com autógrafo dos presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai (1946), cartazes de propaganda da campanha presidencial de Dutra (1945), discursos, gravados em disco, do presidente norte-americano pronunciados no Brasil (1949), filme da visita do presidente Dutra aos Estados Unidos e slides da visita à cidade mineira de Pirapanema. Constam também fotos da sessão de encerramento da Conferência Interamericana de Petrópolis, de Dutra com a faixa presidencial e de sua esposa. Há ainda cartão de agradecimentos da família Dutra pelas manifestações de pesar quando de seu falecimento (1974).

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Compõe a Série Eurico Gaspar Dutra, integrante da Coleção Presidentes da República.

FONSECA, Hermes Rodrigues da
(São Gabriel, RS, 12.5.1855 - Petrópolis, RJ, 9.9.1923)
Presidente da República 15.11.1910 a 15.11.1914

Filho de oficial do Exército, matriculou-se na Escola Militar em 1871 e percorreu todos os postos da carreira. Ajudante de ordens do conde d'Eu de 1884 a 1885, participou como assistente do quartel-mestre-general, o Marechal Deodoro, seu tio, de uma missão junto à fronteira em Mato Grosso entre 1887 e 1889. Em 1893 combateu a Revolta da Armada, sendo promovido a coronel em 1894. Assumiu o comando da brigada policial da capital federal de 1899 a 1904, permanecendo na função mesmo depois de promovido a general-de-brigada em 1900. Em 1904 foi nomeado comandante da Escola Preparatória e Tática do Realengo, e promovido a general-de-divisão no ano seguinte e a marechal em 1906. Assumiu o Ministério da Guerra no governo Afonso Pena em 1906, tendo pedido demissão do cargo em 1908 devido à redução de verbas orçamentárias determinada pelo ministro da Fazenda. Reconsiderou sua posição, tornou-se pouco depois ministro do Supremo Tribunal Militar e, em 1909, antes da morte de Afonso Pena, demitiu-se do ministério. Elegeu-se presidente da República para o quatriênio 1910-1914. Durante seu governo enfrentou a revolta da chibata ou dos marinheiros, continuou o movimento das salvações com a derrubada das oligarquias do poder no Norte e Nordeste, fortaleceu as relações Brasil-Estados Unidos, promoveu um congresso operário sob a presidência do deputado Mário Hermes da Fonseca, seu filho, inaugurou vilas operárias no subúrbio de Marechal Hermes, no Catumbi e na Gávea e enfrentou dificuldades financeiras ligadas às crises do café e da borracha às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Eleito senador em 1915 não tomou posse devido ao assassinato de Pinheiro Machado que o apoiava. Licenciou-se do Exército e foi para a Europa, morando na Suíça de 1915 a 1920. Retornou ao Brasil e, em 1921, assumiu a presidência do Clube Militar. Em 1922, porque protestara contra a interferência federal nas eleições de Pernambuco, o Clube foi fechado e decretada sua prisão disciplinar por 24 horas — era o estopim da revolta do Forte de Copacabana. Terminada a rebelião, Hermes sofreu nova prisão, sendo libertado em 1923 mediante _habeas-corpus_.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Casa de Cultura São Saruê

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do diretor

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 350

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1904-1965

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- *INSTRUMENTOS DE PESQUISA*: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, abaixo-assinados, telegramas, cartões de visita

  sonoros e visuais: fotografias, cartazes, cartões postais

  impressos: partituras musicais, relatórios, mensagens, panfletos, prospectos, folhetos, cardápios, recortes de jornais e revistas

  cartográficos

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O grosso da documentação corresponde ao período 1908-1914, durante o qual o Marechal Hermes exerceu o Ministério da Guerra e a Presidência da República. Estão registradas suas viagens à Europa para assistir manobras do exército alemão em 1908 e para compra de armamentos. Sua gestão no Ministério da Guerra é retratada em correspondência, artigos e fotografias acerca de questões como aviação militar (aerostatos e balões), construção de estradas, conflito no Acre em 1908 e providências administrativas ligadas ao Exército. Capeando um grupo de documentos militares há uma folha com os seguintes dizeres manuscritos:

> "Marechal Hermes — alguns documentos da correspondência militar, isto é, entre os militares e o Marechal, oficial e particular, que retiramos do seu arquivo, onde existe uma parte, que por ser secreta e reservada, deixamos de tornar pública — 1944"

A colecão abrange a candidatura Hermes à Presidência da República (1909-1910), incluindo manifestações de apoio, troca de correspondência e felicitações pela vitória. De sua passagem pela Presidência, constam relatórios, mensagens e correspondência sobre assuntos de governo. Merece destaque fotocópia de uma carta apresentando um enviado da empresa Baring Brothers, interessada na exploração de

minério no Brasil, e correspondência sobre a crise política cearense de 1912.

O acervo faz referência também a uma viagem de Hermes à Europa em 1918 e inclui documentos de sua segunda esposa, Nair de Tefé, compreendendo cartas e recortes de jornais, além de referências às comemorações do centenário de Hermes da Fonseca em 1955. Um conjunto de documentos possui anotação indicando haver sido microfilmado em 1966 por um pesquisador norte-americano, tendo sido tirada uma cópia depositada na Biblioteca Nacional.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A aludida nota manuscrita indica que esses documentos foram destacados de um conjunto maior, o arquivo privado original do Marechal Hermes. A presente coleção foi doada pelo filho do titular, general Euclides Hermes da Fonseca, ao diretor da Casa de Cultura São Saruê, general Humberto Peregrino. Este declara desconhecer o paradeiro do restante do arquivo. O livro de Hermes da Fonseca Filho, Marechal Hermes: dados para uma biografia (Rio de Janeiro, 1961) foi escrito com base no arquivo privado do ex-presidente, reproduzindo, inclusive de forma fac-similar, uma série de documentos, entre cartas, telegramas, relatórios, boletins etc. Pode-se supor, com toda razão, que se tratasse do arquivo original, do qual proveio a coleção acima descrita. A viúva de Hermes da Fonseca Filho (Rua Almirante Tamandaré, 20/501 - Rio de Janeiro - tel. (021) 245-5404) declara ignorar o destino do arquivo.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 10

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1904-1913

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: mensagem, termo de admissão
  sonoros e visuais: fotografias

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Integram a documentação uma exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais constante de mensagem presidencial ao Congresso Nacional, termo de admissão na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e fotografias do titular.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Compõe a Série Hermes da Fonseca, integrante da Coleção Presidentes da República.

FONSECA, Manuel Deodoro da
(Deodoro, AL, 15.8.1827 - Rio de Janeiro, RJ, 23.8.1892)
Presidente da República 15.11.1889 a 23.11.1891

Filho de um oficial do Exército, ingressou na Escola Militar, completando o curso de artilharia em 1847. No ano seguinte combateu a rebelião Praieira, e em 1856, como capitão, foi servir em Pernambuco de onde foi transferido para Mato Grosso (1859-1862). Designado instrutor dos guardas nacionais sediados na Fortaleza de Santa Cruz em 1863, participou em 1864 no Uruguai de episódios que anteciparam a guerra do Paraguai, na qual combateu de 1865 a 1870, sendo promovido por atos de bravura até alcançar o posto de coronel em 1868. Atingiu o generalato em 1873 e chegou ao ápice da carreira militar em 1884, como marechal de campo. Foi nomeado presidente e comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul em 1885 quando se envolveu na Questão Militar. Fundador do Clube Militar em 1887, foi também seu primeiro presidente. Em 1888, logo após a abolição, foi designado comandante das Armas de Mato Grosso, função da qual se demitiu por ter o governo nomeado para presidente dessa província um oficial de patente inferior à sua. Retornou ao Rio em 1889 e resistiu em apoiar a causa republicana até novembro, quando aderiu ao movimento e liderou a deposição do Imperador e a mudança do regime. Primeiro presidente da República, assumiu em 15.11.1889 e em dezembro seguinte nomeou uma comissão de cinco membros para elaborar um projeto de Constituição e convocou o primeiro Congresso Nacional. Em 1890 foi aclamado generalíssimo do Exército brasileiro. Promulgada a Constituição da República em fevereiro de 1891, instituiu-se o presidencialismo e o federalismo. No dia seguinte, Deodoro foi eleito presidente da República e Floriano Peixoto, vice-presidente. A maioria do Congresso, contrária a Deodoro, tentou afastá-lo com um _impeachment._ Antes que isso acontecesse ele dissolveu as casas legislativas e decretou o estado de sítio. Tal atitude provocou descontentamento geral no país e para evitar confrontos armados Deodoro renunciou em 23.11.1891.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: residência de Roberto Piragibe da Fonseca, sobrinho-neto do titular
  endereço: Rua Marquês de Abrantes, 219/601 - Rio de Janeiro - tel. (021) 551-8407

- CONDIÇÕES DE ACESSO: fechado à consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado. Segundo o depositário, "algumas centenas".

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: não identificado

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: pelas indicações disponíveis é possível identificar

  textuais: correspondência, notas, poemas, canções

  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Existe documentação sobre a vida militar e política do titular, enfocando a Guerra do Paraguai, a Questão Militar, a campanha republicana, a Proclamação, o Governo Provisório, a Constituinte de 1891 etc. Ocorre também material de natureza pessoal e familiar.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Na verdade, o que se encontra em poder de Roberto Piragibe da Fonseca é o arquivo de seu pai, o marechal Clodoaldo da Fonseca, como esclarece, à p.25, de seu artigo "Manuel Deodoro da Fonseca" publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro, 316:5-115, jul-set. 1977). Clodoaldo reuniu papéis do tio Deodoro, por quem nutria "fascinação alucinada", na expressão de Piragibe da Fonseca, razão porque fazemos aqui o registro de seu arquivo. O citado artigo menciona diversos documentos de Deodoro e afirma (p.44 e 46) que outros mais se extraviaram no início do século. O depositário declarou pretender examinar e selecionar a documentação em seu poder para, então, doá-la ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Roberto Piragibe da Fonseca faleceu em agosto de 1986, depois de pronto este trabalho.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu Histórico Nacional.

- CONDIÇÕES DE ACESSO: não permite xerox, permite fotografia.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: razoável

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 53

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1871-1891

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência, Documentos Pessoais, Produção Intelectual e Iconografia

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, diplomas, ofícios, cartões, manifesto

  sonoros e visuais: fotografias, retratos

  impressos: livro e folheto

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo Deodoro da Fonseca consiste de ofícios do titular em 1878 como brigadeiro inspetor militar de Pernambuco sobre desordens ocorridas entre praças de unidades locais.

  Consta um álbum encadernado com moção de solidariedade de trabalhadores do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro pela proclamação da República. Outro álbum engloba mensagens de felicitação por seu aniversário, enviadas pelo Congresso Operário-1890.

  Em 1891 registram-se menifestos de Deodoro aos brasileiros justificando a dissolução do Congresso e esclarecendo as razões pelas quais resolveu deixar a Presidência da República.

  Contém ainda a documentação, diplomas diversos e retratos do titular, da assinatura do projeto de Constituição de 1891 e do Estado-Maior do Marechal Deodoro da Fonseca.

  Integram a coleção ainda uma biografia de Deodoro publicada em livro, um pequeno álbum da Guerra do Paraguai e o Diário dos Exércitos de S.A. o Conde d'Eu.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: No Museu da República, Coleção Presidentes da República, série Deodoro da Fonseca, existem cinco documentos do período 1869-1890: uma procuração, um termo de admissão na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, uma mensagem de cidadãos felicitando o titular, um cartão de visita e uma fotografia.

FREIRE da Fonseca, Aníbal
(Lagarto, SE, 7.7.1884 - Rio de Janeiro, RJ, 22.10.1970)
Ministro da Fazenda 2.1.1925 a 15.11.1926

Filho de advogado provisionado, começou aos 14 anos sua carreira na imprensa, colaborando no O Tempo (1898 a 1899), O Porvir (1900) e O Estado de Sergipe (1899 e 1903). Em 1901 colaborou nos jornais cariocas Cidade do Rio e Gazeta da Tarde. Em 1902 tornou-se redator principal do Diário de Pernambuco, onde permaneceu até 1911. Cursou as Faculdades de Direito da Bahia, Rio de Janeiro e Recife, diplomando-se pela última em dezembro de 1903. Foi promotor público em Aracaju de 1902 até 1904, quando assumiu em Recife o lugar de inspetor de seguros e foi aprovado em concurso para lecionar economia política, finanças e direito administrativo na faculdade em que se formou. Em 1907 foi eleito deputado estadual, tornando-se vice-presidente da Assembléia. Em 1908 foi nomeado secretário geral do estado no governo de Herculano Bandeira, exonerando-se no ano seguinte para exercer de 1909 a 1911 o mandato de deputado federal. Em 1913 ingressou no Conselho Superior de Ensino, onde ficaria até 1923. Publicou em 1915 o livro Do Poder Executivo na República brasileira, o que lhe valeu a nomeação, em 1916, para catedrático de direito administrativo. No Rio colaborou no Jornal do Brasil e a partir de 1922 tornou-se diretor desse órgão. Em 1924, foi novamente eleito deputado federal por Pernambuco. Ministro da Fazenda de 2.1.1925 a 15.11.1926, no governo Bernardes, aplicou uma política deflacionária e de contenção dos gastos públicos, logrando reduzir o déficit e a taxa inflacionária, e iniciou a implantação do imposto de renda baseado em taxações indiretas. De 1927 a 1930 voltou à direção do Jornal do Brasil e à cadeira de deputado federal por Pernambuco. Apoiou o governo Washington Luís e com a Revolução de 1930 afastou-se da vida pública. Em 1934 voltou a ser diretor-secretário do Jornal do Brasil e em 1938 foi nomeado consultor-geral da República, cargo que ocupou até 1940 quando ascendeu ao Supremo Tribunal Federal, aposentando-se em 1951. Em 1948 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Deixando o STF, reassumiu a direção do Jornal do Brasil, onde atuou até 1961. Além da mencionada, escreveu as seguintes obras : Filinto de Almeida e Roberto Simonsen: notas bibliográficas (1952); Rosa e Silva (escorço biográfico) (1957) e Conferências e alocuções (1958). Publicou também grande número de artigos, discursos e conferências.

ARQUÌVO

- LOCALIZAÇÃO: em poder do Sr. Franklin Fonseca Passos, ex-secretário do titular
  endereço: Rua das Laranjeiras, 247/303 - Rio de Janeiro tel. (021) 245-3363

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante acordo com o depositário

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: não identificados

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: -

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O arquivo acha-se alojado em três arcas guardadas numa fazenda do depositário em Paraíba do Sul (RJ). O Sr. Franklin Fonseca Passos manifestou a intenção de doar esses papéis a uma instituição.

FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira
(Itaporanga, SE, 30.01.1858 - Rio de Janeiro, RJ, 8.5.1916)
Ministro da Fazenda 30.4.1893 a 18.8.1894

Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia em 1881, clinicou na cidade de Laranjeiras (SE) até entrar para a política. Fundou o Partido Republicano em Sergipe e no Governo Provisório da República exerceu o governo de seu Estado (1889-1890). Deputado à Constituinte de 1891, na Câmara foi relator das comissões de reorganização dos estados, do movimento que conduziu à renúncia de Deodoro, da constitucionalidade da decretação do estado de sítio de 1892 e do projeto de anistia. Ocupou a pasta da Fazenda no governo Floriano Peixoto, de 30.4.1893 a 18.8.1894, quando autorizou empréstimos internos e externos e a emissão de papel-moeda. Voltou à Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1897-1899, 1903-1905 e 1912-1914. Dirigiu a <u>Folha da Tarde</u> (1901) e colaborou no <u>Jornal do Brasil</u>. Entre suas obras destacam-se <u>História de Sergipe</u>, 1575-1855 (1891); <u>História da revolta de 6 de setembro de 1895</u> (1896) <u>Constituição dos estados e constituição federal</u> (1898) e <u>História territorial do Brasil</u> (1906).

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

FURTADO, Celso Monteiro
(Pombal, PB, 26.7.1920 -)
Ministro do Planejamento 28.9.1962 a 30.3.1964

Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e alistou-se em 1944 na Força Expedicionária Brasileira (FEB), participando dos combates na Itália. Bacharelou-se em 1945 e concluiu o doutorado na Universidade de Paris em 1948 com a apresentação da tese "L'économie coloniale brésilienne". Em 1949 foi para Santiago, Chile, integrar a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), como chefe da Divisão de Desenvolvimento Econômico. De 1953 a 1957 presidiu o Grupo Misto de Estudos BNDE-Cepal criado para estudar a economia brasileira. O trabalho do grupo serviu de base para a formulação do Programa de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Em 1958 ministrou um curso na Universidade de Cambridge, Inglaterra, e na volta ao Brasil foi convidado para assumir uma diretoria no BNDE, que cuidaria de assuntos referentes ao Nordeste. Em 1959, com a criação da Sudene, foi nomeado seu primeiro superintendente. Em 1960 apresentou o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste que sistematizava os investimentos regionais nos principais setores. No governo Jânio Quadros permaneceu no cargo, então equiparado ao de ministro de Estado e já em 1961 reuniu-se com o presidente norte-americano John Kennedy quando surgia a Aliança para o Progresso. Em 25.9.1962, no governo Goulart, foi criado o posto de ministro extraordinário do Planejamento e Furtado nomeado para o cargo com a incumbência de elaborar um plano de política econômica para o governo. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi divulgado oficialmente em dezembro seguinte. Seis meses depois, quando ficou patente o seu fracasso, Furtado abandonou o Ministério e passou a dedicar-se integralmente à Sudene até o fim do governo Goulart, em 31.3.1964. Teve seus direitos políticos cassados, exilando-se em Paris. Dedicou-se às atividades de ensino e pesquisa nas universidades de Harvard e Columbia, nos EUA, de Cambridge, na Inglaterra, e da Sorbonne, na França, onde se tornou professor efetivo. Retornou ao Brasil em 1968 e prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que tratava da desnacionalização da indústria nacional. A partir de 1975 passou a vir ao Brasil periodicamente, e em agosto de 1979 foi beneficiado pela anistia, filiando-se em 1981 ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1986, no governo Sarney, assumiu o Ministério da Cultura. Publicou vários livros: A economia brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento (1954); Uma economia dependente (1956); Perspectivas da

economia brasileira (1956); Formação econômica do Brasil (1959); Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961); A pré-revolução brasileira (1962); Dialética do desenvolvimento (1964); Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina (1966); Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967); Um projeto para o Brasil (1968); Formação econômica da América Latina (ampliada e reeditada sob o título de A economia latino-americana; formação histórica e problemas contemporâneos, 1975) (1969); Análise do "modelo" brasileiro (1972); A hegemonia dos EUA e o subdesenvolvimento da América Latina (1973); O mito do desenvolvimento econômico (1974); Prefácio à nova economia política (1976); Criatividade e dependência (1978); Pequena introdução ao desenvolvimento (1979); O Brasil pós-"milagre" (1981); A nova dependência (1982); Não à inflação a ao desemprego (1983); Cultura e desenvolvimento em época de crise (1984); Fantasia organizada (1985).

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Celso Furtado é no momento Ministro da Cultura, situando-se seu gabinete no SBN, Edifício Central Brasília, 6º andar - Brasília - tel. (061) 224-5992 e 224-5844. Seu arquivo, caso exista, pode ter sido empregado na preparação de sua última obra, A fantasia organizada (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985), de caráter memorialístico.

GALVÃO, Nei Neves
(Rio Pardo, RS, 22.3.1902 -)
Ministro da Fazenda 20.12.1963 a 31.3.1964

Descendente de militares, ingressou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, mas foi desligado do estabelecimento por ter participado da revolta de 5 de julho de 1922. Voltou ao seu estado natal e iniciou carreira como funcionário do Banco da Província do Rio Grande do Sul. Em 1934 passou a inspetor de filiais e em 1941 foi nomeado gerente da agência de Bagé (RS). Em 1944 tornou-se inspetor geral do banco e nove anos depois era superintendente, posto mais elevado na carreira. Foi eleito para a diretoria do banco em 1955, e reeleito em 1960. Em 1959 exerceu a presidência do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul. Em 1961, no governo João Goulart, foi nomeado presidente do Banco do Brasil, administrando num período de crise da economia brasileira. Estimulou o financiamento às exportações de bens de capital e de consumo durável e procurou atender a crescente demanda creditícia oriunda da Instrução nº 204 da Sumoc. Em 1962, dada a conjuntura econômica desfavorável, tentou conter o crédito no nível fixado pelo Plano Trienal. Em 1963, com o agravamento da crise econômica e política, Galvão deixou a presidência do Banco do Brasil para assumir em 20.12.1963, a pasta da Fazenda. Uma das suas primeiras medidas foi revogar a Instrução nº 255 da Sumoc, baixada por Carvalho Pinto e que havia desagradado bastante aos banqueiros. A inflação crescente levou à tentativa de tabelamento dos preços dos bens de primeira necessidade, sem êxito. O déficit do balanço de pagamentos forçou o governo a adotar em fevereiro de 1964 uma reforma no sistema cambial, concedendo ao Banco do Brasil monopólio sobre as divisas obtidas pela exportação de café e açúcar e mantendo o subsídio às importações de trigo e petróleo. Foram reabertas as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas as divergências entre o Brasil e os EUA bloquearam a negociação de um financiamento em larga escala. Com a deposição de João Goulart em 31.3.1964, Nei Galvão retirou-se da vida pública.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: residência do titular
  endereço: Rua J. Carlos, 126 - 4º - Rio de Janeiro -
  tel. (021) 246-9735

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante acordo com o titular

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: correspondência etc.
  sonoros e visuais: fotografias etc.
  impressos: não identificados

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Não foi possível realizar, porque a documentação, completamente desorganizada segundo o titular, não está manuseável. No entanto, por iniciativa do Dr. José Lopes de Oliveira (residência: Rua Araucária, 251 - Rio de Janeiro - tel. (021) 226-4692), ex-presidente do BNH e ex-assessor de Nei Galvão no Ministério da Fazenda, tivemos acesso a um dossiê, contendo oito documentos relativos à normalização das relações diplomáticas com a França no início de 1964 visando a renegociação da dívida externa brasileira junto ao Clube de Haia. Os originais dos documentos foram entregues ao Ministério das Relações Exteriores em 1982.

GOULART, João Belchior Marques
(São Borja, RS, 1.3.1919 - Mercedes, Argentina, 6.12.1976)
Presidente da República 7.9.1961 a 31.3.1964

Filho de estancieiro, formou-se em 1939 na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre, mas não exerceu a advocacia, dedicando-se às atividades agropecuárias em sua cidade natal. Com a volta de Getúlio Vargas ao Rio Grande do Sul em 1945, Goulart tornou-se membro do diretório municipal do PTB de Porto Alegre e elegeu-se deputado estadual em 1947. Lançou Vargas candidato petebista à presidência da República em abril de 1950 e assumiu a coordenação da campanha. Eleito deputado federal nesse mesmo ano, logo depois licenciou-se da Câmara para assumir a Secretaria do Interior e Justiça no governo gaúcho de Ernesto Dornelles. Em 1952 assumiu a presidência do diretório nacional do partido e transferiu-se para o Rio, reassumindo sua cadeira de deputado. Em 1953 foi nomeado ministro do Trabalho e sua primeira tarefa foi estabelecer um canal de negociação entre o governo e grevistas para conciliar as partes em conflito. Em 1954 Goulart propôs um aumento de 100% no salário-mínimo, mas o chamado Manifesto dos Coronéis, opondo-se à medida, provocou crise que o levou à demissão. Com o suicídio do presidente em 24.8.1954, Goulart voltou para São Borja, sendo derrotado na eleição para o Senado. Em 1955 foi eleito vice-presidente da República na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek, com mandato de 1956 a 1961. Em 1960 voltou a eleger-se para o mesmo cargo, embora o presidente vitorioso dessa feita não fosse seu companheiro de chapa, o marechal Henrique Lott, mas o candidato adversário, Jânio Quadros. Em julho de 1961 integrou a delegação econômica enviada ao Leste Europeu e ao Oriente. Estava em Cingapura, em 25 de agosto de 1961, quando Jânio renunciou ao governo. Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a presidência à espera de Goulart. Os ministros militares pretenderam impedir o retorno de Jango ao território nacional, mas recuaram diante da reação do governo e das tropas do Rio Grande do Sul. Afinal uma solução conciliatória foi encontrada pelo Congresso com a adoção do regime parlamentarista. Goulart tomou posse na presidência da República em 7.9.1961 e seu primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves. Seu programa de governo defendia uma política externa independente, a nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e as reformas de base — agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral e urbana. A partir de maio de 1962 deu início à campanha para o plebiscito que decidiria sobre a continuação ou não do parlamentarismo. O gabinete demitiu-se em junho de 1962 e foi subs-

tituído por outro encabeçado por Francisco de Paula Brochado da Rocha, que não contou com o apoio do Congresso e renunciou em setembro. No dia seguinte a CGT deflagrou uma greve geral pressionando o Congresso, que autorizou a realização do plebiscito a 6.1.1963. Um último gabinete foi formado por Hermes Lima. Goulart lançou-se na campanha pelo presidencialismo, saindo vitorioso no plebiscito. Procurou aplicar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, formulado por Celso Furtado, mas não obteve êxito. Em meio à crise econômica que havia se instalado, Jango desencadeou a campanha pelas reformas de base. Em grande comício popular no Rio de Janeiro decretou a encampação das refinarias de petróleo particulares e a desapropriação de todas as propriedades valorizadas por investimentos públicos. A partir daí a oposição a Goulart aumentou e os militares se mobilizaram para combatê-lo. Uma insubordinação na Marinha precipitou a revolta contra seu governo, deposto em 31.3.1964. Em 4 de abril, Goulart desembarcava no Uruguai em busca de asilo e teve seus direitos políticos suspensos pelo novo governo. Desde 1966, juntamente com Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, tomou parte na Frente Ampla visando a restauração da democracia, mas em 1968 o movimento foi proibido. A partir daí, Jango dedicou-se integralmente aos negócios. Mudou-se para Buenos Aires em 1973 a convite de Perón, onde se associou a uma firma de exportação e dedicou-se à criação de gado. Entre 1974 e 1976, no governo Geisel, tentou obter permissão para voltar ao Brasil, mas não o conseguiu.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: em poder da família

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante acordo com os depositários. Denise Goulart, filha do titular, seria a mais indicada para encaminhar o assunto.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: não identificado

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: não identificados. Pelas indicações disponíveis sabe-se que existem:

  textuais: cartas, notas, discursos, entrevistas, minutas, relatórios, informes etc.

  sonoros e visuais: fotografias, filmes etc

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Existem elementos sobre o período em que Goulart exerceu a vice-presidência da República, sobre a campanha eleitoral de 1960 e sobre seu governo. Os papéis situam os problemas políticos do período, questões do movimento sindical e abordam as relações exteriores do país, especialmente com os EUA e a França.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os papéis de João Goulart foram consultados por Moniz Bandeira para a elaboração de seu livro O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964) (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977). O autor assinala (p.187) que "a documentação de Goulart, embora abundante, estava dispersa e por isso não constituía um arquivo". No roteiro que publicaram (Porto Alegre, L & PM, 1984) de seu filme Jango, Sílvio Tendler e Maurício Dias informam (p.12) que a filha do ex-presidente, Denise Goulart, abriu os arquivos da família para a realização da película. Quando isso se deu, em 1981, os documentos se encontravam divididos entre o Uruguai e a Argentina.

GUDIN Filho, Eugênio
(Rio de Janeiro, RJ, 12.7.1886 -)
Ministro da Fazenda 25.8.1954 a 12.4.1955

Filho de um negociante de importação, formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1905. Iniciou sua carreira profissional em 1906 na Light, participando da construção da represa de Lajes, no Rio de Janeiro. Em 1907 transferiu-se para a firma Dodsworth & Cia. e colaborou nas obras de canalização do rio Carioca e, em 1910, foi para o Ceará coordenar a construção da represa de Aracape, que em 1959 passou a ter seu nome. Em 1913, em Recife, organizou a instalação da rede de bondes elétricos, que dirigiu até 1922. Voltou ao Rio de Janeiro e assumiu a direção da Great Western of Brazil Railway, onde permaneceu até 1951. De 1924 a 1926 foi um dos diretores de O Jornal, diário carioca onde publicou seus primeiros artigos econômicos. Passou a colaborar em 1927 no Correio da Manhã, que publicaria suas matérias até 1954. Depois da Revolução de 1930, participou da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Em 1933 trabalhou na Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil (Camob), tornando-se membro do conselho de administração de 1940 a 1944. De 1937 a 1960 integrou o Conselho Técnico de Economia e Finanças. Em dezembro de 1938, ao ser fundada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, ocupou a cátedra de moeda e crédito e posteriormente foi diretor da Faculdade. Em 1943 participou do I Congresso Brasileiro de Economia, no Rio de Janeiro, liderando o grupo liberal contra o intervencionismo estatal e em defesa da iniciativa privada. Travou célebre polêmica com Roberto Simonsen, expoente da corrente adversária. Em 1944 integrou a delegação brasileira à Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods, EUA. Lecionou teoria monetária na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas até 1957, quando se aposentou do magistério. Em 1946 deu início à implantação de um centro de estudos econômicos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou a publicar no ano seguinte a Conjuntura Econômica e a Revista Brasileira de Economia. Em 1951 surgiu o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, que ficou sob a presidência de Gudin até 1969. Foi criado também um Centro de Aperfeiçoamento de Economistas que se transformou em 1966 na Escola de Pós-graduação em Economia (EPGE). De 1951 a 1954 foi governador do Brasil junto ao FMI e ao BIRD. Moveu oposição à política econômica do governo Vargas, em particular à criação da Petrobrás. No dia 24.8.1954, com o suicídio de Vargas, assumiu a pasta da Fazenda do Governo Café

Filho, onde permaneceu até 12.4.1955. Adotou uma política de estabilização para combater a inflação e reequilibrar as contas externas e garantiu apoio de entidades financeiras internacionais ao seu programa. Presidiu a Reunião de Ministros da Fazenda das Repúblicas Americanas realizada em Petrópolis em 1954 e em janeiro de 1955 editou a Instrução 113 da Sumoc, criando condições favoráveis à realização de investimentos estrangeiros no país. Quando deixou o ministério assumiu a presidência da Companhia Paulista de Força e Luz. No ano de 1958 passou a publicar artigos em O Globo e no Diário de São Paulo e em 1960 assumiu a vice-presidência da FGV, onde permaneceu até 1976. Crítico dos governos Kubitschek e Goulart, apoiou o movimento de março de 1964. Publicou Princípios de economia monetária (1943); Inflação e economia de guerra (1944); Rumos de política econômica (1945); A rendição da guarda e outros escritos (1949); Inflação, crédito e desenvolvimento (1956); Inflação, importação e exportação, café, crédito, desenvolvimento, industrialização (1959); Análise de problemas brasileiros - coletânea de artigos 1958-1964 (1965); Reflexões e comentários: 1970-1978 (1978); O Pensamento de Eugênio Gudin (1978).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 5.150

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1857-1978

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Dados Biográficos, Correspondência, Produção Intelectual, Trabalhos de Terceiros, Legislação e Recortes de Jornais.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: guias: CPDOC. Guia dos arquivos CPDOC 1985. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1985, p.35

  inventário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, estudos, relatórios.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: livros, folhetos, títulos de revistas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Conforme aponta o Guia dos arquivos CPDOC 1985, " material textual fornece subsídios sobre o papel desempenhado pela agricultura na economia brasileira, a política cafeeira, a reforma agrária e suas implicações políticas. Reúne também elementos para o estudo das relações do Brasil com os demais países no que se refere à política creditícia, incluindo temas como a reforma bancária, o BIRD, o Banco de Exportação e Importação — Eximbank, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e o Banco do Brasil.

Integram o arquivo estudos sobre democracia e teoria econômica, e numerosos documentos focalizando o controle do Estado sobre a economia, as repercussões da política cambial sobre as importações e exportações e o afluxo de capitais estrangeiros para o Brasil. Existem também registros significativos sobre as negociações com Washington para a obtenção de ajuda externa ao Brasil (1954-1955) além de dados sobre a conferência dos Ministros da Fazenda, realizada em 1958.

Constam ainda informações relativas à questão do petróleo a partir de 1947 e à política econômica nacional posterior a 1954, bem como alguns documentos anteriores ao nascimento do titular que se encontravam incorporados ao arquivo quando da doação. As fotografias refletem a atuação de Eugênio Gudin nas áreas políticas e econômica e o material impresso inclui obras sobre economia e finanças, bem como artigos e discursos de autoria do titular, entre os quais , Capitalismo e sua evolução (1936) e Análise da situação econômica e monetária (1940)."

- TIPOS DE DOCUMENTOS: não identificados. Pelas indicações disponíveis sabe-se que existem:

INHOMIRIM, Visconde de (Francisco Sales Torres Homem)
(Rio de Janeiro, RJ, 29.1.1812 - Paris, França, 3.6.1876)
Ministro da Fazenda 12.12.1858 a 10.08.1859; 29.8.1870 a 7.3.1871

Formou-se pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, mas envolveu-se na política e abandonou a profissão. Em 1833 foi para a Europa como secretário de legação e encarregado de negócios na França, graduou-se em direito na Universidade de Paris e se dedicou ao estudo de direito constitucional, economia política e sistemas financeiros. De volta ao Brasil, como membro do Partido Liberal, combateu asperamente os conservadores e apoiou o ministério da maioridade até a queda dos liberais, quando foi deportado para a Europa (1842). Foi eleito deputado geral por Minas Gerais em 1844 e pelo Rio de Janeiro em 1848. Sob o pseudônimo de Timandro, escreveu o panfleto Libelo do povo (1848), condenando a realeza e os conservadores. Cinco anos mais tarde tornou-se defensor da política de conciliação preconizada pelo Marquês de Paraná e começou sua evolução para o campo conservador. Foi então convidado para chefe de uma das diretorias do Tesouro Nacional, o que contrariou os liberais. Aliou-se aos conservadores e foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro em 1857. Fez parte do gabinete presidido pelo Visconde de Abaeté, ocupando a pasta da Fazenda de 12.12.1858 e 10.8.1859. Durante sua administração combateu a política de pluradidade bancária e as facilidades emissoras de Sousa Franco, revogando a autorização dada ao Banco do Brasil para elevar a emissão ao triplo do fundo disponível; contraiu empréstimo para liquidar a dívida de 1829, encampou a Estrada de Ferro D. Pedro II e introduziu alterações na estrutura do Tesouro Nacional, determinadas pela reforma de 1850. Foi ainda eleito deputado pelo Rio de Janeiro e senador pelo Rio Grande do Norte (1870). Voltou ao ministério da Fazenda de 29.8.1870 a 7.3.1871. Foi do Conselho do Imperador, do Conselho de Estado e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

ITABORAÍ, Visconde de (Joaquim José Rodrigues Torres).
(Itaboraí, RJ, 13.12.1802 - Rio de Janeiro. RJ, 8.1.1872)
Ministro da Fazenda 10.5.1832 a 3.8.1832; 6.10.1848 a 6.9.1853;
16.7.1868 a 29.8.1870

Bacharelou-se em matemática e ciências naturais pela Universidade de Coimbra em 1825 e regressou ao Brasil, tornando-se no ano seguinte lente substituto da Academia Militar. Em 1831 foi nomeado ministro da Marinha durante a Regência Trina, retomando o cargo um ano depois e acumulando-o com o Ministério da Fazenda de 10.5.1832 a 3.8.1832. Ascendeu à Câmara dos Deputados em 1833 exercendo mandatos até 1844, quando tornou-se senador. Voltou à pasta da Marinha em 1837, exerceu a do Império em 1840 e dirigiu pela quarta vez os negócios da Marinha em 1843. Esteve à frente do Ministério da Fazenda de 6.10.1848 a 6.9.1853, quando executou a grande reforma do órgão em 1850, reorganizando as tesourarias das províncias e estruturando a administração central da Fazenda e o Tribunal do Tesouro Nacional. Obteve aprovação legislativa para a criação do Banco do Brasil, de que veio a ser presidente, e voltou ao Ministério da Fazenda de 16.7.1868 a 29.8.1870, quando presidiu também o gabinete. Foi inspetor geral da instrução pública e membro do Conselho do Imperador, do Conselho de Estado e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Museu Imperial

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do doador John Raphael Shalders ou de seu representante Carlos Otávio Lúcio Cabral de Andrade (Rua Henrique Dias, 509 - Petrópolis - tel. (0242) 42-3854 e 43-1880)

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 40

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1866-1871

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, decretos

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A correspondência diz respeito à vida pública do titular e os demais documentos são decretos de nomeação e exoneração dos diversos cargos que exerceu.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Sr. Carlos Otávio Lúcio Cabral de Andrade declarou possuir em seu poder outros documentos de Itaboraí. No Museu Paulista foram localizados, do titular, um ofício de 1870 e duas apólices de 1869.

KUBITSCHEK de Oliveira, Juscelino
(Diamantina, MG, 12.9.1902 - Resende, RJ, 22.8.1976)
Presidente da República 31.1.1956 a 31.1.1961

Filho de caixeiro-viajante e professora primária, cursou a Faculdade de Medicina em Belo Horizonte, diplomando-se em 1927. Sua vida política teve início em 1932 quando era médico da Força Pública de Minas Gerais e, atuando contra as tropas constitucionalistas de São Paulo, estabeleceu contato com Benedito Valadares, delegado federal na região. Quando este foi nomeado interventor federal em Minas Gerais, em 1933, designou Juscelino para chefe de gabinete. Eleito deputado federal em 1934 exerceu seu mandato de 1935 a 1937 quando a Câmara foi fechada. Em 1940 foi nomeado por Valadares prefeito de Belo Horizonte e sua administração caracterizou-se pela realização de melhorias nos serviços de água, luz e esgotos e obras de arquitetura moderna. Ingressou no PSD, voltando à Câmara federal como constituinte em 1946. Elegeu-se governador de Minas Gerais, para o período 1951-1955, com um programa voltado para energia e transporte. Candidatou-se à presidência em 1955 pela coligação PSD-PTB. Votorioso, governou o país de 1956 a 1961. Criou o Conselho de Desenvolvimento, encarregado, sob a direção de Lucas Lopes, de traçar o chamado Plano de Metas que cuidava da energia, transporte, indústria automobilística, construção naval e exportação de minérios, entre outros objetivos. Promoveu a construção de Brasília, transferindo para a nova cidade a capital do país. Essa política de investimentos se chocava com as recomendações do Fundo Monetário Internacional, tendo sido obrigado a transigir em alguns casos para manter o fluxo de investimentos externos, embora tenha chegado a romper com a entidade em 1959. Propôs a Operação Pan-Americana (OPA) para criar uma nova política continental, considerada como fonte da Aliança para o Progresso. Para atender às forças armadas adquiriu um porta-aviões para a Marinha de Guerra. No final de seu governo sua popularidade era bastante grande. Elegeu-se senador por Goiás em 1961, ocupando a cadeira até 1964, quando a Revolução o atingiu cassando seu mandato e suspendendo seus direitos políticos. Viajou para o exterior só retornando em 1967, quando se estabeleceu como empresário com o Banco Denasa de Investimentos. Em 1968 o governo proibiu o funcionamento da Frente Ampla que o reunira a Lacerda e Goulart para lutar pela restauração democrática no país. Em 1974 foi eleito membro da Academia Mineira de Letras e, no ano seguinte, abandonou o Banco Denasa para se dedicar à sua fazenda em Luziânia (GO).

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Memorial JK

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilmes e reproduções.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom; cerca de 70% das fotos foram higienizadas, o mesmo acontecendo com os álbuns fotográficos, a totalidade dos diplomas e alguns manuscritos e documentos pessoais.

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 11.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1905-1976

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência, Áudio-Visual, Discursos, Documentos Pessoais, Recortes de Jornais, Diversos.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: a elaboração de um inventário foi iniciada em maio de 1986.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, discursos, diplomas, certidões, títulos, declarações, carteiras de identidade

  sonoros e visuais: fotografias, filmes, fitas cassete, slides

  impressos: recortes de jornais, discursos

  cartográficos: mapas, plantas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo restringe-se praticamente ao período posterior ao exercício da Presidência, embora ocorram, esparsadamente, documentos mais antigos. Reúne a correspondência pessoal de Kubitschek produzida após a Presidência e a correspondência post-mortem para D. Sarah, além de material sobre o IPMs a que foi submetido após 1964. Os discursos existentes são tanto do período presidencial como posteriores. A documentação pessoal inclui diplomas, certidões, títulos, carteiras de identidade, declarações de bens e papéis da Fazendinha JK. Os recortes de jornal versam sobre Brasília e o Memorial JK. O segmento sonoro e visual, composto de cerca de 6.000 peças, abrange a vida e a carreira política do titular, seus programas de governo e a construção de Brasília.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - O Memorial JK dispõe ainda da biblioteca do ex-presidente e incorpora um museu sobre sua vida e obra, dotado inclusive de sala de pesquisa.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 37

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1956-1960

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: títulos, cartas, programas, exposição de motivos

  sonoros e visuais: fotografias, cartazes.

  impressos: livreto, folheto

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação se concentra no período em que JK ocupou a presidência da República. Contém exposição de motivos do Ministro da Viação sobre o combate à seca em Pernambuco (1956) e documentos sobre a assinatura de acordo comercial com a Argentina (1957) e a visita do presidente de Portugal, Craveiro Lopes, ao Brasil (1957).

  Existem materiais sobre a inauguração de Brasília e livro de registro de visitas do corpo diplomático ao Brasil de 1957 a 1960.

  No campo iconográfico constam, entre outros, cartazes de propaganda do governo JK e fotos do titular com líderes políticos, com familiares etc.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Embora José Honório Rodrigues, em A pesquisa histórica no Brasil (2a. ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p.194), afirme ter sido o "arquivo particular" de Juscelino recolhido ao Museu da República, a modesta coleção existente na instituição não faz juz à notícia. É possível que D. Sarah Kubitschek possa esclarecer o destino dos papéis do marido até o período presidencial.

LAFER, Horácio
(São Paulo, SP, 3.5.1900 - Paris, França, 29.6.1965)
Ministro da Fazenda 31.1.1951 a 15.6.1953

Era filho de imigrantes judeu-lituanos que fundaram no Brasil, com os primos da família Klabin, uma indústria de papel. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1920 e especializou-se em seguida na Faculdade de Filosofia de Berlim. Retornando ao Brasil, dedicou-se aos negócios da família e em 1928 integrou a primeira diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, presidida por Francisco Matarazzo. Passou também a assessorar o ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira, participando de reuniões da Liga das Nações. Em 1933 foi um dos fundadores da Confederação Industrial do Brasil e primeiro-secretário da entidade. Nesse mesmo ano foi escolhido representante classista à Assembléia Constituinte, sendo eleito em 1934 deputado federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Com o Estado Novo perdeu o mandato e voltou a dedicar-se a suas empresas, instalando em 1940 com um grupo de empresários a Companhia Nitroquímica Brasileira e pouco depois, com auxílio oficial, nova fábrica de papel. A partir de 1943 integrou o Conselho Técnico de Economia e Finanças, onde se manteve até 1950. Elegeu-se pelo Partido Social Democrático de São Paulo à Constituinte de 1946 e exerceu mandato ordinário até 1951, destacando-se como líder da maioria e por sua atuação em questões econômicas e financeiras. No início do segundo governo Vargas, foi nomeado em 31.1.1951 ministro da Fazenda e, nessa função, procurou combater a inflação, reprimindo a especulação com gêneros alimentícios, e defendeu a participação do Estado e do capital estrangeiro na industrialização do país. Patrocinou o chamado Plano Lafer, que programava o crescimento da economia brasileira com base num Fundo de Reaparelhamento Econômico e com apoio de empréstimos norte-americanos e do Banco Mundial. O plano contudo só foi parcialmente aplicado, embora em seus marcos tenham sido criados o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste, em 1952, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), no ano seguinte. Em 1953 propôs novo plano estabilizador, mas a iniciativa chocou-se com a posição de outros setores do governo, adeptos de uma política de crédito fácil. A crise econômica provocou então uma reforma ministerial e Lafer deixou a pasta em 15.6.1953. Eleito novamente deputado federal pelo PSD de São Paulo em 1954 e 1958, coube-lhe relatar na Câmara, em 1959, o processo

de ruptura do governo Kubitschek com o FMI. Nomeado ministro das Relações Exteriores em agosto de 1959, participou da criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e promoveu uma reunião de chanceleres americanos, para apreciar a Revolução Cubana. Com o fim do governo Kubitschek, em janeiro de 1961, deixou aquela pasta e concluiu seu mandato parlamentar no início de 1963. Obras: Tendências filosóficas contemporâneas (1929); Discriminação de rendas (1946); O crédito e o sistema bancário no Brasil (1948); Aspectos da legislação social; Gestão do ministro Lafer na pasta das Relações Exteriores (1961).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. O professor Celso Lafer (Rua Santa Isabel, 160 conj. 23 - São Paulo - tel. (011) 223-1888), sobrinho do titular, possui da gestão do tio no Ministério da Fazenda, dois volumes encadernados de texto datilografado, um com a relação de todos os expedientes submetidos ao Presidente da República em 1952, e outro com as exposições de motivos do período 2.1.1952 a 26.3.1952. Tem também em seu poder cerca de 50 fotografias de Horácio Lafer. No volume sobre o personagem que organizou para a coleção Perfis Parlamentares (Brasília, Câmara dos Deputados, no prelo), fez incluir seus discursos, propostas, projetos, declarações de voto, intervenções nos debates e depoimentos produzidos na Câmara de 1934 a 1964 e nas Constituintes de 1934 e 1946. A Sra. Maria Luísa Lafer (Rua Presidente Prudente, 62 - 11º andar - São Paulo), viúva do titular, talvez possua alguma documentação em seu poder.

LINHARES, José
(Baturité, CE, 28.1.1886 - Caxambu, MG, 26.1.1957)
Presidente da República 29.10.1945 a 31.1.1946

Filho de um proprietário rural, matriculou-se em 1902 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas abandonou o curso no segundo ano e transferiu-se para Recife, onde ingressou na Faculdade de Direito. Mudou-se depois para São Paulo, formando-se em advocacia em 1908 e passando a exercer a profissão no Rio de Janeiro.

Em 1913 foi nomeado por concurso juiz da 2a. Pretoria Criminal, passando depois por quase todas as varas de direito da capital até tornar-se titular em 1928 da 5a. Vara Criminal. Em 1931 foi feito desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal. Compôs o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desde a sua criação em 1932 até o advento do Estado Novo em 1937, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

No início de 1945, por indicação de Vargas, presidiu a comissão encarregada de elaborar nova legislação eleitoral e em maio daquele ano tornou-se presidente do STF e, nessa qualidade também do TSE.

Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, foi guindado à Presidência da República para ocupar o cargo até a posse do candidato a ser eleito em dezembro. Logo após assumir, regulamentou a eleição presidencial e para a Assembléia Nacional Constituinte, já convocadas por Vargas, e participou da decisão de não punir o ex-ditador, limitando-se a confiná-lo em sua fazenda no Rio Grande do Sul. Revogou em seguida a chamada "Lei Malaia", primeiro instrumento jurídico antitruste no Brasil e que causara descontentamento nos meios empresariais, e extinguiu o Tribunal de Segurança Nacional e alguns dispositivos repressivos da Carta de 1937. As tentativas de combate à inflação, durante seu curto governo, foram baldadas pelo aumento dos gastos públicos.

Em 31.1.1946 transferiu o governo ao presidente eleito general Eurico Gaspar Dutra e voltou à presidência do STF e do TSE pelo triênio 1946-1949. Em 1951 foi novamente eleito presidente da Suprema Corte e em 1954 reconduzido ao cargo, aposentando-se dois anos depois.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: residência do Embaixador José Carlos Cavalcanti Linhares, filho do titular

endereço: Rua Paula Freitas, 44/302 - Rio de Janeiro - tel. (021) 257-2735

- CONDIÇÕES DE ACESSO: fechado à consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: não identificados; sabe-se apenas que há:
  <u>textuais</u>: correspondência, diplomas
  <u>sonoros e visuais</u>: fotografias
  <u>impressos</u>: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo compõe-se de cerca de vinte envelopes grandes e vinte pastas com documentos pessoais, correspondência, recortes de jornais etc. Existem também seis álbuns fotográficos, diplomas e condecorações.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O depositário exerce no momento o cargo de consul geral do Brasil em Madri (Embaixada do Brasil, Fernando el Santo, 6 - Madri). Declarou jamais ter examinado esses papéis, que se encontram no estado deixado pelo titular, e que a documentação em seu poder é o remanescente do arquivo de José Linhares, destruído na maior parte por cupim. A professora Maria Yedda Linhares (Secretaria Estadual de Educação - Rua do Passeio, 62 - 12º andar - Rio de Janeiro - tel. (021) 240-1091) informou que seu falecido marido, José Alves Linhares, que foi secretário do ex-presidente, teria ficado com alguns documentos do mesmo, embora não tenha condições no momento de localizá-los. A biblioteca de José Linhares foi doada à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. As condecorações serão remetidas ao STF.

LISBOA, José Antônio

(Rio de Janeiro, RJ, 23.2.1777 - Rio de Janeiro, 29.7.1850)

Ministro da Fazenda 2.10.1830 a 3.11.1830

Filho de militar, doutorou-se em matemática e filosofia no Colégio dos Nobres, de Lisboa, aperfeiçoando-se em Paris e Londres e sendo obrigado a regressar ao Brasil para não ser preso por possuir livros considerados não ortodoxos pelo Santo Ofício. Foi nomeado lente da aula do comércio por D. João VI em 1809. Ocupou a pasta da Fazenda, substituindo o Marquês de Barbacena, de 2.10.1830 a 3.11.1830, quando se exonerou por não concordar com a orientação do Imperador. Participou de várias comissões de estatística e de fazenda, cabendo-lhe em uma delas, em 1832, a tarefa de organizar um capítulo do Código do Comércio referente às letras de câmbio. Posteriormente, a pedido do monarca, fez um estudo sobre finanças públicas que resultou num trabalho sobre o novo padrão monetário e a organização de um banco estatal. Tornou-se assim consultor dos governos do Primeiro Reinado e da Regência em matéria econômica e financeira.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

LOPES, Lucas
(Ouro Preto, MG, 25.6.1911 -)
Ministro da Fazenda 25.6.1958 a 3.6.1959

Filho de engenheiro e professor, graduou-se em 1932 na Escola de Engenharia de Belo Horizonte e passou a ocupar funções técnicas nas ferrovias da Rede Mineira de Viação. Em 1943 foi nomeado secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais pelo interventor Benedito Valadares, exercendo o cargo até a deposição de Vargas em 1945. No ano seguinte voltou a ocupar uma secretaria estadual mineira, desta feita a de Viação e Obras Públicas, na interventoria de João Tavares Beraldo. Em 1948 passou a integrar a Comissão do Vale do São Francisco. Iniciado em 1951 o governo de Juscelino Kubitschek em Minas, Lucas Lopes foi investido na função de formular um plano de eletrificação para o estado. Criou então a empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais, CEMIG, que presidiu até o final daquele governo. A partir do destaque conquistado em seu estado, foi convidado pelo governo federal para a Comissão Mista Brasil-EUA, encarregada de estudar o financiamento externo ao desenvolvimento econômico do país. Em 1952 passou a ocupar um lugar no conselho de administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), que acabava de ser criado. Com a morte de Vargas e a ascensão de Café Filho em agosto de 1954, foi feito ministro da Viação e Obras Públicas por indicação de Kubitschek. Entretanto, o distanciamento entre o candidato mineiro à Presidência da República e o governo provocou em janeiro seguinte a demissão de Lucas Lopes. O movimento militar de novembro de 1955, contudo, o reporia no mesmo ministério, à frente do qual se manteve até a posse de Juscelino na Presidência em janeiro de 1956. No período anterior dirigira, justamente com Roberto Campos, a equipe de economistas que formulou o chamado Plano de Metas, conjunto de diretrizes econômicas do novo governo. Logo ao início deste, foi nomeado presidente do BNDE, acumulando o cargo com a presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento, então instituído com a incumbência de centralizar a aplicação do Plano de Metas. Nesse ínterim, com diversos outros economistas bem situados no governo, participou da formação da Consultec, empresa de consultoria em projetos econômicos. Em 25.6.1958 assumiu o Ministério da Fazenda em substituição a José Maria Alkmin, deixando Roberto Campos em seu lugar no BNDE. O país se defrontava com o desequilíbrio no balanço de pagamentos, o grande déficit orçamentário e a crescente inflação. Para resolver esses problemas, o novo ministro apresentou ao Congresso em outubro daquele ano o Plano de Estabilização Monetária, recebido com desagrado por inúmeros setores. As medidas preconizadas pelo plano eram entretan

to consideradas indispensáveis pelo Fundo Monetário Internacional para avalizar novos empréstimos externos. Pressionado por diversos lados e descontente com a inflexibilidade do FMI, Juscelino decidiu em junho de 1959 romper as negociações com a instituição. Essa decisão provocou o abandono do Plano de Estabilização e a substituição de seus promotores no governo. Assim, Lucas Lopes deixou a pasta da Fazenda em 3.6.1959, substituído por Sebastião Pais de Almeida. Ainda nesse ano tornou-se titular de um cartório no Rio de Janeiro e assumiu a presidência do conselho de administração da empresa de energia elétrica Furnas S/A., além de participar de diversas empresas privadas nacionais e estrangeiras.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: aguardando organização

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 35.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1929 - década de 1960

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTO: textuais: estudos, cartas, discursos, conferências, documentos pessoais.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais, títulos de revistas, folhetos

  cartográficos: mapas, plantas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação concentra-se no período do governo JK, quando Lucas Lopes presidiu o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, BNDE (1956-1958) e ocupou a pasta da Fazenda (1958-1959). Constam no entanto documentos anteriores, do período em que foi secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais (1943-1945), tais como um texto sobre planejamento industrial

(1945) e volumes encadernados de recortes de jornais sobre o desempenho da secretaria de Agricultura. Ocorre ainda material mais antigo, relativo à Rede Mineira de Viação (1940).

De 1946 registram-se trabalhos da Comissão do Vale do São Francisco e da Comissão Constitucional para mudança da Capital Federal. Podem ser encontrados textos sobre o plano SALTE, o relatório final da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink, 1949), estudo sobre a constituição das Centrais Elétricas Brasileiras no governo Vargas (1954).

Com relação ao governo Kubitschek, constam documentos sobre o programa nacional do petróleo (1956-1960), o rompimento com o FMI, o Programa de Estabilização Monetária (1958), a questão da dívida externa, estudos sobre remessa de lucros e capital estrangeiro, energia nuclear (1956), comércio exterior, Eletrobrás, programa siderúrgico, Missão econômica Lucas Lopes, estudos econômicos sobre o Brasil efetuados pelo Banco Muncial nos anos 50, indústria automibilística etc. Merece alusão o estudo sociológico formulado pelo ISEB para o governo JK, com comentários à margem do texto do coronel Olímpio Mourão Filho.

Contém o arquivo as características do Programa de Metas nos diversos setores, elaborados por grupos de trabalho coordenados pelo BNDE (1956) e críticas a eles dirigidas pelo deputado Bilac Pinto.

Ressalta ainda esboço do programa de governo de Tancredo Neves como primeiro-ministro (1961) e a versão preliminar do Programa Estratégico de Desenvolvimento, com subtítulo "estratégia de desenvolvimento e estrutura geral" (1968-1970 , 2 volumes).

Quanto às atividades do titular na iniciativa privada, observa-se o desempenho da empresa Consultec, de elaboração de projetos na área econômica (1959).

O material cartográfico constitui-se de mapas da Comissão do Vale do São Francisco e da Comissão de Mudança da Capital Federal, enquanto a iconografia, compreende fotos de família e de eventos políticos.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: parte do arquivo está sendo entregue ao CPDOC em junho-julho de 1986. O restante, igualmente doado à instituição, permanece por ora na residência do titular (Rua Raul Pompéia, 228/802 - Rio de Janeiro - tel. (021) 287-0385). A biblioteca de Lucas Lopes, centrada em economia e finanças, está sendo desmembrada e encaminhada parte ao CPDOC e parte a outras instituições.

LUCENA, Barão de (Henrique Pereira de Lucena)
(Bom Jardim, PE, 27.5.1835 - Rio de Janeiro, 10.12.1913)
Ministro da Fazenda 4.7.1891 a 23.11.1891

Filho de um herói da Guerra dos Cabanos e da Revolução Praieira, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Recife, em 1858, iniciando sua vida pública como delegado de polícia e magistrado, juiz no interior de Pernambuco e na Paraíba, e chefe de polícia em Fortaleza de 1869 a 1872. Trocando o Partido Liberal pelo Conservador, foi presidente das províncias do Rio Grande do Norte (1872), Pernambuco (1872-1875), Bahia (1877-1878) e Rio Grande do Sul (1885-1886), e deputado geral por Pernambuco na última legislatura do Império, tendo presidido a Câmara em 1888 e 1889. Na República foi nomeado juiz dos feitos da Fazenda da Capital Federal (1890), ministro do Supremo Tribunal Federal (1890) e governador de Pernambuco (1890), permanecendo pouco tempo neste último cargo, pois, com a demissão do primeiro ministério do Governo Provisório em janeiro de 1891, Lucena passou a desempenhar o papel equivalente ao de primeiro-ministro, ocupando, inicialmente, as pastas da Justiça e da Agricultura até 4.7.1891 quando passou para a da Fazenda até o golpe de Estado de 23.11.1891. Aposentou-se do STF em 1892 mas não abandonou a vida política. Fez campanha contra Rosa e Silva em Pernambuco durante o governo Campos Sales (1898-1902). No governo Hermens da Fonseca (1910-1914) participou da campanha das salvações contra as oligarquias do Nordeste e apoiou a candidatura vitoriosa do general Emídio Dantas Barreto ao governo de Pernambuco contra Rosa e Silva.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
- CONDIÇÕES DE ACESSO: não permite xerox, microfilme ou reprodução iconográfica
- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom
- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 1.878
- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1860-1914
- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência, Documentos Diversos, Recibos e Telegramas

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário: Pernambuco. Arquivo Público Estadual. Arquivo do Barão de Lucena; catálogo. Recife, Secret. do Interior e Justiça, 1956, 285p.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, ofícios, memoriais, requerimentos, declarações, diplomas, cartas patentes, títulos, escrituras, contratos, procurações, orçamentos, faturas, recibos etc.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O tema dominante do arquivo é a política pernambucana, acompanhada intensamente entre 1875 e 1903. Surgem nos papéis as sucessivas administrações estaduais, eleições, partidos políticos, nomeações e transferências de cargos, concessões de verbas etc, ao longo de ampla correspondência, onde se destacam as cartas de João Alfredo, Barão de Cotegipe e Coelho Cintra. Registra-se a repressão à revolta do Quebra-Quilos (1874), a reforma judiciária no estado, problemas da capital como o contrato com a empresa Recife Drainage e os melhoramentos no porto. Recebe extensa cobertura a oposição de Lucena a Rosa e Silva, marcante nos anos de 1902-1903 e a polêmica com João Alfredo em 1904.

A documentação abarca os diversos gabinetes do Império, a Questão Religiosa (através de abundante correspondência com João Alfredo), a Abolição, a construção de estradas, os impostos, a rede telegráfica e a reforma do ensino.

Sobresai no arquivo o período de fastígio do titular no plano nacional e seus marcos principais: a Proclamação da República, a queda do primeiro ministério republicano, a Constituinte de 1891, a oposição a Deodoro, a dissolução do Congresso e a renúncia do primeiro Presidente. Na fase em que Lucena esteve à frente do ministério (1891) são abordados praticamente todos os assuntos de governo, políticos, diplomáticos e militares. A situação econômica merece algumas menções, cabendo assinalar as relações Brasil-França e Brasil-EUA, os empréstimos externos e a questão da garantia de juros ao Porto de Torres (RS). Questões políticas e eleitorais de diferentes estados (Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Santa Catarina, Amazonas etc) são também enfocadas. No Rio Grande do Sul, está retratada a instabilidade do primeiro governo de Júlio de Castilhos, seu confronto com Silveira Martins, os levantes militares e sua deposição em 1891. Em São Paulo, observa-se a ascensão de Américo Brasiliense e a oposição comandada por Campos Sales e Prudente de Morais.

A coleção documenta ainda as nomeações e transferências de Lucena e sua eleição como deputado geral, além de conter grande volu

me de material relativo a assuntos particulares, inclusive propriedades, seguros, impostos etc, proveniente da correspondência com a família.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O maior conhecedor do arquivo do Barão de Lucena é o Prof. Flávio Guerra (Rua Floriano Peixoto, 85/312 - Recife - tel. (081) 224-6506), responsável pela sua transferência para Recife e autor de seu catálogo.

LUÍS Pereira de Sousa, Washington
(Macaé,RJ, 26.10.1869 - São Paulo, SP, 4.8.1957)
Presidente da República 15.11.1926 a 24.10.1930

Oriundo de uma família de grande prestígio político, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. No ano seguinte foi nomeado promotor público de Barra Mansa (RJ) cargo que ocupou até 1893, quando se transferiu para Batatais (SP), e abriu um escritório de advocacia. Elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Batatais em 1897, e logo assumiu a presidência da casa. De 1898 a 1899 exerceu a chefia da intendência (prefeitura) do município. Candidato a deputado federal em 1900, elegeu-se nas urnas, mas a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados recusou-lhe o mandato. De 1900 a 1904 dedicou-se à pesquisa histórica, produzindo duas monografias: <u>Contribuição para a história da capitania de São Paulo. Governo Rodrigo César Meneses</u>; e <u>Testamento João Ramalho</u>. Em 1904 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e, no ano seguinte, participou da Assembléia Constituinte estadual. No final da legislatura foi nomeado Secretário da Justiça de São Paulo, com a missão de realizar uma reforma nas polícias civil e militar . Permaneceu no cargo até 1912, quando se reelegeu deputado estadual. Em 1913 foi escolhido prefeito de São Paulo, interrompendo seu mandato parlamentar para assumir o cargo em 1914. Reeleito pelo voto direto para a prefeitura em 1917, passou o cargo para seu vice em 1919, para candidatar-se ao governo de São Paulo. Elegeu-se em 1920 e aplicou o seu lema "governar é abrir estradas" até 1924 quando finalizou sua gestão. Em 1925 assumiu uma cadeira no senado e foi indicado candidato à presidência da República. Seu prestígio político e a "política do café com leite" garantiram-lhe a condição de candidato único. Seu governo iniciou-se como uma fase de distensão política depois de um longo período de estado de sítio. Para assegurar a hegemonia paulista e enfraquecer a mineira reforçou a aliança com o Rio Grande do Sul, nomeando Getúlio Vargas, deputado gaúcho, para o Ministério da Fazenda. Obteve a aprovação do Congresso para o projeto de reforma monetária que instituiu o retorno do padrão-ouro e criou um novo fundo de estabilização cambial — Caixa de Estabilização, mais tarde incorporada ao Banco do Brasil. No plano político garantiu a libertacão dos presos políticos e militares detidos sem processo e legalizou o Partido Comunista Brasileiro — por pouco tempo até 1927. Na sucessão presidencial apoiou Júlio Prestes de Albuquerque, em oposição a Getúlio Vargas, sustentado pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, oposições dos demais Estados e integrantes do movimento tenen

tista. A crise econômica de 1929 tornou a campanha sucessória ainda mais tensa. A oposição contestou a lisura do pleito que deu a vitória a Júlio Prestes e o acirramento da disputa chegou ao auge em outubro de 1930, quando eclodiu um movimento armado que em pouco tempo tomou conta do país. Em 24 de outubro, os chefes militares provocaram a deposição de Washington Luís e dias depois Getúlio Vargas assumia o governo. Washington seguiu para o exílio, passado na Europa e nos Estados Unidos, longe da atividade política. Retornou ao Brasil em 1947, fixando-se em São Paulo e dedicando-se à pesquisa histórica. Publicou ainda Diogo Antônio Feijó (1913); Na capitania de São Vicente (1918); Arte e existência (1949).

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: residência do Dr. Vítor Luís Pereira de Sousa, filho do titular

  endereço: Rua Conselheiro Zacarias, 216 - São Paulo
  tel. (011) 852-2052

- CONDIÇÕES DE ACESSO: usualmente não é permitida a consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: em geral bom, embora certas peças, como alguns volumes de recortes de jornais, se encontrem deterioradas.

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1896-1957

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, mensagens, estudos, originais de livros.

  sonoros e visuais: fotografias, fita magnetofônica, filme.

  impressos: recortes de jornais, folhetos

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo compõe-se de mais de cem pastas classificadas por assuntos e cerca de 300 volumes encadernados de recortes de jornais. Cobre o período que se estende até o exercício do governo de São Paulo (1920-1924) e o pós-1930. O arquivo de Washington Luís na Presidência da República, segundo o depositário, teria sido confiscado pelas autoridades vitoriosas em 1930. De fato, documentos daquele governo podem ser encontrados no arquivo Getúlio Vargas, existente no CPDOC, o que parece confirmar a informação. A documentação em poder do filho do titular inclui ampla correspondência reunida em pastas por estados, versando a eleição de Artur Bernardes, a administração paulista (requisições formuladas por prefeitos, abertura de estradas etc), as medidas de estabilização monetária, a atuação política de Borges de Medeiros e de João Pessoa. Merece destaque um ensaio inédito de Washington Luís sobre Getúlio Vargas. Ocorrem ainda mensagens oficiais e projetos de diversa natureza. Há um rico conjunto de correspondência do exílio e de estudos históricos, incluindo manuscritos dos livros do titular, rascunhos e outros textos inéditos, além de correspondência trocada com Afonso Taunay e pesquisas genealógicas. Os recortes de jornais cobrem o exercício do governo paulista. As fotografias retratam a vida pública e privada do titular, registrando-se ainda um discurso seu gravado em fita e um filme documentando sua chegada do exílio (1947).

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Encontra-se também na residência do depositário a biblioteca de Washington Luís, com cerca de 7.000 volumes. Componentes originais dessa biblioteca foram doados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Outros familiares do ex-presidente que podem possuir documentos de seu arquivo: Washington Luís Pereira de Sousa Neto (SQS 213, Bloco E, ap.104 - 70292 Brasília) e os filhos residentes em São Paulo: Caio Pereira de Sousa e Florinda Maria Pereira de Sousa, esta depositária das condecorações do pai.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

- CONDICÕES DE ACESSO: -

- ESTADO DE CONSERVACÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 23, além de um número não identificado incluído no conjunto "Documentos referentes à época da República"

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1913-1947

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: dividido no arquivo Washington Luís Pereira de Sousa (divisão "estantes de madeira") e em "Documentos referentes à época da República" (divisão "arquivos de aço")

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário: Catálogo do Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, 1976, p.199 e 370.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, originais de livro, comunicados, programa, cardápio, ata, discurso, cartões, relatório, documentos contábeis.

  sonoros e visuais: fotografias, disco

  impressos: título de jornal, cartaz

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação trata da contabilidade e das finanças dos palácios presidenciais e de despesas pessoais efetuadas por Washington Luís na Presidência da República, contendo também, de sua autoria, discursos e manuscritos de comunicados expedidos pelo Ministério da Guerra, além de homenagens que lhe foram prestadas. Inclui correspondência do exílio e "correspondência pública e particular de datas diversas". A iconografia compõe-se de fotos do titular e da Revolução de 1930, havendo ainda um disco com discurso de 1947.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: No Museu da República, Coleção Presidentes da República Série Washington Luís, existem cinco documentos de 1926: um programa de sessão comemorativa, um cartão de Natal e três fotografias.

LUZ, Carlos Coimbra da
(Três Corações, MG, 4.8.1894 -Rio de Janeiro, RJ, 9.2.1961)
Presidente da República 8.11.1955 a 11.11.1955

Filho de um magistrado, diplomou-se em Belo Horizonte pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1915, sendo nomeado em seguida delegado de polícia em Leopoldina, onde exerceu também o magistério na escola normal. Em 1918 trocou a primeira função pelas de inspetor escolar e promotor, que desempenhou por dois anos, passando então a dedicar-se à advocacia e ao jornalismo. Diretor da Gazeta de Leopoldina, tornou-se em 1923 vereador e um ano depois prefeito da cidade. Reeleito em 1927, apoiou a Aliança Liberal e permaneceu à frente do Executivo municipal até 1932, quando assumiu a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas do estado, no governo de Olegário Maciel. No ano seguinte, na gestão de Benedito Valadares, transferiu-se para a Secretaria do Interior. Eleito deputado federal pelo Partido Progressista de Minas Gerais, ocupou sua cadeira de 1935 a 1937, exercendo nesse último ano a liderança da maioria na Câmara. Perdeu o mandato com a instauração do Estado Novo e foi nomeado por Vargas para a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, cuja presidência ocupou de 1939 a 1946. Em 1945 foi eleito deputado à Constituinte pelo PSD de Mianas, mas, não chegou a atuar naquela Assembléia, pois assumiu em janeiro seguinte o Ministério da Justiça do governo de Eurico Dutra, que então se inaugurava. Proibiu no país os jogos de azar e procurou reprimir as atividades do PCB, então na legalidade. Promulgada a Constituição em setembro de 1946, Dutra promoveu uma reforma ministerial e Carlos Luz deixou a pasta da Justiça em outubro seguinte, substituído por Benedito Costa Neto. Liderou em seguida uma dissidência do PSD mineiro em apoio à candidatura vitoriosa do udenista Milton Campos ao governo do estado. Novamente eleito deputado federal no pleito suplementar de 1947, foi reeleito em 1950 e 1954, sempre pelo seu partido. No início de 1955 foi conduzido à presidência da Câmara dos Deputados. Mais uma vez em dissidência com o PSD, opôs-se à candidatura presidencial de Juscelino Kubitschek, que seria eleito em outubro. Em 8.11.1955 o presidente Café Filho, enfermo, transmitiu o governo a Carlos Luz, seu sucessor legal. No dia 11, contudo, o ministro da Guerra demissionário General Henrique Teixeira Lott encabeçou um movimento militar que provocou a deposição de Carlos Luz, colocando em seu lugar o elemento seguinte na ordem sucessória, o vice-presidente do Senado Nereu Ramos. Carlos Luz, acusado por Lott de estar integrado a uma conspiração contra

a posse dos eleitos, procurou resistir embarcando no cruzador Tamandaré e rumando para Santos onde instalaria seu governo. A falta de apoio político e militar o fez desistir do intento. Retornou ao Rio, reassumiu seu mandato na Câmara e não pôde evitar que no dia 21 fosse declarado o impedimento de Café Filho. Nereu Ramos permaneceu então no governo até a posse de Kubitschek em janeiro de 1956. Carlos Luz obteve mais uma reeleição para Câmara dos Deputados em 1958. Como empresário, foi diretor-presidente do Banco Ribeiro Junqueira e integrou a diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Público Mineiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do diretor

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado; ocupam 13 gavetas de arquivo formato ofício

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1901-1980

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: atas, relatórios, despachos, cartas, pareceres, decretos, discursos, conferências, telegramas, ofícios

  impressos: recortes de jornais, folhetos, livros, revistas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A maior parte do arquivo é constituída de recortes de jornais, que ocupam integralmente seis gavetas e bom espaço nas demais. A documentação retrata toda a vida de Carlos Luz desde a escola primária até o falecimento. Do início de suas atividades, estão registradas suas funções como delegado de polícia, promotor de justiça, funcionário da Secretaria do Interior, inspetor escolar, vereador e prefeito de Leopoldina (MG). Constam suas passa-

gens pelas Secretarias de Agricultura (1932-1933) e do Interior (1933-1935) e pela liderança da maioria na Câmara dos Deputados (1937). Existem 33 volumes de atas (datilografadas) e relatórios (impressos) da Caixa Econômica Federal no período 1939-1946. São abordados também as eleições de 1945, a gestão no Ministério da Justiça, sua candidatura ao governo mineiro e a embaixada à Argentina para a posse de Perón, todos de 1946. Ocorre material sobre sua postulação à Presidência da República (1949) e sua atividade parlamentar, desde a Comissão de Finanças à presidência da Câmara. De seu curto governo , destaca-se, em cópias xerox, um pequeno dossiê sobre o movimento militar de 11 de novembro de 1955, incluindo cartas do general Lott, do EMFA, relatórios de bordo do Tamandaré etc.

A política nacional do período posterior a 1955 também se acha representada, com destaque para a controvérsia Carlos Luz - Lott e a campanha em favor de Jânio Quadros e Magalhães Pinto (1959-1960). Aparecem ainda relatórios e balanços do Banco Ribeiro Junqueira e boletins e outros materiais do Rotary Club do Rio de Janeiro (1943-1944).

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A biblioteca de Carlos Luz foi doada à PUC do Rio de Janeiro

MAIA, José Antônio da Silva
(Porto, Portugal, 6.10.1789 - Rio de Janeiro, RJ, 3.10.1853)
Ministro da Fazenda 18.5.1840 a 24.7.1840

Graduou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, transferindo-se para o Brasil, ocupou o cargo de inspetor da Casa de Fundição da comarca do Rio das Velhas (MG). Na magistratura serviu em vários cargos desde juiz de fora de Sabará (MG) até desembargador-procurador da Coroa. Deputado à primeira Constituinte brasileira por Minas, deputado nas duas primeiras legislaturas (1826-1829 e 1830-1833), foi ministro do Império em dois reinados — interino no gabinete de 1830 e efetivo no gabinete de 1843. No gabinete da regência de Araújo Lima, exerceu interinamente a pasta da Justiça e em caráter efetivo a da Fazenda, de 18.5.1840 a 24.7.1840. Elegeu-se para o Senado pela província de Goiás (1843), onde deu provas de seus conhecimentos financeiros. Foi membro do Conselho do Imperador, do Conselho de Estado e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Escreveu <u>Guia dos procuradores da Coroa</u> (1841); <u>Compêndio de direito financeiro</u> (1841); <u>Decreto nº 736, de 20 de novembro de 1850. Reforma o Tesouro Público Nacional e as tesourarias provinciais...</u> (1852).

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

MARIANI Bittencourt, Clemente
(Salvador, BA, 28.9.1900 - Salvador, BA, 13.8.1981)
Ministro da Fazenda 1.2.1961 a 7.9.1961

Descendente da aristocracia baiana e filho de megistrado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1920, passando a trabalhar num importante escritório de advocacia e a atuar no jornalismo. Eleito deputado estadual em 1924, abandonou contudo o mandato no ano seguinte para assumir a cadeira de direito comercial na faculdade em que se formara. Em 1928 foi reconduzido à assembléia estadual, onde permeneceu até sua dissolução pela Revolução de 1930. Opositor daquele movimento, retomou suas atividades profissionais até 1933, quando foi eleito à Assembléia Nacional Constituinte. No ano seguinte, foi sufragado deputado federal, passando a exercer a liderança da bancada baiana. Crítico do Estado Novo, manteve-se a partir de 1937 afastado da política. Passou a dedicar-se aos negócios à frente de diferentes empresas até tornar-se em 1942 diretor do Banco da Bahia, cuja presidência assumiu dois anos depois. Eleito deputado à Constituinte de 1946 pela UDN baiana, assumiu no final desse ano o Ministério da Educação e Saúde, que exerceu por quase todo o governo Dutra, até maio de 1950. Durante sua gestão, enviou ao Congresso o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado apenas em 1961 depois de inúmeras emendas. Em outubro de 1950, candidato pela UDN, foi derrotado na eleição para o senado. Reassumiu então a presidência do Banco da Bahia. Logo ao início do governo Café Filho, foi convidado pelo ministro da Fazenda Eugênio Gudin a assumir a presidência do Banco do Brasil. Ocupou o posto de setembro de 1954 a abril de 1955, procurando resgatar os débitos externos do banco e controlar a política de crédito interno, enquanto defendia os preços do cacau. De volta mais uma vez aos negócios, só foi restituído à política pelo governo Jânio Quadros, que o fez ministro da Fazenda. Ocupou a pasta ao longo daquele curto governo, de 1.2.1961 a 7.9.1961, buscando o equilíbrio orçamentário e do balanço de de pagamentos através da redução das despesas públicas, da restrição ao crédito e do estímulo às exportações. Nomeou para a Sumoc Otávio Gouveia de Bulhões e expediu a Instrução 204, responsável por profunda reforma cambial. Promoveu o combate à inflação com medidas aprovadas pelo FMI e deu passos para renegociar a dívida externa e obter novos crédito. A impopularidade de algumas dessas medidas o colocou em choque com Jânio, razão por que já estava demissionário pouco antes da renúncia do presidente. Ainda participou da vida pública em 1967, nos marcos do projeto de reforma bancária, como autor da tese que resultou na

chamada Resolução nº 63 do Banco Central, instrumento de captação de recursos externos por empresas nacionais. Participou da criação do Polo Petroquímico de Camaçari, onde instalou diferentes empresas. Em 1973 o Banco da Bahia foi vendido ao Bradesco, ficando em poder de Mariani as demais organizações financeiras do sistema.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 41.500, além de documentos impressos ainda não tratados

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1910-1981

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO : séries Documentos Pessoais, Correspondência, Legislação, Produção Intelectual, Diversos e Recortes de Jornais.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: guias: CPDOC. Guia dos arquivos CPDOC 1985 , Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1985, p.24

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, relatórios, estudos, pareceres

  sonoros e visuais: fotografias, cartões postais, desenhos, cartazes, discos

  impressos: livros, folhetos, títulos de revistas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Conforme acentua o Guia dos arquivos CPDOC 1985, "o material possibilita a reconstituição da trajetória pública e privada do titular. O maior volume de documentos já identificados diz respeito à atuação de Clemente Mariani no Ministério da Educação e Saúde, na presidência do Banco do Brasil, no Ministério da Fazenda e na presidência do Banco da Bahia.

  No que concerne ao mandato do titular na Câmara dos Deputados (1935-1937), são significativas as informações sobre a sucessão presidencial de 1937 e as relações entre o Partido Social Democrático e o governo da Bahia.

Os registros relativos ao Ministério da Educação e Saúde compreendem temas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a política partidária baiana".

Os documentos posteriores "tratam basicamente da industrialização do vale do São Francisco, em especial no que se refere à produção de energia elétrica e à penetração de capital estrangeiro na região.

Os registros correspondentes à gestão do titular na presidência do Banco do Brasil contêm dados relevantes sobre as medidas de combate à inflação implementadas pelo governo Café Filho. Merecem especial destaque os documentos que tratam do controle da expansão do crédito, da política de câmbios múltiplos e dos problemas de produção, comercialização e defesa dos preços do café, em um período de grande instabilidade nos mercados compradores.

O arquivo reúne material expressivo sobre a Instrução nº 204 da Sumoc, principal instrumento da política monetária implantada por Clemente Mariani quando titular da pasta da Fazenda do governo Jânio Quadros. Inclui também informações acerca do surgimento da Aliança para o Progresso no registro da Conferência de Punta del Este, realizada nesse período.

Com relação às atividades empresariais do titular, constam do arquivo documentos sobre o Banco da Bahia e empreendimentos a ele associados. Existem ainda estudos e relatórios de Clemente Mariani sobre a Lei de Reforma Bancária realizada durante o governo Castelo Branco".

Os documentos sonoros e visuais "abrangem o período de 1920 a 1972, concentrando-se na gestão de Clemente Mariani no Ministério da Educação e Saúde. Destacam-se ainda os documentos referentes ao exercício do titular na presidência do Banco do Brasil e no Ministério da Fazenda, bem como às atividades empresariais desenvolvidas através do Banco da Bahia.

Integram também o arquivo discos contendo discursos proferidos por Clemente Mariani ao longo de suas gestões nos ministérios da Educação e Saúde e da Fazenda."

Já a documentação impressa "trata fundamentalmente da atuação do titular no Ministério da Educação e Saúde, destacando-se as obras de sua autoria Educação para a democracia (1947) e Projeto de lei de diretrizes e bases (1959)".

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O arquivo encontra-se em fase de organização.

MARICÁ, Marquês de (Mariano José Pereira da Fonseca)
(Rio de Janeiro, RJ, 18.5.1773 - Rio de Janeiro, RJ, 16.9.1848)
Ministro da Fazenda 13.11.1823 a 21.11.1825

Filho de negociante, bacharelou-se em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra e, logo em seguida, em 1793, regressou ao Brasil para assumir os negócios do pai, que falecera. Aproximou-se do poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, com quem foi preso em 1794 por suspeita de haver participado da Inconfidência Mineira. Em 1797 obteve o perdão de D. Maria I e foi libertado. De 1802 a 1822 ocupou importantes cargos como o de membro da Junta do Comércio, censor régio da imprensa, tesoureiro da fábrica de pólvora criada em 1808 na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, e um dos administradores da imprensa régia criada na mesma época. Tomou parte ativa no movimento da Independência e foi eleito para Assembléia Constituinte do Império. Após sua dissolução, ocupou o ministério da Fazenda, de 13.11.1823 a 21.11.1825. Assumiu a pasta em fase de escassez dos meios financeiros, o que dificultava a consolidação da independência do país. Em face dessa situação realizou o primeiro empréstimo do governo brasileiro com a Inglaterra, no valor de 13 milhões de libras esterlinas, com hipoteca de rendas aduaneiras. Foi senador pela província do Rio de Janeiro, membro do Conselho de Estado, do Conselho do Imperador e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou Máximas, pensamentos e reflexões (1837-1841); acrescidas de novas séries e depois consolidadas na Coleção completa das máximas, pensamentos e reflexões (1850).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. A edição de suas Máximas, pensamentos e reflexões, dirigida e anotada por Sousa da Silveira (Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958), reproduz e relaciona uma série de documentos do Marquês de Maricá existentes no acervo do Arquivo Nacional: os autos da devassa na Sociedade Literária do Rio de Janeiro e da prisão e processo contra sua pessoa (1794); a relação dos livros apreendidos em sua residência; outros 40 documentos, entre judiciários e administrativos, honoríficos, licenças do Desembargo do Paço, decretos de nomeação e registro geral de mercês, destacando-se o relatório do Ministério da Fazenda de 1823-1824.

MARTINS, Gaspar da Silveira.
(Bagé, RS, 5.8.1835 - Montevideu, Uruguai, 23.7.1901)
Ministro da Fazenda 13.2.1878 a 8.2.1879

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo cursado dois anos na de Recife. Foi juiz municipal na Corte em 1859 e deputado provincial no Rio Grande do Sul em 1862. Em 1872 derrotou o gabinete Rio Branco nas eleições para a renovação da Câmara e nela ocupou a liderança da bancada oposicionista, tendo sido reeleito até 1880. Ocupou a pasta da Fazenda no gabinete liberal de 13.2.1878 a 8.2.1879 . Sua administração caracterizou-se pelo aumento de impostos e uma severa política de economia para fazer face ao déficit orçamentário de 1877 a 1878, agravado pela seca que atingiu o Nordeste. Para equilibrar as finanças tentou o recurso da emissão, sendo severamente atacado no Parlamento, o que o levou a deixar o cargo. Foi senador (1880), conselheiro de Estado (1889) e o último presidente do Rio Grande do Sul no Império (1889). Com a República, foi enviado ao exílio, retornando apenas no governo Floriano Peixoto. Em 1892 promoveu em Bagé um congresso em prol da revisão constitucional e do parlamentarismo. Apesar da sua discordância, seus partidários desencadearam no ano seguinte a Revolução Federalista, que conflagrou os estados do Sul até 1895. Depois da pacificação, fixou-se em sua estância no Uruguai.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: residência do Prof. Lafayette Silveira Martins Rodrigues Pereira, neto do titular

  endereço: Av. Rainha Elizabeth, 664/201 - Rio de Janeiro
  tel. (021) 247-4007

- CONDIÇÕES DE ACESSO: fechado à consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 100

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas etc.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação compõe-se de correspondência política e familiar de Silveira Martins, inclusive do exílio (1889 - 1891), abordando a Revolução Federalista (1893 - 1895), a política gaúcha e questões nacionais. Destacam-se entre os correspondentes Francisco Otaviano, Martinho Campos e o general Osório.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O depositário ocupa-se no momento de transcrever as cartas com o fito de publicá-las, razão por que mantém vedado o aceso às mesmas, embora já as tenha referido e parcialmente reproduzido na introdução que preparou para os Discursos parlamentares de Silveira Martins (Brasília, Câmara dos Deputados, 1979. (Perfis Parlamentares 14)). Esses papéis lhe foram transmitidos por José Júlio Silveira Martins, filho do titular, que os havia empregado em biografia do pai (Silveira Martins. Rio de Janeiro, 1929) . São igualmente mencionados por Paulino Jacques (Gaspar Silveira Martins, o condestável da democracia brasileira. Rio de Janeiro , Zélio Valverde, [1943]). No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul foi localizada apenas uma carta de Silveira Martins.

MORAIS Barros, Prudente José de
(Itu, SP, 4.12.1841 - Piracicaba, SP, 3.12.1902)
Presidente da República 15.11.1894 a 15.11.1898

Diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863, transferindo-se para Piracicaba, onde exerceu a advocacia. Filiou-se ao Partido Liberal e elegeu-se vereador e presidente da Câmara Municipal em 1865. Deputado provincial por São Paulo de 1868 a 1869, ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP) em 1876, voltando a se eleger para três legislaturas — 1878-1879, 1881-1882 e 1888-1889. Em 1884 tornou-se deputado geral por seu estado. Proclamada a República, passou a integrar a Junta Governativa de São Paulo e, em seguida, assumiu o governo do estado, que exerceu até outubro de 1890, quando foi eleito senador. Foi presidente da Constituinte de 1891 e após a promulgação da Constituição candidatou-se à presidência da República contra Deodoro da Fonseca, sendo derrotado. Assumiu a vice-presidência do Senado, mas na prática ocupou a presidência durante quase todo o quatriênio, pois Floriano Peixoto, o presidente, substituiu Deodoro na presidência da República. Indicado pelo Partido Republicano Federal, foi eleito presidente da República em março de 1894. Assumiu o governo em 15.11.1894 com o objetivo de pacificar os ânimos exaltados pelas guerras civis que eclodiram no governo de Floriano. Assim, em 1895, logrou debelar a Revolução Federalista. De novembro de 1896 a março de 1897, por motivo de saúde, foi substituído na presidência por Manuel Vitorino Pereira. Ao reassumir o governo a situação política continuava tensa com a revolta de Canudos ainda por controlar. Contudo, no final de seu governo em 15.11.1898, havia restaurado a ordem interna, pondo fim às rebeliões que conflagravam o país. Perdeu o comando da política paulista ao discordar da orientação dos antigos companheiros do PRP e assumiu a chefia do Partido Republicano Dissidente de São Paulo. A precária situação financeira com que recebeu o país viu-se agravada a partir de 1897 pela queda dos preços do café. As emissões inconversíveis dos bancos e do Tesouro preocupavam os ministros da Fazenda, tendo conseguido, para consolidação da dívida externa, assinar o primeiro funding loan da República. Ao deixar a Presidência, retornou ao Senado.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 2.072

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1858-1912

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico, índices onomástico e de assuntos

- TIPOS DE DOCUMENTO: textuais: cartas, telegramas, diplomas, recibos, despachos, ofícios, discursos, abaixo-assinados.

  impressos: recortes de jornais

  cartográficos: mapa

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação concentra-se no período em que Prudente de Morais exerceu a presidência da República e início do século XX, envolvendo as seguintes questões: pagamento da dívida externa e obtenção de empréstimos internacionais como o solicitado à Casa Rothschild em 1898; exportações de café; atividades do sistema bancário; conflito de Canudos (1895-1897); eleições em diversos períodos e estados; negociações em torno de demarcação de fronteiras com as Guianas Francesa e Inglesa (1895-1898) e internamente entre Amazonas e Mato Grosso e Paraná e Santa Catarina (1896).

  Acompanha o arquivo o processo político em estados como Bahia, Alagoas e Pernambuco. Aborda a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e as negociações de paz (1895). Trata do Partido Liberal e do Partido Republicano e sua cisão, dando origem ao Partido Republicano Federal (1899). Situa as relações do Brasil com os EUA, o Uruguai e a Itália.

  Contém ainda diários do titular entre os anos de 1895 e 1901; mensagem dirigida ao Congresso em 1897 solicitando declaração do estado de sítio; documentação sobre o atentado contra Prudente de Morais em 5.11.1897; o recenseamento realizado em 1900; comantários sobre a candidatura de Rodrigues Alves à Presidência da República; o retorno de Prudente de Morais ao Senado (1899) e análise sobre o governo Campos Sales (1898-1900).

  Constam por fim livros de recortes de jornais sobre a administração de Prudente de Morais (1894-1898) e a pacificação do Rio Grande do Sul (1895-1896).

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Nacional

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilmagem, reprodução foto-fráfica, cinematográfica e de vídeo.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 1.640

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1841-1902

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: ordem cronológica

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: listagem dos documentos

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, manifestos, ofícios, decretos.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A maioria da documentação compõe-se de recortes de jornais encadernados, concentrando-se os registros no período em que Prudente de Morais ocupou a presidência da República. A partir de 1880 encontram-se alusões a sua atuação como deputado pelo Partido Republicano Paulista. Constam exemplares do Boletim Republicano e documentos sobre diversos pleitos realizados em São Paulo. O arquivo contém comentários de Prudente de Morais sobre questões econômicas e financeiras e seu posicionamento frente às questões políticas, como a queda do gabinete Saraiva em 1885.

  Trata de sua participação na formação do governo republicano, assim como seu desempenho na chefia do governo paulista (1889-1890). Aborda as atividades do Congresso Nacional Constituinte presidido por Prudente de Morais, acompanha sua candidatura à Presidência da República em 1893 e a Revolta da Armada em 1894.

  Quanto ao período presidencial, a documentação envolve a política financeira, a demarcação de fronteiras nacionais, comentários na imprensa sobre a performance político-administrativa do governo, a pacificação do Rio Grande do Sul (1895), e as mensagens do governo ao Congresso Nacional. Integram ainda o arquivo documentos pessoais e familiares.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Documentos de Prudente de Morais podem ser encontrados ainda nas seguintes instituições:

1 - Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Morais, em Piracicaba (SP).

2 - Museu Republicano Convenção do Itu, em Itu (SP).

3 - Museu Paulista - dez documentos do período 1885-1899, principalmente correspondência.

4 - Museu da República - Coleção Presidentes da República, série Prudente de Morais. Um cartaz do atentado contra Prudente e uma foto de busto do titular.

5 - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - duas cartas de 1889.

MOREIRA da Costa Ribeiro, Delfim.
(Cristina, MG, 7.11.1868 - Santa Rita do Sapucaí, MG, 1.7.1920)
Presidente da República 15.11.1918 a 28.7.1919

Graduou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1890 e exerceu a promotoria pública em Santa Rita do Sapucaí e em Pouso Alegre, em Minas, até 1893. Iniciou então sua carreira política elegendo-se vereador e, em seguida, deputado estadual (1894-1902). Ocupou o cargo de Secretário de Interior de Minas Gerais no governo de Francisco Sales (1902-1906). Eleito deputado federal à legislatura de 1909-1911, renunciou para assumir a Secretaria do Interior de Minas no governo de Júlio Bueno Brandão (1910-1914). Foi presidente de seu estado de 1914 a 1918, tendo sido eleito vice-presidente da República para o quatriênio 1918-1922 na chapa encabeçada por Rodrigues Alves. Assumiu o governo em 15.11.1918 em decorrência da enfermidade do titular, que faleceu no início de 1919. Embora também doente, Delfim Moreira governou durante oito meses e só fez uma substituição no ministério escolhido por Rodrigues Alves, ao aceitar a demissão do ministro da Fazenda Amaro Cavalcanti, substituído por João Ribeiro de Oliveira e Sousa. Manteve-se no poder até 28.7.1919 quando tomou posse o novo presidente, Epitácio Pessoa.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. A casa em que residiu em Santa Rita do Sapucaí (MG) foi transformada em museu em 1985. Benedito Moreira da Costa, sobrinho do titular (Rua Nascimento Silva, 426 - Rio de Janeiro - tel. (021) 227-0719 e 227-0744), possui de Delfim Moreira quatro cartas, um cartão, alguns recortes de jornais e fotografias. Delfim Moreira Neto (tel. (021) 541-9070 e 240-7725) declara possuir alguns poucos documentos do avô. Maria Luísa Moreira de Andrade, sobrinha-neta (tel. (031) 335-7822) não pôde ser localizada.

MURTINHO, Joaquim Duarte
(Cuiabá, MT, 7.12.1848 - Rio de Janeiro, 18.11.1911)
Ministro da Fazenda 15.11.1898 a 2.9.1902

Filho de médico, graduou-se no Rio de Janeiro em engenharia em 1870 e em medicina em 1873 com a apresentação de uma tese sobre homeopatia, tornando-se um dos fundadores do Instituto Hahnemaniano. Entrou para a vida política já na República e foi eleito em 1890 senador à Assembléia Constituinte, exercendo mandato em legislaturas ordinárias até 1896. Foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1896 a 1897 e ocupou a pasta da Fazenda de 15.11.1898 a 2.9.1902 , período em que procurou solucionar o problema do déficit orçamentário, utilizando-se da emissão de papel-moeda e empréstimos internos e externos. Criou uma combinação de fundos, de resgate e de garantia, o primeiro para reduzir anualmente o papel em circulação e extinguir o direito do governo de emitir, o segundo, para arrecadar recursos através do restabelecimento da cota-ouro sobre os direitos de importação, taxas, arrendamentos e rendas eventuais arrecadados em ouro. Consolidou a legislação sobre o imposto de consumo, elevando a quatorze os produtos sobre os quais devia incidir. Restabeleceu as Coletorias Federais e tornou mais eficiente a fiscalização e a arrecadação para aumentar as rendas. No final de sua administração, em consequência do rigoroso programa financeiro aplicado, o país retomou o pagamento de seus compromissos, ressurgiu o crédito, a renda cresceu e o orçamento passou a apresentar saldo. Em 1902 renunciou ao cargo para concorrer vitoriosamente ao Senado, exercendo a vice-presidência da Casa de 1905 a 1906 , quando renunciou por divergir de seus correligionários acerca da Caixa de Conversão. Reeleito, ocupou uma cadeira até o fim da vida.

- ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Licurgo de Castro Santos Filho (Rua Viscondessa de Campinas, 266 - Campinas, SP), sobrinho-neto do titular, informa haver-se perdido o arquivo de Joaquim Murtinho. O Embaixador Vladimir Murtinho (Embaixada do Brasil na Dinamarca, Ryvangs Allé, 24 - 2100 Copenhaguen), assinala que certo número de livros de Murtinho foi incorporado à Biblioteca do Ministério da Fazenda e alguns documentos seus recolhidos à Fundação Casa de Rui Barbosa. Duas cartas de sua autoria existentes nessa instituição são reproduzidas no volume organizado por Nícia Vilela Luz, Idéias econômicas de Joaquim Murtinho (Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 333-6), ao lado de pronunciamentos parlamentares, relatórios e outros textos.

OLIVEIRA, Cândido Batista de.
(Porto Alegre, RS, 15.2.1801 - a bordo, próximo à Bahia, 26.5.1865)
Ministro da Fazenda 16.4.1839 a 1.9.1839

Bacharelou-se em 1824 em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra, sendo considerado sábio pelo seu desempenho e isento de pagar o curso como prêmio. Transferiu-se então para a França para estudar na escola politécnica. Ao regressar ao Brasil em 1827 foi nomeado lente substituto da Academia Militar, e logo depois passou a lente catedrático de mecânica. Elegeu-se deputado geral por sua província na segunda legislatura, sendo reconduzido em várias outras. Em 1831 Bernardo Pereira de Vasconcelos, então ministro da Fazenda, nomeou-o Inspetor do Tesouro Nacional, cargo que ocupou até 1834 e de 1837 a 1838. Nesse meio tempo exerceu o cargo de ministro-residente em Turim, na Itália. Assumiu interinamente a pasta dos Negócios Estrangeiros no gabinete de 1839 e depois a da Fazenda, de 16.4.1839 a 1.9.1839, quando organizou um banco de emissão de notas conversíveis para valorizar o papel-moeda. Posteriormente foi encarregado de missões diplomáticas em São Petersburgo e Viena. Em 1848 ocupou o ministério da Marinha, sendo escolhido senador pela província do Rio Grande do Sul em dezembro do mesmo ano. Ocupou ainda os cargos de diretor do Banco do Brasil e diretor do Jardim Botânico. Foi do Conselho de Estado, do Conselho do Imperador, veador da Casa Imperial e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou: <u>Compêndio de aritmética</u> (1832); <u>Sistema financial do Brasil</u> (1842).

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado, embora José Honório Rodrigues (<u>A pesquisa histórica no Brasil</u>. 2a. ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p.196) o situe no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, advertindo que transcreve informação de Virgílio Correia Filho (Arquivo do Instituto Histórico. <u>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</u>, Rio de Janeiro, 215:242-3, 1953).

OLIVEIRA, João Alfredo Correia de
(Goiana, PE, 12.12.1835 - Rio de Janeiro, RJ, 6.3.1919)
Ministro da Fazenda 10.3.1888 a 7.6.1889

Doutor em Direito pela Faculdade de Olinda em 1858, foi deputado à Assembléia de Pernambuco de 1856 a 1860, deputado geral em quatro legislaturas a partir de 1861, presidente da província do Pará de 1869 a 1870, ministro do Império e interino da Agricultura no gabinete de 29 de setembro de 1870, permanecendo no Ministério do Império até 1875, período em que interveio de forma pacificadora na Questão Religiosa. Senador em 1877, exerceu a presidência da província de São Paulo de 1885 a 1886. Assumiu a presidência do Conselho e o Ministério da Fazenda no gabinete de 10 de março de 1888, ocasião em que referendou a abolição da escravidão no Brasil. Reformulou as tarifas aduaneiras e implantou a tarifa móvel destinada a contrabalançar os efeitos da flutuação cambial. Deixou esses cargos em 7.6.1889, substituído pelo Visconde de Ouro Preto. Durante a República, foi presidente do Banco do Brasil de 1911 a 1914.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Universidade Federal de Pernambuco - Biblioteca Central

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização da diretora da Biblioteca

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: razoável, achando-se alguns documentos em início de deterioração.

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 9.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1831-1919

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: em processo de organização

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: 231 documentos de 1870 a 1875 sobre a Questão Religiosa foram inventariados por Flávio Guerra em João Alfredo e a Questão Religiosa; documentos históricos do seu arquivo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco - Biblioteca Central, 1976.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, ofícios, memoriais, circulares, relatórios, estudos, pareceres, autos, poemas, títulos, diplomas.

sonoros e visuais: fotografias

impressos: recortes de jornais, panfletos, títulos de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Destaca-se na coleção o material relativo à Questão Religiosa (1872-1875), transcorrida na gestão de João Alfredo na pasta do Império. Estão enfocados os gabinetes de 1871 e 1888, que contaram com sua presença. Do primeiro, além da Questão Religiosa, registra-se, entre outros temas, a criação da Escola de Minas de Ouro Preto. No segundo, ressalta o processo que conduziu à Abolição e questões como empréstimos e exportações estaduais, orçamento e receita do Império, dívida externa, operações cambiais, meio circulante, tratado comercial com os EUA, auxílio à agricultura, serviços urbanos no Rio de Janeiro, ferrovias nacionais etc.

  Os papéis tratam também de questões políticas de Pernambuco, da situação das ferrovias do estado, da produção açucareira, do porto local e da estrutura urbana de Recife. Há menções igualmente ao exercício da presidência da Província de São Paulo por João alfredo (1885), à reforma do ensino, à reforma eleitoral e à imigração.

  Entre seus correspondentes, sobressaem, pelo volume e importância das cartas, a família imperial, o Visconde de Camaragibe, o Barão de Lucena, o Conde de Nioac e o Visconde do Rio Branco. No período republicano, ganha relevo seu papel de presidente do Banco do Brasil (1911-1914), ilustrado por farta documentação sobre a vida administrativa e as transações daquela instituição de crédito. Merecem atenção a criação de bancos emissores, a carteira hipotecária, o contencioso do banco, operações cambiais, criação de agências, aumento de capital, empréstimos, taxas de juros e de descontos, balancetes, relatórios etc.

  Ocorrem ainda documentos pessoais, como títulos, diplomas, recibos e notas sobre ações e escravos de sua propriedade.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A documentação encontrava-se no Arquivo Histórico do Itamarati, sujeita a autorização de Pedro Muniz de Aragão para ser consultada, e nesse estado foi descrita por José Honório Rodrigues no seu A Pesquisa histórica no Brasil (2a. ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p.264). Foi transferida para Recife pelo Prof. Flávio Guerra, que iniciou o processo de organiza-

ção e catalogação do conjunto, depois interrompido. Alguns documentos arrolados nessa ocasião não foram localizados até o momento.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu Imperial
- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do diretor
- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: razoável; os jornais acham-se em deterioração
- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 100
- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado
- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -
- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -
- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, comunicados, ofícios
  impressos: recortes de jornais, títulos de jornais, folhetos
- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: a maior parte da documentação versa a Questão Religiosa.
- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: No Museu Paulista foram localizadas duas cartas de 1872 e 1888 e um cartão de 1917.

OURO PRETO, Visconde de (Afonso Celso de Assis Figueiredo)
(Ouro Preto, MG, 2.2.1836 - Petrópolis, RJ, 21.2.1912)
Ministro da Fazenda 8.2.1879 a 28.3.1880; 7.6.1889 a 15.11.1889

Filho de um comerciante português, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1858. Enquanto acadêmico foi oficial de gabinete dos presidentes Diogo de Vasconcelos e Fernandes Torres. Depois de formado retornou a Minas Gerais, onde ocupou os cargos de Secretário da polícia, inspetor da tesouraria provincial, procurador fiscal da Fazenda Geral da Província e deputado provincial. Representou Minas Gerais na Câmara dos Deputados de 1864 a 1868 e em 1878, sendo eleito senador em 1879. Foi ministro da Marinha de 1866 a 1868, durante a Guerra do Paraguai, e ministro da Fazenda de 8.2.1879 a 28.3.1880, período em que promoveu um plano de amortização do papel-moeda, instituiu a divisão da proposta orçamentária em projetos distintos para cada ministério, criou a taxa sobre transportes conhecida como imposto do vintém, propôs a reorganização administrativa e tornou a Tipografia Nacional de uso exclusivo para impressão de publicações oficiais. Em 1889, quando convidado para presidir o Conselho, que seria o último do Império, assumiu pela segunda vez a pasta da Fazenda, de 7.6.1889 a 15.11.1889. Nessa gestão levantou um empréstimo interno para conceder auxílio aos lavradores, atingidos pela recente abolição do regime escravo, e procurou resolver os problemas da conversão da dívida externa e da consolidação do meio circulante. Com a proclamação da República, foi preso e exilado, só retornando ao país em 1891 e conservando-se monarquista até o fim da vida. Escreveu: A esquadra e a oposição parlamentar (1868); Reforma administrativa e municipal (1868); As finanças do Império (1876); Excursão na Itália (1890); O advento da ditadura militar no Brasil (1891); A Marinha de outrora (1894); A defesa de Santa Catarina na questão de limites com o Paraná (1909).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 400

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1816-1922

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico, índice onosmático e de assuntos

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, diplomas, manuscritos de livros, pareceres, decretos, ofícios, diplomas, cartas régias, biografia.

  sonoros e visuais: fotografia

  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Constam da documentação diversos livros manuscritos contendo expediente administrativo do Ministério da Marinha (1866-1868), lições de Direito (1882-1889) e pareceres (1903-1910). Trata das finanças e do sistema bancário do Império, da reforma administrativa e de medidas econômicas. Compreende correspondência sobre a Guerra do Paraguai (1866-1868), registros sobre a candidatura de Afonso Celso ao Senado em 1878, cartas e avisos sobre os gabinetes ministeriais de 1885, 1888 e 1889, rascunho de livros sobre a ação do Partido Liberal.

  De 1889, encontra-se também uma ata reservada da Seção da Fazenda do Conselho de Estado, material sobre as eleições daquele ano, demarcação da fronteira Brasil-Argentina, projeto de criação de um banco de fomento à agro-indústria açucareira e, finalmente, decretação do banimento de Ouro Preto do país.

  A coleção abrange ainda correspondência entre os membros do Diretório Monarquista entre 1892 e 1910.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: No Museu Paulista foram localizados, do Visconde de Ouro Preto, um ofício e uma carta de 1889 e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma carta de 1893.

PARANÁ, Marquês de (Honório Hermeto Carneiro Leão)
(Jacuí, MG, 11.1.1801 - Rio de Janeiro, RJ, 3.9.1856)
Ministro da Fazenda 6.9.1853 a 23.8.1856

Filho de militar, bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1825. No ano seguinte foi nomeado juiz de fora de São Sebastião (SP), depois auditor da marinha e ouvidor do Rio de Janeiro e em 1830 ocupou o cargo de desembargador da Relação da Corte. Eleito deputado geral por Minas Gerais em 1830, filiou-se ao Partido Moderado, que dominava a situação. Em 1832 juntou-se à oposição contra a idéia de reforma constitucional e foi vitorioso. Tornou-se homem da situação e participou do gabinete de setembro de 1832 na pasta da Justiça. Em 1834, com a morte de D.Pedro I, conseguiu conciliar as facções políticas e passou a ser o chefe da maioria na Câmara dos Deputados, à qual retornou em mais duas legislaturas. Em 1837 participou da criação do Partido Conservador. A declaração de maioridade de D.Pedro II em 1840 colocou-o na oposição, só recuperando a chefia da maioria com a entrada do ministério de 1841. Tornou-se então presidente da Província do Rio de Janeiro, sendo nomeado em 1842 senador e conselheiro de Estado. Formou o gabinete de 1843, no qual ocupou a pasta da Justiça e dos Estrangeiros. Voltou à oposição até o ministério de setembro de 1848, quando prestou serviços como presidente de Pernambuco (1849-1850) e na missão ao Rio da Prata (1851-1852). Organizou o ministério de 1853, conhecido como da conciliação, ocupando a pasta da Fazenda no período de 6.9.1853 a 23.8.1856. Sua administração caracterizou-se pela regularização da situação cambial e a ênfase no programa de atendimento às vias de comunicação, colonização e imigração. Foi feito Visconde de Paraná em 1852 e marquês dois anos depois.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: residência do Sr. José Carlos Nunes Guimarães, tetraneto do titular

  endereço: Av. Osvaldo Cruz, 46/802 - Rio de Janeiro - tel. (021) 551-8182

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do depositário

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom, com vários documentos restaurados

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 27

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1826-1858

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: decretos, alvarás, inventário, diploma.
  impressos: relatório, poema

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação inclui decretos e alvarás do Imperador, de nomeação e exoneração do Marquês de Paraná para diversos cargos que exerceu, como Presidente do Conselho de Ministros, Ministro da Fazenda, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente das Províncias de Pernambuco, Rio de Janeiro, etc. Inclui também alvarás concedendo condecorações e títulos e autorizando o recebimento de condecorações estrangeiras. Há igualmente uma autorização para o casamento da filha com o Visconde de Cruzeiro. Compreende documentos relativos ao inventário do Marquês de Paraná, à concessão de título honorífico à sua viúva e decretos do Imperador concernentes à carreira militar de seu pai. Integra a coleção um exemplar do relatório do Ministro da Fazenda à Assembléia Geral Legislativa em 1856 e um exemplar do poema "Derrota do Tyranno Argentino" (1852), dedicado ao Marquês de Paraná.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O depositário possui também documentos dos filhos do Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão Filho (8 documentos do período 1848-1872) e Henrique Hermeto Carneiro Leão, Barão de Paraná (4 documentos do período 1853-1888), e do genro, o Visconde de Cruzeiro (14 documentos do período 1848-1873), além de cinco outros papéis diversos do século XIX.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

- CONDIÇÕES DE ACESSO: não permite xerox, microfilme ou reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 25

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1849-1956

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, listagem de documentos
  sonoros e visuais: reproduções fotográficas, fotocópias

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A coleção compõe-se basicamente de reproduções fotográficas de retratos a óleo, litografias, esculturas e adornos relativos ao titular, sua família, suas atividades. Há também fotocópias de jornais, de cartas a Eusébio de Queirós e de relatório sobre a morte do Marquês de Paraná. São cópias das coleções de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho e do Museu Imperial. Inclui correspondência sobre a doação dessas cópias do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, material sobre o centenário de morte do Marquês de Paraná e uma relação da correspondência a ele dirigida entre 1849 e 1850 e contida no acervo da instituição, arrolando 2.743 cartas distribuídas nas diversas séries.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Consta que o Conjunto Universitário Cândido Mendes (Praça 15 de Novembro, 101 - Rio de Janeiro) possui documentos do Marquês de Paraná em seu acervo, mas a informação não pôde ser confirmada.

PARANAGUÁ, Marquês de (João Lustosa da Cunha Paranaguá)
(Piauí, 21.8.1821 - Rio de Janeiro, RJ, 10.2.1912)
Ministro da Fazenda 3.7.1882 a 24.5.1883

Filho de coronel da Guarda Nacional, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1846 e transferiu-se para a Bahia, onde logo ingressou na vida política, sendo eleito várias vezes deputado à Assembléia Provincial daquele estado. Foi depois deputado geral de 1850 a 1864 pelo Piauí e senador a partir desse último ano. Ocupou cargos na magistratura, como juiz de direito no Piauí e no Rio de Janeiro, e juiz de órfãos na Corte. Presidiu a província do Maranhão em 1858, ocupou a pasta da Justiça de 1859 a 1861 e foi presidente de Pernambuco em 1865. Durante a Guerra do Paraguai, de 1866 a 1867, e no gabinete de janeiro de 1878 ocupou a pasta da Guerra. Conselheiro de Estado em 1879, foi presidente da província da Bahia em 1881. Organizou o gabinete de 3 de julho de 1882, acumulando a presidência do Conselho com a pasta da Fazenda, até 24.5.1883. Nesse período apresentou um programa que visava restringir despesas, reduzir o papel-moeda e diminuir os juros da dívida pública. Determinou novo regulamento do imposto do selo, quando foi introduzido o selo por verba. Exerceu ainda a pasta dos Estrangeiros em 1885 e obteve o título de marquês, o segundo desse nome, em 1888. Foi conselheiro do Imperador e veador da Casa Imperial. Com a República, abandonou a política, passando a dedicar-se à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Museu Imperial

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do diretor

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 2.500

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1837-1911

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: série Correspondência, ordenada por correspondente

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: índice e inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, diários, notas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação concentra-se no período que se estende de 1858 ao final do Império, fase mais ativa do titular. Compondo-se quase exclusivamente de correspondência, recobre toda a elite política imperial. Destacam-se pelo volume o material relativo ao Piauí (1837-1907) e as cartas trocadas com os membros do Senado (1842-1894). Ocorrem registros da política regional e local, assim como ampla discussão de questões militares, diplomáticas e religiosas, retratadas em cartas dos presidentes de províncias, dos chefes militares (1859-1911, de Caxias a Rondon), de diplomatas brasileiros e estrangeiros, de internúncios, bispos e visitadores. Avulta igualmente a correspondência com Pedro II, com a Princesa Isabel e o Conde d'Eu.

  O livro nº 7, componente da coleção, que compreende as cartas de Alberto Fialho (1882-1911), não se encontra no Museu Imperial.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 430

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1864-1879

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico, índice onomástico e e de assuntos

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, memorial, avisos, decretos, ofícios, relatórios

  impressos: revista

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Os documentos concentram-se basicamente entre os anos de 1865 e 1868, tratando da ação da diplomacia brasileira na região do Prata, envolvendo as relações com a Argentina e com o Uruguai, chegando quanto a este a situar sua crise política interna.

  Aborda a documentação a Guerra do Paraguai, as operações do Exército Brasileiro, assim como a demarcação das fronteiras do país.

  Constam ainda um livro de avisos e decretos sobre a Guarda Nacional (1865-1866) e correspondência com o Marquês de Caxias (1865-1868) e com D. Pedro II (1866-1868).

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: compõem o arquivo 74 cartas (1866-1868) relativas à Guerra do Paraguai e pertencentes a D. Pedro II, que se encontravam no Museu Imperial até 1925 e foram inventariadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo especial, parte I, p.374-403, 1925. O Arquivo Histórico do Itamarati possui do Marquês de Paranaguá escritos oficiais, discursos e relatórios publicados em livro, além de álbum de recortes de jornais de 1882-1883.

PEÇANHA, Nilo Procópio
(Campos, RJ, 2.10.1867 - Rio de Janeiro, RJ, 31.3.1924)
Presidente da República 14.6.1909 a 15.11.1910

Filho de modestos agricultores, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1887 e voltou a Campos, onde se dedicou à advocacia e à política. Com Francisco Portela, fundou o primeiro Clube Republicano da cidade e na República elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte de 1890 pelo seu estado, reelegendo-se sucessivamente para a Câmara dos Deputados até 1903. Nesse ano tornou-se senador, renunciando ao mandato para assumir o governo do seu estado, à frente do qual se manteve de 1903 a 1906. Nesse último ano foi eleito vice-presidente da República na chapa de Afonso Pena, assumindo a presidência com o falecimento do presidente e exercendo o cargo de 14.6.1909 a 15.11.1910. Em sua administração organizou o ministério da Agricultura, criado em lei por Afonso Pena; criou o ensino técnico profissional, o ensino agronômico, a Diretoria da Indústria Animal, o imposto territorial rural, a Diretoria de Meteorologia e Astronomia, o serviço de proteção ao índio e o serviço de inspeção agrícola; reorganizou a Junta Comercial, o Jardim Botânico e o Museu Nacional. Foi o primeiro Presidente a permitir o ingresso da mulher no serviço público. Antecipou o pagamento do <u>funding-loan</u> de 1898 e resgatou a dívida de 2 milhões em ouro contraída no Império, em 1879. Em 1912 assumiu novamente a cadeira de senador pelo Rio de Janeiro. Voltou ao governo do estado do Rio de Janeiro em 1914, deixando o cargo três anos depois para assumir a pasta das Relações Exteriores no governo Venceslau Brás. Em 1918 foi reconduzido ao Senado e em 1921 sob a bandeira Reação Republicana, candidatou-se à Presidência da Repúbrica, sendo derrotado por Artur Bernardes.

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox com restrições e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 12.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: final da década de 1880 a 1924. Existem recortes de jornais de datas posteriores.

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: o arquivo proveio do Museu Histórico Nacional (ver Maria de Lourdes Rodrigues de Carvalho. A coleção Nilo Peçanha. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 13: 281-2, 1952), onde fora precariamente organizado em séries. No momento encontra-se em processo de reorganização.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário sumário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, certidões, atas, resultados eleitorais, relatórios

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Trata-se de uma coleção de particular interesse para o estudo do estado do Rio de Janeiro, como assinalam Marieta de Moraes Ferreira e Sérgio T.N. Lamarão (Fontes para o estudo da história do estado do Rio de Janeiro na Primeira República. Boletim Informativo e Bibliográfico, Rio de Janeiro, 20: 23-40, 2º sem. 1985, p.27). A parte mais rica do conjunto compõe-se de correspondência trocada entre o titular, parlamentares e chefes políticos locais, versando questões como arranjos eleitorais, práticas clientelísticas, conflitos municipais etc. De especial relevo é o material sobre o Partido Republicano Fluminense, a administração pública, o urbanismo e o saneamento.

  No campo econômico, a documentação, de âmbito fluminense e nacional, aborda a cafeicultura, a diversificação agrícola, a pecuária, a siderurgica e a política financeira. Estão situados também problemas das relações internacionais (1917), do ensino e da política nacional. O arquivo é singularmente valioso para o conhecimento da Reação Republicana (1921-1922), capítulo em que se destaca a numerosa coleção de recortes de jornais.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Uma pequena parte do acervo de fotografias e recortes de jornais do arquivo Nilo Peçanha encontra-se no Museu do Ingá, doado por Brígido Tinoco, biógrafo do titular.

PEIXOTO, Floriano Vieira
(Ipioca, AL, 30.4.1839 - Barra Mansa, RJ, 29.6.1895)
Presidente da República 23.11.1891 a 15.11.1984

Filho de lavrador, foi criado por um tio que o educou em Maceió e no Rio de Janeiro. Em 1857 assentou praça como soldado voluntário no 1º Batalhão de Artilharia a Pé. Matriculou-se na Escola Militar em 1861 e, ao irromper a guerra do Paraguai, já era primeiro-tenente. Durante a guerra foi sucessivamente promovido, chegando a tenente coronel em 1870. Retornando ao Brasil, concluiu o curso de ciências físicas e matemáticas interrompido pelo conflito e foi nomeado inspetor das fortificações e obras militares na fronteira de Mato Grosso. Em 1871 foi transferido para o comando do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, no Amazonas. Veio para o Rio no ano seguinte, ficando adido ao Arquivo Militar. Promovido a coronel em 1874, foi designado comandante do 3º Regimento de Artilharia a Cavalo. Em 1878 foi nomeado diretor interino do Hospital Militar da Corte e no ano seguinte, assumiu a Diretoria do Arsenal de Guerra de Pernambuco, função que ocupou por um ano. Foi então nomeado para inspecionar estabelecimentos militares nas províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em 1883, promovido a brigadeiro, assumiu o Comando das Armas do Amazonas e, em seguida, o Comando das Armas de Pernambuco. De 1884 a 1885 foi presidente e comandante das armas de Mato Grosso. Dedicou-se então à sua pequena propriedade em Alagoas, retornando ao Exército em 1889. Em junho desse ano foi promovido a marechal-de-campo e nomeado ajudante-general-do-Exército, que corresponde hoje a Chefe do Estado-Maior. Na República ocupou o Ministério da Guerra em 1890 e candidatou-se a vice-presidente pela oposição nas eleições de 1891. Eleito, ocupou a vice-presidência de fevereiro a novembro, quando Deodoro da Fonseca, depois de fechar o Congresso numa tentativa de golpe de Estado, renunciou ao governo. Floriano assumiu então a Presidência da República e logo suspendeu o estado de sítio e convocou o Congresso para dezembro. Governou até novembro de 1894, enfrentando com rigor a oposição política, inclusive a Revolta da Armada (1893-1894) e a Revolução Federalista (1893-1895), que conflagrou o sul do país. Por sua atuação recebeu os epítetos de "marechal de ferro" e "consolidador da República". Ao deixar o governo, já enfermo, retirou-se da vida pública.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Nacional

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilmagem, reprodução fotográfica, cinematográfica e de vídeo

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 40.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1887-1895

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: Grupos Governo Legal e Revoltosos; Séries Correspondência, Administração, Impressos, Fotografias, Diversos, Peça de Museu.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário sumário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: decretos, ofícios, processos, mensagens, relatórios, memórias, manifestos, estudos, livros de registro, telegramas, cartas.

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: jornais, recortes de jornais, livros.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Os documentos do arquivo cobrem o processo de consolidação da República, as disputas entre as oligarquias e a atuação do Exército. Situam os movimentos de Floriano Peixoto no sentido da organização política e administrativa de seu governo, bem como tratam das questões econômicas e financeiras. A Revolução Federalista e a Revolta da Armada podem ser apreciadas através da correspondência entre o governo central, os comandantes militares e os presidentes de província.

  A documentação é bastante eficiente para a análise da política regional, além de abordar a questão do transporte ferroviário, os problemas da imigração, a expansão do sistema de telégrafos, a demarcação das fronteiras nacionais, em particular com a Argentina, e as relações do Brasil com os EUA e a Europa.

  Quanto ao material iconográfico, consta um álbum das empresas Krupp sobre a produção bélica alemã e outro sobre o Rio antigo, comemorativo do 5º aniversário da República.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1892-1893

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, anotações

  sonoros e visuais: fotografias

- DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO: A documentação envolve correspondência com esposa e filha tratando de assuntos familiares (1892), álbum de homenagens pela passagem do seu aniversário (1892), caderno de notas (1893), fotos do titular e dois álbuns de fotografias oferecidos a Floriano Peixoto por admiradores.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Compõe a série Floriano Peixoto, integrante da coleção Presidentes da República.

PENA, Afonso Augusto Moreira
(Santa Bárbara, MG, 30.11.1847 - Rio de Janeiro, RJ, 14.6.1902)
Presidente da República 15.11.1906 a 14.6.1909

Filho de comerciante, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Exerceu a advocacia por pouco tempo, e entrou para a vida política em 1874 quando foi eleito deputado à Assembléia provincial mineira. Em 1879 tornou-se deputado geral, tendo seu mandato renovado sucessivamente até 1889. Nesse período foi três vezes ministro: no Ministério Martinho Campos, em 1882, na pasta da Guerra; no Gabinete Lafayette, em 1883, na pasta da Agricultura; sob a presidência do Conselho do senador Dantas, em 1885, na pasta da Justiça. No Gabinete de João Alfredo (1888) fez parte da comissão de organização do Código Civil Brasileiro, cabendo-lhe o capítulo sobre direito de sucessão. Na República, foi eleito senador à Constituinte de Minas, ajudando a redigir a Constituição estadual. Foi eleito presidente de seu estado em 1892, quando deu concessão para construção de várias estradas de ferro e decretou serviços e contratos de colonização, iniciando ainda a construção da nova capital, Belo Horizonte. Em 1894 foi convidado por Prudente de Morais para os cargos de embaixador do Brasil no Uruguai e ministro do Supremo Tribunal Federal, declinando de ambos para exercer a presidência do Banco do Brasil (1895-1898). Foi eleito senador estadual em 1899 e no ano seguinte presidente do conselho deliberativo de Belo Horizonte, cargo equivalente a prefeito. Com a morte de Silviano Brandão, escolhido vice-presidente da República para o quadriênio 1902-1906, cargo em que não chegou a ser empossado, Afonso Pena foi indicado para substituí-lo, sendo sufragado em 1903. Em 1906, quando era diretor da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, foi eleito Presidente da República. Indiferente às direções políticas dos estados, compôs com valores jovens o ministério, que ficou conhecido como "jardim de infância". Durante seu governo cuidou da estabilidade do câmbio através da criação da Caixa de Conversão, promoveu o desenvolvimento ferroviário em em todos os estados, estimulou a imigração, fomentou a indústria e apoiou a expansão telegráfica através das ação de Rondon. Não conseguiu fazer David Campista seu sucessor como desejava e faleceu no exercício da presidência.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Nacional

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilmagem, reprodução fotográfica, cinematográfica e de vídeo

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 4.500

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1866-1909

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência ativa, passiva e de terceiros, série Fotografias, séries temáticas das atividades exercidas

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico sob a forma de fichário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, relatórios, projetos

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: recortes de jornais

  cartográficos: mapas, croquis, projetos, plantas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: No período de 1874 a 1881 a documentação retrata a atuação de Afonso Pena como deputado, abordando a composição da chapa do Partido Liberal, as eleições, a reforma eleitoral e a política municipal mineira.

  De 1882 a 1885 observa-se o processo político em Minas Gerais. De sua passagem pelo Ministério da Justiça, de 1885 a 1886, constam nomeações para cargos públicos e documentos sobre estradas de ferro.

  Novamente como deputado (1886-1892) acompanha-se as eleições para a Constituinte Mineira, a política republicana e a indicação de Afonso Pena para a presidência do estado.

  No exercício da presidência de Minas (1892-1894) estão situadas as atividades administrativas, as obras públicas, a política financeira e industrial, bem como a Revolução Federalista, a Revolta da Armada e o apoio à candidatura de Prudente de Morais.

Da gestão no Banco do Brasil (1895-1898), constam documentos sobre questões de política financeira, imigração, diplomacia e as concepções de Afonso Pensa sobre Monarquia e República.

De 1899 a 1900, período do mandato no Senado estadual, registra-se a política financeira de Minas, atividades industriais e ferroviárias. Como presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (1900-1902), constam a reforma da Constituição Mineira, projetos econômicos na Câmara dos Deputados e o processo de indicação de Afonso Pena para a vice-presidência da República. Nesse carto (1903-1906), observam-se as eleições estaduais, a política financeira e cambial com a reforma bancária de 1905, a crise militar, a candidatura presidencial de Afonso Pena e a de João Pinheiro ao governo de Minas.

Da presidência da República (1906-1909), o arquivo contém registros sobre a política financeira, a Caixa de Conversão, imigração, Congresso de Haia, reforma constitucional, política nos estados e sucessões presidencial e estaduais.

No âmbito iconográfico, consta álbum comemorativo da visita de Afonso Pena a Manaus (1906).

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: No Museu da República, coleção Presidentes da República, série Afonso Pena, existem um cartão, uma carta e duas fotografias do período 1904-1907. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, podem ser encontrados, de Afonso Pena, um despacho e alguns documentos do período 1883-1884.

PEREIRA, José Bernardino Batista
(Campos, RJ, 20.5.1783 - Niterói, RJ, 29.1.1861)
Ministro da Fazenda 18.6.1828 a 25.9.1828

Mencionado também como José Bernardino Batista Pereira de Almeida, filho de família rica e aristocrática, bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1812. No Brasil foi nomeado juiz de fora das vilas de Santo Antônio de Sá (hoje Cachoeiras de Macacu) e de Magé e provedor da fazenda de defuntos e ausentes, abandonando a carreira de magistrado em 1821. Depois da Independência elegeu-se deputado à primeria e à segunda legislaturas ordinárias pelo Espírito Santo, quando se distinguiu nas discussões de assuntos financeiros. Ocupou a pasta da Fazenda de 18.6.1828 a 25.9.1828, período em que fixou em 15% os direitos de importação sobre todas as mercadorias sem considerar o país de origem. Ainda em 1828 assumiu a pasta da Justiça por pouco tempo. Exonerou-se de ambos os cargos por recusar-se a efetuar despesas ordenadas pelo Imperador mas não lastreadas por verbas próprias. Em 1836 foi preterido numa eleição para o Senado, afastando-se definitivamente da política e retirando-se para uma fazenda de sua propriedade em Itaboraí, onde dedicou-se à agricultura e à homeopatia. Publicou Reflexões histórico-políticas (1823).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues
(Conselheiro Lafaiete, MG, 28.3.1834 - Rio de Janeiro, RJ, 29.1.1917)
Ministro da Fazenda 24.5.1883 a 6.6.1884

Filho do Barão de Pouso Alegre, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1857 e exerceu a função de promotor público em Ouro Preto e advogado na capital do Império. Foi presidente das províncias do Ceará, em 1864, e do Maranhão, em 1865. Eleito deputado para o período de 1878 a 1881, no segundo ano dessa legislatura foi eleito e nomeado senador do Império. Ocupou a pasta da Justiça de 1878 a 1880 e organizou o gabinete de 31 de maio de 1883, acumulando a presidência do Conselho e o ministério da Fazenda - de 24.5.1883 a 6.6.1884. Sua administração caracterizou-se pelo combate ao déficit público e à progressão dos empréstimos. Chefiou em 1889 a delegação brasileira à Primeira Conferência Interamericana, em Washington, função que abandonou com o advento da República. Sua obra jurídica teve grande influência no direito civil nacional. Escreveu Direito de família (1869); Direito das cousas (1877); Direito internacional público; Vindiciae (1899).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: residência do Prof. Lafayette Silveira Martins Rodrigues Pereira, neto do titular

  endereço: Av. Rainha Elizabeth, 664/201 - Rio de Janeiro - tel. (021) 247-4007

- CONDIÇÕES DE ACESSO: fechado à consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 100

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: <u>textuais</u>: cartas, bilhetes etc

  <u>sonoros e visuais</u>: fotografias

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação compõe-se majoritariamente de correspondência familiar do Conselheiro Lafayette dirigida ao filho e ao concunhado Silveira Martins. Constam ainda algumas fotografias do titular.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O depositário está no momento preparando uma biografia do titular, razão por que não permite acesso à documentação em seu poder.

PEREIRA, Manuel Vitorino
(Salvador, BA, 30.1.1853 - Rio de Janeiro, RJ, 9.11.1902)
Presidente da República 11.11.1896 a 4.3.1897

Filho de marceneiro, doutorou-se em medicina pela Faculdade da Bahia em 1876. Logo em seguida viajou para a Europa para se especializar em cirurgia. Retornou ao Brasil e foi aprovado em concurso em 1883 para lecionar a segunda cadeira de clínica cirúrgica na faculdade em que se formou. Entrou para o Partido Liberal e participou ativamente da campanha abolicionista. Na República, foi indicado por Rui Barbosa para ser o primeiro governador da Bahia durante o governo provisório. Demitiu-se pouco tempo depois, em abril de 1890, e voltou à sua cátedra. Elegeu-se senador estadual e participou da primeira Constituinte baiana, tornando-se senador federal em 1892. Eleito vice-presidente na chapa de Prudente de Morais para o quatriênio 1894-1898, assumiu a presidência de 11.11.1896 a 4.3.1897 quando o presidente se submeteu a uma intervenção cirúrgica. Durante sua gestão substituiu o ministério escolhido por Prudente de Morais, adquiriu o Palácio do Catete para onde transferiu a sede do governo e teve de enfrentar a fase mais crítica da revolta de Canudos. Entrou em antagonismo com o presidente e chegou a ser indiciado no inquérito que apurou o atentado cometido contra Prudente de Morais em novembro de 1897.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia possui o original de um discurso de Manuel Vitorino de 1888 e o Arquivo do Estado da Bahia a documentação oficial de seu governo no estado. Os volumes de As idéias políticas de Manuel Vitorino, organizados por Luís Henrique Dias Tavares (Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981, 2 v.) reproduzem seus pronunciamentos parlamentares, artigos na imprensa e outros escritos.

PESSOA, Epitácio Lindolfo da Silva
(Umbuzeiro, PB, 23.5.1865 - Petrópolis, RJ, 13.2.1942)
Presidente da República 28.7.1919 a 15.11.1922

Filho de um coronel da Guarda Nacional e senhor de engenho, cedo ficou órgão de pai e mãe. Custeou seus próprios estudos e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1886. Nomeado em seguida promotor público em Bom Jardim (PE), transferiu-se para a cidade do Cabo (PE) em 1887, onde permaneceu até 1889. Com a proclamação da República foi indicado secretário-geral da Paraíba. Em 1890 elegeu-se para a Assembléia Nacional Constituinte, permanecendo depois no Congresso ordinário. Em 1898 , no governo Campos Sales, ocupou a pasta da Justiça, promovendo a elaboração do Código Civil, cujo projeto coube a Clóvis Bevilaqua, e a reforma do ensino. Movimentos estudantis contra essa reforma levaram-no a pedir demissão do cargo em 1901. Em 1902 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e procurador-geral da República, sendo que nesse último cargo permaneceu até 1905. Aposentou-se do STF em 1912 por motivo de saúde. Nesse mesmo ano aceitou uma cadeira de senador pela Paraíba e, em 1918 integrou a delegação brasileira à Conferência de Paz em Versalhes, assumindo sua presidência quando Rui Barbosa renunciou ao posto. Com a morte do presidente eleito Rodrigues Alves em 1919, novas eleições foram convocadas e o nome de Epitácio foi lançado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) para concorrer vitoriosamente com Rui Barbosa. Assumiu o governo em 28.7.1919 e introduziu a inovação de nomear civis para as pastas militares. Governou num período de crise econômica e social, onde a inflação dominava e os movimentos operário-anarquistas cresciam. Enfrentou uma oposição militar que culminou com revolta do forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, rapidamente debelada, mas que foi o primeiro ato do movimento tenentista fortalecido nos anos seguintes. Comemorou o Centenário da Independência, cujo ponto alto foi a Exposição Internacional realizada no Rio de Janeiro. Criou o Departamento Nacional de Saúde Pública, a Superintendência do Abastecimento e a Universidade do Rio de Janeiro. Transmitiu o governo em 15.11.1922 a Artur Bernardes e em 1923 foi designado para ocupar uma cadeira na Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia. Em 1924 foi eleito para o Senado pela Paraíba e em 1927 tornou-se presidente da Junta Pan-Americana de Jurisconsultos, que tratava da codificação do direito internacional. Em 1929 e 1930, apoiou os candidatos da Aliança Liberal nas eleições presidenciais. Perdeu seu mandato de senador com a Revolução de 1930 , devido à supressão dos órgãos legislativos, e abandonou definitivamente a vida pública. Assumiu apenas mais um encargo na nova administra-

ção: presidente da Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Público, reunida em 1932. Nesse mesmo ano foi convidado pelo presidente Hoover, dos EUA, para ser o representante estrangeiro desse país na comissão criada pelo tratado de 1914, entre EUA e Inglaterra. Em 1938 foi designado membro honorário brasileiro do Instituto Pan-Americano de Direito Internacional. Suas obras completas foram publicadas em 24 volumes (1955-1965).

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 9312

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1892-1941

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: 75 pastas com indicações na capa, 18 volumes encadernados de recortes de jornais e uma pasta envelope de títulos, diplomas etc.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: índice até a pasta 15, por ordem alfabética

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, cartões, títulos diplomas
  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo contém documentos referentes à Paraíba, envolvendo o seu processo político, os pleitos realizados naquele estado na primeira década deste século, projeto de reforma da Constituição estadual, questões administrativas e de demarcação de fronteiras.

  Constam ofícios do Ministério da Justiça e documentação sobre a Corte Internacional de Justiça, conferências internacionais americanas, a visita dos reis da Bélgica ao Brasil, demarcação de limites entre estados, como Amazonas, Pará e Acre e Minas Gerais e Goiás.

Registra-se também o movimento político na Bahia, em Mato-Grosso, no Espírito Santo, no Ceará, no Amazonas, e em Pernambuco.

Com relação ao período em que Epitácio Pessoa ocupou a Presidência da República (1919-1922), destacam-se o processo eleitoral, a sucessão presidencial de 1922, a revolta do forte de Copacabana e documentário sobre os ministérios da Fazenda, da Justiça, da Viação e outros, abordando, por exemplo, o empréstimo do café e a nacionalização da pesca.

Do período posterior à Presidência, refere-se o arquivo ao movimento tenentista de 1924, ao novo empréstimo do café de 1925, aos governos Bernardes e Washington Luís, à Revolução de 1930, aos atos do Governo Provisório que lhe seguiu e à Revolução paulista de 1932.

Encontram-se ainda títulos, diplomas, material forense e coleções de recortes de jornais.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Segundo José Gabriel Costa Pinto, o arquivo contém anotações para a posteridade, de próprio punho de Epitácio.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 1073

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1919-1922

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries correspondência, documentos pessoais e familiares, viagens, documentos políticos, mapas, álbuns, iconografia

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, cartões, títulos, diplomas

  sonoros e visuais: fotografias

  cartográficos: mapas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Constam documentos sobre a fixação de limites territoriais entre os estados de São Paulo e Paraná (1919-1920), pronunciamento de Epitácio Pessoa aos candidatos Rodrigues Alves e Delfim Moreira, correspondência abordando solicitações diversas e comentários de natureza política. Situa a documentação as viagens do presidente à Bélgica, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, França e Portugal, registrando-se também grande quantidade de telegramas de pêsames por ocasião do falecimento de Epitácio Pessoa.

O material iconográfico compreende fotos de Epitácio Pessoa e família, da comitiva presidencial em Paris por ocasião do Tratado de Paz de Versalhes (1919), a visita dos reis da Bélgica ao Brasil, o rei Jorge V, da Inglaterra (1919), além de álbuns da São Paulo Railway (1921) e sobre o México.

Apresenta também o arquivo mapas de estados do Nordeste pertencentes à Inspetoria de Obras contra as Secas no período de 1910 a 1917.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A Fundação Joaquim Nabuco possui quatro documentos de Epitácio Pessoa.

PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho
(S. Paulo, SP, 15.3.1910 -)
Ministro da Fazenda 21.6.1963 a 19.12.1963

Filho de um político paulista e descendente do presidente Rodrigues Alves, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1931 e passou a trabalhar como advogado da Prefeitura da capital paulista, enquanto lecionava ciência das finanças em cursos de direito da cidade. De 1938 a 1947 foi assessor jurídico do Executivo paulistano. Em 1953, quando Jânio Quadros assumiu a prefeitura da cidade, nomeou-o para a Secretaria de Finanças e, em 1955, ao ascender ao governo de São Paulo, levou-o consigo para o correspondente órgão estadual. Nesse posto, granjeou prestígio como saneador das finanças do estado e possibilitou bons resultados à administração de Jânio Quadros. Eleito governador de São Paulo em outubro de 1958, exerceu o cargo de 1959 a 1963, equilibrando o orçamento público, estimulando o desenvolvimento agrícola e industrial, iniciando a construção de usinas hidrelétricas como a de Urubupungá e criando a Universidade de Campinas. Ao transferir o governo ao seu sucessor Ademar de Barros, ocupou uma cadeira no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Em 21.6.1963 , em meio a grave crise econômica que atingia o governo Goulart, assumiu o Ministério da Fazenda em substituição de San Tiago Dantas. Tentou o combate à inflação e a renegociação da dívida externa, mas seus esforços foram neutralizados por pressões provenientes de todos os lados, ampliadas no clima de radicalização política que dominava a Nação. Acabou se demitindo do cargo em 19.12.1963, substituído por Nei Galvão. Manifestou-se favorável ao movimento político militar de 1964 e foi eleito em novembro de 1966 senador por São Paulo na legenda governamentista da Arena. Exerceu o mandato de 1967 a 1975, quando, depois de derrotada sua candidatura à reeleição, retirou-se da vida pública. Obras: <u>Hermenêutica das leis fiscais</u> (1941); <u>Reforma tributária do município</u> (1947); <u>Normas gerais do direito financeiro</u> (1949) ; <u>Contribuição de melhoria - a lei federal normativa</u> (1949).

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: escritório do titular

  endereço: Pecúnia S.A. Crédito Financiamento Investimento - Rua Boa Vista, 344 - 8º - São Paulo

  tel. (011) 228-6279

- CONDIÇÕES DE ACESSO: fechado à consulta. A coleção de recortes de jornais componente do arquivo nos foi descrita pela Profa. Heloísa Liberalli Bellotto (Alameda Itu, 859/72 - São Paulo - tel. (011) - 881-0513), responsável por sua organização.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado; recortes de jornais em bom estado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado; 1.500 recortes de jornais

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado; recortes de jornais de 1950-1960

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: apenas os recortes de jornais estão organizados, em ordem cronológica

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: índice dos recortes de jornais

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: não identificados

  sonoros e visuais: não identificados

  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A série recortes de jornais compõe-se de editoriais com referências à atuação do titular nos diferentes cargos que exerceu, notícias de eventos administrativos (inaugurações, comemorações etc) e políticos (eleições, comícios etc), além de cobrir as medidas econômicas vinculadas à vida pública de Carvalho Pinto.

QUADROS, Jânio da Silva
(Campo Grande, MS, 25.1.1917 -)
Presidente da República 31.1.1961 a 25.8.1961

Filho de médico, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1939 e iniciou sua carreira profissional lecionando português num colégio ginasial da capital paulista. Ingressou na vida política em 1945, quando, animado com a campanha contra Getúlio Vargas, inscreveu-se num comitê de bairro da União Democrática Nacional (UDN). Em 1948 elegeu-se suplente de vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e logo assumiu uma cadeira com a cassação dos mandatos dos comunistas. Sua popularidade cresceu fazendo oposição ao governador de São Paulo Ademar de Barros e, em 1950, foi o candidato mais votado à Assembléia estadual. Em 1953, com a volta da autonomia à capital de São Paulo, candidatou-se à prefeitura municipal pelo PDC. Com seu lema, "o tostão contra o milhão", obteve uma votação esmagadora. Em 1954 elegeu-se governador de São Paulo, tendo como metas de governo o saneamento, a educação e os transportes e, no ano seguinte, seu trabalho já era conhecido nacionalmente. Ainda governador, foi eleito deputado federal pelo Paraná na legenda do PTB. Assim, dispôs de um mandato desde 1959, quando deixou o governo paulista e enquanto esperava para candidatar-se à presidência da República. Eleito em outubro de 1960, seu governo, iniciado em 31.1.1961, tinha como programa controlar a inflação e restaurar o orçamento e o câmbio através da supressão de subsídios e da promoção do livre jogo das forças econômicas. Em agosto de 1961 o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, denunciou num programa de televisão que o presidente estaria tramando um golpe contra as instituições. No dia seguinte, 25.8.1961, Jânio renunciou ao cargo, sendo substituído por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. Viajou para o exterior e ao retornar mobilizou-se na candidatura ao governo de São Paulo em 1962, sendo derrotado. Em 1964, seu nome figurou na lista dos punidos com a suspensão dos direitos políticos e, em 1968, em represália a suas declarações de apoio a manifestações estudantis, foi confinado por 120 dias em Corumbá (MS). Ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1980, sendo lançado candidato ao governo de São Paulo. Nas eleições de 1982 foi derrotado por Franco Montoro. Em 1985, ainda na legenda do PTB, elegeu-se prefeito da capital paulista, assumindo o cargo em início do ano seguinte.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Não foi possível entrar em contato com o titular. Tratando-se de um político em atividade, seu arquivo deve continuar em formação em seu poder. Em carta ao presidente da Fundação Getúlio Vargas, declarou há alguns anos que seu arquivo fora entregue a José Aparecido de Oliveira, que dispunha de total poder para resolver sobre o destino do mesmo. Pode-se supor portanto que estivesse se referindo à parte mais antiga de seus papéis, inclusive provavelmente à documentação de sua passagem pela Presidência da República. No Museu da República, Coleção Presidentes da República, Série Jânio Quadros, encontram-se dois bilhetes e uma carta dirigidos pelo titular ao ministro da Educação (1961).

QUELUZ, Marquês de (João Severiano Maciel da Costa)
(Mariana, MG, 27.12.1769 - Rio de Janeiro, RJ, 19.11.1833)
Ministro da Fazenda 16.1.1827 a 20.11.1827

Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, ingressou na magistratura e em 1808 tornou-se desembargador do paço do Rio de Janeiro. Nomeado em 1809 governador da Güiana Francesa, então anexada ao Brasil, permaneceu no cargo até 1819. De volta à Corte, ligou-se aos círculos liberais e acabou preso. Reabilitado, integrou o conselho de D. João VI e em 1821 acompanhou o soberano em seu regresso a Portugal. Elegeu-se deputado à Constituinte do Império por Minas Gerais e exercia a presidência da assembléia quando D. Pedro I a dissolveu. Ocupou a pasta do Império de 1823 a 1824, presidiu a província da Bahia de 1825 a 1826 e foi escolhido senador pela Paraíba quando da instituição da Câmara Alta. Nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros em 1827, celebrou tratados de amizade, navegação e comércio com a Áustria, a Prússia, a Grã-Bretanha e a cidades livres hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo, assinando também o tratado de paz com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Foi ministro da Fazenda de 16.1.1827 a 20.11.1827, destacando-se na sua administração a promulgação das primeiras leis orçamentárias, a criação do Grande Livro da Dívida Pública, a instalação da Caixa de Amortização e a redução do quinto de ouro para 5%. Obras: Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil (1821); Análise e refutação ... (1829); O Barão do Rio da Prata (1830).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado

RAMOS, Nereu de Oliveira
(Lajes, SC, 3.9.1888 - Curitiba, PR, 16.6.1958)
Presidente da República 11.11.1955 a 31.1.1956

Oriundo de uma família dominante na política catarinense, filho de um governador do estado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1909, indo exercer a profissão em sua terra natal. Em 1911 transferiu-se para Florianópolis, onde se iniciou no jornalismo e na política, elegendo-se deputado estadual. Em 1914 foi oficial-de-gabinete de seu pai, então presidente de Santa Catarina. Em 1919 renovou seu mandato de deputado estadual e manteve-se na oposição aos governos locais. Em 1927 criou o Partido Liberal Catarinense e com ele incorporou-se dois anos mais tarde à Aliança Liberal, cuja atuação liderou no estado. Em 1930 elegeu-se deputado federal, participando em outubro desse ano da revolução que provocou a ascensão de Vargas. Em 1933 obteve uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte e um ano depois foi eleito deputado federal à legislatura ordinária, não chegando a assumir esse mandato porque em maio de 1935 era feito governador do estado pelo voto indireto da Assembléia Legislativa. Governou Santa Catarina por dez anos, como governador até 1937, na qualidade de interventor durante o Estado Novo. Destacou-se pela obra viária que realizou e pela campanha de nacionalização do ensino e neutralização dos quistos raciais que desenvolveu durante o período da Segunda Guerra Mundial. Criador do PSD em Santa Catarina, elegeu-se senador por essa legenda em 1945, desempenhando a liderança da maioria na Constituinte e presidindo a Comissão Constitucional. Promulgada a nova carta, foi eleito pela assembléia vice-presidente da República e, nessa qualidade, presidente do Senado. Em 1947 tornou-se presidente nacional do PSD e passou a ser tido como forte candidato à sucessão de Dutra. Diante porém dos obstáculos à consolidação de sua candidatura presidencial, acabou renunciando à presidência do Partido em 1949. No pleito de 1950, elegeu-se deputado federal e logo no início de 1951 foi alçado à presidência da Câmara dos Deputados, que ocupou por toda a legislatura. Em 1955 voltou ao Senado, tornando-se vice-presidente da casa. Em 11 de novembro desse ano, um movimento liderado pelo ministro da guerra demissionário, general Henrique Teixeira Lott, provocou a deposição do presidente da República em exercício Carlos Luz e o impedimento do presidente licenciado Café Filho, acusados de cumplicidade numa conspiração para impedir a posse de Juscelino Kubitschek, recém-eleito primeiro mandatário da Nação. Nereu Ramos, o seguinte na cadeia sucessória, foi empossado na Presidência nesse mesmo dia, exercendo o cargo até 31.1.1956, quando o transferiu ao governante eleito e tornou-se ministro da Justiça da nova administração. Permaneceu à frente da pasta até novembro do ano seguinte, reassumindo então a cadeira no Senado.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: escritório do Dr. Joaquim Fiúza Ramos, irmão do titular
  endereço: Rua da Assembléia, 77 - 7º andar - Rio de Janeiro - tel. (021) 221-3505

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do depositário

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 5.600

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1869-1984

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência, Documentação Pessoal, Produção Intelectual, Panfletos, Documentação Complementar, Recortes de Jornais, Fotografias

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: índice onomástico, de assuntos e inventários

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: registros, escrituras, títulos, certidões, cartas, telegramas, estudos, discursos, biografias

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: panfletos, recortes de jornais, títulos de jornais e de revistas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O ponto alto do arquivo é a correspondência, constituída de cerca de 2.000 cartas e telegramas do período 1869-1958. Envolvendo inúmeras personalidades da vida pública brasileira, esse material reporta-se principalmente às passagens do titular pela Vice-Presidência da República (1946-1951), a Presidência do Senado (1955), a Presidência da República (1955-1956) e o Mi-

nistério da Justiça (1956-1957). A coleção de recortes de jornais, parte encadernada e parte avulsa, estende-se desde 1911 a 1958 e cobre toda a trajetória do titular. Tanto a correspondência quanto os recortes abordam a política catarinense e a política nacional. A documentação pessoal compreende uns poucos registros de sua vida privada, propriedades etc. A produção intelectual engloba estudos, trabalhos, discursos de Nereu Ramos, artigos sobre sua pessoa e textos sobre outros temas, centrados principalmente no período em que governou Santa Catarina. Os panfletos, em pequena quantidade, são de variadas épocas. No tocante às fotografias, constam um álbum e algumas peças avulsas. A documentação complementar, finalmente, é integrada por material produzido após a morte do titular (1958-1984), destacando-se várias biografias e análises de sua carreira política

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: José Honório Rodrigues em seu A pesquisa histórica no Brasil (2a. ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p. 208) afirmava encontrar-se o arquivo Nereu Ramos, parte com a viúva, parte com o filho Murilo Ramos e parte com o irmão Joaquim Ramos. Sabe-se que a maior parcela de seu arquivo político, deixada em Florianópolis, deteriorou-se completamente, ficando inaproveitável. Como localizamos o material em poder do irmão, é possível que a parcela perdida corresponda à primeira ou às duas primeiras apontadas por José Honório Rodrigues.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 34

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1905-1957

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: decretos, diplomas, estatutos

  sonoros e visuais: fotografia

  impressos: folheto

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação compõe-se de diplomas conferidos ao titular por entidades diversas, estatutos de ordens religiosas, decretos e regulamentos da Ordem Nacional do Mérito (1946), folheto do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional contendo pronunciamento de Nereu Ramos (1955), um exemplar da Constituição de 1946 e uma fotografia do titular.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Compõe-se a série Nereu Ramos, integrante da coleção Presidentes da República.

RIO, José Pires do
(Guaratinguetá, SP, 26.11.1880 - Calcutá, Índia, 23.7.1950)
Ministro da Fazenda 1.11.1945 a 1.2.1946

Diplomou-se em engenharia e farmácia pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1903, passando a trabalhar nas obras do porto do Rio de Janeiro. Depois de lecionar na Escola Politécnica da Bahia, atuou na construção do porto de Rio Grande (RS) e foi diretor de distrito da Inspetoria de Obras contra as Secas. Estudou o carvão mineral do Rio Grande do Sul e foi inspetor federal nas ferrovias da Amazônia. Em 1919, no governo Epitácio Pessoa, tornou-se ministro da Viação e Obras Públicas, destacando-se pelos trabalhos de combate às secas do Nordeste. Deixou a pasta em 1922, ao final do governo, e retornou a São Paulo, onde se elegeu deputado federal em 1924. De 1926 a 1930 ocupou a prefeitura da capital paulista e, reeleito nesse último ano, foi impedido de permanecer no cargo pela Revolução de 1930. Afastou-se da política para dedicar-se aos negócios no Rio de Janeiro, tornando-se diretor da Companhia Comércio e Navegação, empresa de construção naval, e do _Jornal do Brasil_, onde se manteria até o final da vida. Em 1937 presidiu o Conselho do Petróleo e de 1939 a 1944 foi vice-presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Com a deposição de Vargas em 1945 e a ascensão de José Linhares ao governo, Pires do Rio foi nomeado ministro da Fazenda em 1.11.1945. Advogou a redução do protecionismo à indústria nacional embora sem cair no total liberalismo preconizado pela corrente de Eugênio Gudin. Procurou combater a inflação, evitando emissões e limitando o crédito, mas o aumento salarial do funcionalismo neutralizou seus esforços. Deixou o cargo ao iniciar-se o governo Dutra, em 1.2.1946, sendo substituído por Gastão Vidigal. Obras: _O combustível na economia universal_ (1916) ; _Assuntos de política econômica_ (1917); _Ofício_ (1928); _Realidades econômicas do Brasil_ (1945); _As condições atuais do Brasil_ (1945); _A moeda brasileira e seu perene caráter fiduciário_ (1947).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado.

RIO BRANCO, Visconde do (José Maria da Silva Paranhos)
(Salvador, BA, 16.3.1819 - Rio de Janeiro, RJ, 1.11.1880)
Ministro da Fazenda 2.3.1861 a 24.5.1862; 7.3.1871 a 25.6.1875

Ingressou na Escola de Marinha em 1836, foi declarado guarda-marinha e prosseguiu sua formação na Escola Militar, graduando-se em matemática e tornando-se lente substituto e depois catedrático. Iniciou sua carreira política na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, província que veio a presidir em 1847. Foi secretário da missão do Marquês de Paraná ao Rio da Prata em 1851, passando a ministro-residente no ano seguinte até 1853, quando tornou-se ministro da Marinha, cargo que exerceu até 1855. Dirigiu a pasta dos Estrangeiros de 1855 a 1857, ocasião em que assinou com o Paraguai tratado para garantir a navegação até a província de Mato Grosso. Desempenhou nova missão ao Rio da Prata em 1857-1858 e exerceu por dois meses o Ministério da Guerra (1858-1859). Retornou ao Ministério dos Estrangeiros em 1859 e conseguiu do Uruguai uma declaração de neutralidade em relação ao Brasil e à Argentina. Em 1861 foi eleito deputado por Sergipe e ocupou a pasta da Fazenda de 2.3.1861 a 24.5.1862, executando em sua gestão uma drástica política de economia e equilíbrio orçamentário e introduzindo o princípio de que a lei que autorizasse despesa deveria consignar as fontes de receita correspondente. Em 1862 tornou-se senador por Mato Grosso e em 1864 voltou em missão ao Rio da Prata, onde se encontrava quando eclodiu a Guerra do Paraguai (1865). Feito ainda uma vez ministro dos Estrangeiros em 1868, cumpriu de 1869 a 1871 nova missão ao Rio da Prata, desta vez relacionada com o fim da guerra. Nessa ocasião, firmou o protocolo destinado a organizar um governo provisório no Paraguai e promoveu o tratado de paz com as nações da região. Organizou o gabinete de 7 de março de 1871, destacando-se entre as medidas que adotou a reforma judiciária, a ampliação do _habeas corpus_, a regulamentação do registro civil, o fomento à navegação e à colonização, o primeiro recenseamento geral do Império e, em particular, a promulgação da Lei do Ventre Livre, primeiro passo para a abolição da escravatura no Brasil. Nesse mesmo gabinete, ocupou a pasta da Fazenda, de 7.3.1871 a 25.6.1875, quando aplicou a lei que substituiu o sistema de pesos e medidas em todo o Império, reorganizou a Caixa de Amortização e a Casa da Moeda, regulamentou o imposto de transmissão, o imposto sobre imóveis e o de indústrias e profissões. Emitiu bilhetes com o fim de auxiliar os bancos de depósito, sob a garantia de títulos da dívida pública fundada ou de outros títulos. Durante sua vida política foi conselheiro de estado efetivo, do conselho do imperador, professor honorário da academia de belas-artes, major honorário do exército, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, presidente do montepio agrícola, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Real das Ciências de Lisboa, membro honorário da

British and Foreign Anti-Slavery Society, membro e vice-presidente do Instituto Politécnico, membro e presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria nacional.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Histórico do Itamarati

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e microfilme

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 6.600

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1813-1891

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries. "O arquivo particular do Visconde do Rio Branco, inicialmente trabalhado por seu eminente filho o Barão do Rio Branco, sofreu, ao correr do tempo, várias tentativas de organização", lembra Nadir Duarte Ferreira, responsável pela atual forma de organização.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário: Nadir Duarte Ferreira, org. Catálogo do arquivo particular do Visconde do Rio Branco. Brasília, Ed. UnB, 1981.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, discursos, pareceres, resumos de debates, avisos, contratos, leis, regulamentos, graças honoríficas, diplomas, decretos, cartas patentes

  sonoros e visuais: brazão

  impressos: recortes de jornais

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A correspondência passiva e ativa compreende 3.249 documentos, a maior parte compreendida entre os anos de 1840 e 1880. Esse conjunto envolve toda a elite política da época. Um volume com 221 cartas foi reunido e anotado pelo Barão do Rio Branco, o primeiro organizador dos papéis do pai.

  O arquivo contém discursos do Visconde do Rio Branco no senado e na Câmara, assim como resumos de debates parlamentares e pareceres da Comissão de Orçamento. Dispõe ainda de um rico documentário sobre o

Rio da Prata, relativo às missões especiais à região empreendidas pelo titular em 1852-1853, 1857-1858, 1864-1865 e 1869-1871, pelo Marquês do Paraná em 1851-1852 , de que Rio Branco foi secretário, por Almeida Rosa em 1865-1866 e pelo Visconde de Arinos em 1867. Essa série reúne correspondência com legações e consulados brasileiros, autoridades nacionais e estrangeiras, governos provinciais, comandos do Exército e da Marinha e, naturalmente, o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros. Consta documentação dos Ministérios exercidos por Rio Branco, dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e da Fazenda. Deste último, ocorre material relativo à dívida externa, a contratos de empréstimos, à receita e despesa e ao orçamento no período 1862-1875.

Há também documentação do Conselho de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, material sobre atos internacionais, leis, regulamentos e limites, além de documentos familiares e pessoais, estes últimos compreendendo decretos, cartas patentes, cartas de poder especial , de nomeação, de promoção e exoneração, comunicações oficiais e outros.

O fundo Visconde do Rio Branco abriga também documentos do arquivo paraguaio (transferidos por ocasião da Guerra do Paraguai), recortes de jornais, impressos e documentos sobre o titular.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Do titular, foram localizados ainda um ofício de 1875 no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e cinco cartas do período 1865-1877 no Museu Paulista.

ROURE, Agenor Lafayette de
(Nova Friburgo, RJ, 28.2.1869 - Petrópolis, RJ, 18.3.1935)
Ministro da Fazenda 25.10.1930 a 4.11.1930

Filho de um fazendeiro imigrante suíço, dedicou-se desde cedo ao jornalismo. Iniciou como revisor do Jornal do Brasil, passando a redator e secretário; foi redator da Gazeta de Notícias em 1892-1893; secretariou A Notícia em 1894; no ano seguinte foi cronista parlamentar de O Paiz, redator-secretário na Tribuna de 1898 a 1902 e redator parlamentar do Jornal do Commercio de 1904 a 1919. Em 1893 foi nomeado redator de debates do Senado Federal, tendo sido transferido no ano seguinte para a Câmara dos Deputados, onde ocupou todos os cargos até oficial da ata e secretário do presidente. Foi convidado por Epitácio Pessoa, em agosto de 1919, para secretário da presidência da República, sendo nomeado ao findar aquele governo, ministro do Tribunal de Contas, cuja presidência ocupou de 1931 a 1933. Destacou-se pelos estudos especiais em direito orçamentário. Com a Revolução de 1930, exerceu o cargo de ministro da Fazenda, de 25.10.1930 a 4.11.1930, quando foi substituído por José Maria Whitaker. Em 1931 foi membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios e, de 1932 a 1933, participou da Comissão Constitucional que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1934. Publicou: Concurso literário (1894); Formação constitucional do Brasil (1914); Formação do direito orçamentário brasileiro (1916); A Constituinte republicana (1920); O orçamento (1926).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado.

SALES, Francisco Antônio de
(Lavras, MG, 20.1.1863 - Rio de Janeiro, RJ, 16.1.1933
Ministro da Fazenda 15.11.1910 a 9.5.1913

Filho de industrial, bacharelou-se em direito pela Faculdade de São Paulo em 1886. Quando acadêmico fundou o Clube Republicano Mineiro, do qual foi vice-presidente. Retornou a Lavras onde exerceu a advocacia e iniciou vida política. Com a República foi nomeado Juiz municipal da comarca de Lima Duarte, em 1891. Eleito para o Congresso Constituinte estadual, ocupou durante o governo Bias Fortes (1894-1898) a Secretaria de Finanças de Minas Gerais, acumulando o cargo com a direção da Secretaria de Agricultura. Em seguida foi eleito para o Senado estadual, mas não exerceu o mandato pois assumiu a prefeitura de Belo Horizonte. Em 1898 foi feito membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, no ano seguinte elegeu-se deputado federal e em 1902 assumiu a presidência do estado. Esteve à frente do Executivo mineiro até 1906, quando foi eleito para o Senado Federal. Ocupou o ministério da Fazenda de 15.11.1910 a 9.5.1913, período em que reorganizou a Caixa de Conversão e a Delegacia do Tesouro Nacional em Londres; regulou a emissão e a circulação do cheque; realizou operações de crédito no exterior; autorizou a emissão de papel-moeda e de apólices para resgatar compromissos do Tesouro Nacional. Eleito novamente para o Senado em 1915, permaneceu até 1924 quando se retirou da política, para dedicar-se a atividades empresariais.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado.

SALES, Manuel Ferraz de Campos
(Campinas, SP, 13.2.1841 - Santos, SP, 28.6.1913)
Presidente da República 15.11.1898 a 15.11.1902

Filho de fazendeiros de café, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863 e voltou a Campinas, onde começou a advogar. Filiou-se ao Partido Liberal, elegendo-se deputado provincial em 1867. Apresentou um projeto tornando livre e obrigatória a instrução pública, o qual foi combatido por seus correligionários. Mudou então para o Partido Radical. Ingressou na campanha republicana em 1871, elegendo-se vereador por Campinas no ano seguinte. Foi um dos promotores da Convenção de Itu, em 1873, quando se organizou o Partido Republicano Paulista. Voltou à Câmara Provincial de São Paulo em 1881, e tornou-se deputado à Assembléia Geral em 1884. Proclamada a República, foi ministro da Justiça no Governo Provisório, quando instituiu o Código Penal, as leis do casamento civil e organizou a justiça federal. Foi senador à Constituinte e à legislatura que se seguiu até 1892. Viajou para a Europa de fins de 1982 até fins de 1983, enviando artigos sobre suas impressões para o Jornal Correio Paulistano. Retornou à vida política em 1896 quando assumiu o governo de São Paulo, não chegando a completar o quatriênio por ter sido eleito presidente da República. Assumiu o governo em 15.11.1898, tendo de enfrentar grave crise econômico-financeira. Negociou o funding-loan para atender ao crédito externo e implementou o programa do ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, para restaurar as finanças internas: aumentou impostos, elevou a quota-ouro sobre as importações de 10 para 15%, aumentou as tarifas aduaneiras e assinou leis instituindo os impostos de consumo e do selo sobre mercadorias de produção nacional. Resolveu a questão do Amapá, defendida por Rio Branco em Berna. Colocou em prática a política dos governadores o que levou à consolidação das oligarquias estaduais. Terminado o período presidencial em 15.11.1902 retirou-se para sua fazenda no oeste paulista, onde escreveu o livro de memórias Da Propaganda à Presidência. Voltou ao Senado em 1909, em plena campanha civilista, seu último cargo político.

ARQUIVO I

- LOCALIZAÇÃO: residência do Sr. Manuel Ferraz de Campos Sales Neto, neto do titular

  endereço: Rua Cássio Martins Vilaça, 238 - São Paulo - tel. (011) 65-5360

- CONDIÇÕES DE ACESSO: fechado à consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 400

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1888-1913

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: cronológica

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, cópias, cardápios
  sonoros e visuais: fotografias
  impressos: folhetos

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo compõe-se majoritariamente da correspondência remetida por Campos Sales à esposa. Estando no Rio de Janeiro, no exercício do Ministério da Justiça e depois do Senado, escrevia quase diariamente a Ana Gabriela de Campos Sales, em São Paulo, narrando os acontecimentos políticos em que se envolvia e presenciava. Não abrange, portanto, os tempos da propaganda republicana, mas cobre os últimos momentos do Império, a implantação da República, o Governo Provisório e os primeiros anos do novo regime até 1906, destacando-se a passagem do titular pelo Ministério da Justiça. Constam também cartas de Bernardino de Campos, Saldanha Marinho, Rodrigues Alves, Pinheiro Machado e outros próceres do período, além de cadernos com cópias da correspondência ativa. Destaca-se ainda uma coleção de cardápios de banquetes.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Este arquivo foi uma das fontes essenciais do livro de Célio Debes, Campos Sales, perfil de um estadista (São Paulo, 1977, 2v.), que assinala, na introdução (p. 18), ter-se perdido no passado boa parte do material original. Trata-se de fato do arquivo de D. Ana Gabriela de Campos Sales, esposa do presidente. Célio Debes (Av. Piassanguaba, 295 - São Paulo - tel. (011) - 549-3654 e 239-2996), que reproduz em seu trabalho grande número de documentos, relatou-nos verbalmente terem permanecido esses papésis por trinta anos (1941-1971) nas mãos de Barros Vidal, incumbido de preparar uma biografia de Campos Sales, que permanece inédita. Por quatro anos estiveram em poder de Célio Debes, que os organizou cronologicamente.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 154

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1873-1912

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: convites, partituras, cartões, programas, cardápios

  sonoros e visuais: fotografias

  impressos: folhetos

  cartográficos: mapas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Refere-se a documentação basicamente à visita de Campos Sales à Argentina (1900), envolvendo homenagens e comemorações de que foi alvo.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Compõe a série Campos Sales, integrante da coleção Presidentes da República. No Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas existem pouquíssimos papéis e muitos livros de Campos Sales. No Museu Paulista foram localizados 37 documentos avulsos do ex-presidente, entre cartas, bilhetes e ofícios (1875-1902). O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo guarda o original manuscrito de uma mensagem do titular ao Congresso Legislativo do estado (1897). Mencione-se ainda o artigo de Licurgo de Castro Santos Filho, "Carta política inédita de Campos Sales- subsídios para a história do Partido Republicano em São Paulo (Anais do Museu Paulista, São Paulo, 29: 253-9, 1979).

SALES, Válter Moreira
(Pouso Alegre, MG, 28.5.1912 -)
Ministro da Fazenda 9.9.1961 a 14.9.1962

Filho de comerciante e banqueiro, trabalhou nos negócios do pai em Poços de Caldas (MG), formando-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1936 e assumindo quatro anos depois o cargo de diretor do recém-fundado Banco Moreira Sales, que experimentou em seguida rápido processo de expansão. Em 1948 foi nomeado diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil e, em janeiro de 1951, ao início do segundo governo Vargas, assumiu a direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), onde criou a Inspetoria de Bancos, participou de reuniões do FMI e da IV Conferência de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington. Deixou o cargo em 1952 para chefiar a embaixada do Brasil nos EUA. Nesse posto, atuando em articulação com o ministro da Fazenda Horácio Lafer, esforçou-se, sem grande êxito, por obter financiamentos norte-americanos a projetos de desenvolvimento no Brasil. Deixou a representação diplomática em 1953, reassumindo a direção de seus negócios. Anos depois, na administração Kubitschek, retornou ao mesmo posto. Voltou à embaixada em 1959, logo após a ruptura do governo com o FMI, nela permanecendo até o ano seguinte. Na gestão de Jânio Quadros participou de uma missão econômica de renegociação da dívida externa e de obtenção de novos empréstimos. Com o início do governo parlamentar de João Goulart, assumiu em 9.9.1961 o Ministério da Fazenda do gabinete presidido por Tancredo Neves. Seu nome visava tranquilizar os meios empresariais brasileiros e estrangeiros e sua gestão transcorreu em meio a pressões opostas, de um lado para impor um programa de austeridade, de outro para garantir aumentos salariais e promover reformas de estrutura. Permaneceu à frente da pasta no curto gabinete Brochado da Rocha, demitindo-se no final desse período, em 14.9.1962, substituído por Miguel Calmon. A partir de então dedicou-se às atividades empresariais, proporcionando grande desenvolvimento ao seu banco, denominado a partir de 1975 Unibanco. Seu grupo empresarial inclui, além de instituições financeiras, empresas de transporte, editorial, turismo, publicidade, gráfica, exportação e importação, cartão de crédito, metalurgia, mineração e agricultura, muitas delas associadas a capitais estrangeiros.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: escritório do titular

  endereço: Rua do Russel, 270 - 3º - Rio de Janeiro

  tel. (021) 285-2933

- CONDIÇÕES DE ACESSO: fechado à consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: não identificado

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: não identificado

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: não identificado

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: não identificada

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: não identificados

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: -

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: o titular declarou não dispor de condições no momento de dar acesso ao seu arquivo, que pretende doar em futuro imediato a uma instituição.

SAPUCAÍ, Marquês de (Cândido José de Araújo Viana)
(Sabará, MG, 15.9.1793 - Rio de Janeiro, RJ, 23.1.1875)
Ministro da Fazenda 14.12.1832 a 2.6.1834

Filho de capitão-mor, bacharelou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1821 e frequentou parte do curso médico na mesma Universidade. Ao voltar para o Brasil foi nomeado juiz de fora de Sabará. Representou sua província na Constituinte de 1823 e nas quatro legislaturas subseqüentes. Foi desembargador em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, tendo presidido as províncias de Alagoas (1828-1829) e do Maranhão (1829-1831). Ocupou a pasta da Fazenda de 14.12.1832 a 2.6.1834, realizando alteração do padrão monetário e promovendo a restauração do Banco do Brasil e a reorganização da Casa da Moeda, tornando-a única do Império e extinguindo com isso a Casa da Moeda da Bahia. Nesse mesmo período ocupou a pasta da Justiça interinamente. Na regência de 1839 ascendeu ao Senado e foi ministro do Império de 1841 a 1843. Em 1850 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça e de 1851 a 1853 presidiu o Senado. Foi professor de D. Pedro II, gentil-homem da imperial câmara, conselheiro de estado, conselheiro do imperador, membro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foi encontrada uma carta de 1860 de sua autoria.

SARAIVA, José Antônio

(Santo Amaro, BA, 1.3.1823 - Salvador - BA, 21.7.1895)

Ministro da Fazenda 28.3.1880 a 20.1.1882; 6.5.1885 a 20.8.1885

Formou-se pela Faculdade de direito de São Paulo em 1846, e dois anos depois era nomeado promotor da comarca de Jacobina (BA). Eleito para a Assembléia Provincial da Bahia em 1849, renunciou ao cargo em junho de 1850, quando foi nomeado presidente do Piauí, ocasião em que fundou a cidade de Teresina. Foi presidente de Alagoas em 1853 e de São Paulo em 1854. Membro do Partido Liberal, elegeu-se por várias legislaturas para a Câmara dos Deputados (1853-1867) e participou do gabinete do Marquês de Olinda (1857) como ministro da Marinha. No gabinete de Nabuco de Araújo (1858) foi presidente de Pernambuco e em 1861, ministro do Império. Destacou-se em 1864 na chamada Missão Saraiva ao Rio da Prata, quando atuou como intermediário entre o governo uruguaio e o chefe revolucionário Flores. Em 1865 voltou a participar do gabinete como ministro da Marinha. Elegeu-se senador do Império em 1869, abandonando o cargo para presidir o Conselho dos Ministros nos gabinetes de 1880 e 1885, que acumulou com o exército da pasta da Fazenda de 28.3.1880 a 20.1.1882 e de 6.5.1885 a 20.8.1885. Nesse ministério, sua administração caracterizou-se pela severa economia e pela diminuição dos impostos criados para fazer face à crise da seca no Nordeste, resultando no equilíbrio orçamentário pelo crescimento natural das rendas. Como presidente do Conselho de Ministros, alcançou grande prestígio pela fiel execução da Lei Saraiva, que reformou a legislação eleitoral. Proclamada a República, afastou-se da política temporariamente, sendo eleito senador para o Congresso Constituinte de 1891, cargo a que renunciou após comparecer a algumas poucas sessões.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 1395

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1846-1902

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico, índice onomástico e de assuntos

- TIPOS DE DOCUMENTOS: <u>textuais</u>: cartas, ofícios, diplomas

  <u>cartográficos</u>: planta

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação concentra-se entre as décadas de 50 e 80 do século XIX. Compreende a ação da diplomacia brasileira na região do Prata com destaque para a missão Saraiva de 1864. Aborda o desenrolar da Guerra do Paraguai (1865-1870), incluindo planta do roteiro da Batalha do Riachuelo, o tratado da Tríplice Aliança, a situação política no Uruguai e o tratado comercial Brasil-EUA.

  Quanto à política interna, situa os partidos Liberal e Republicano nas províncias da Bahia e do Pará, bem como o processo político em Minas Gerais, São Paulo, Alagoas, entre outros. Trata do gabinete Sinimbu, da queda do ministério Cotegipe e do ministério João Alfredo. Aborda a reforma eleitoral (1881), a Revolta da Armada (1893), as crises políticas do Rio Grande do Sul e o governo provisório republicano.

  No campo econômico, contém documentos sobre o setor agrícola, o Banco Hipotecário, o meio circulante, problemas da administração pública, plano das loterias e saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

  Destaca-se, na coleção, a correspondência com D. Pedro II (1865-1885), Visconde de São Lourenço (1860-1865), Pedro Leão Veloso (1862-1889), Manoel Pinto de Sousa Dantas (1860-1885) e Visconde de Paranaguá (1852-1895)

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: José Honório Rodrigues em seu <u>A pesquisa histórica no Brasil</u> (2a. ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p. 196) informava que esta coleção era considerada o arquivo político do Conselheiro Saraiva e que esteve interditada até 1930. No Museu Paulista foram localizados dois ofícios (1881) e uma carta do titular, havendo um memorial seu (1865) no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

SILVA, Manuel do Nascimento Castro e
(Aracati, CE, 25.12.1788 - Rio de Janeiro, RJ, 23.10.1846)
Ministro da Fazenda 7.10.1834 a 16.5.1837

Filho de capitão-mor, foi nomeado solicitador dos feitos e execução da Fazenda em Aracati em 1807, exercendo a seguir os cargos de tabelião do público, judicial e notas; escrivão do crime e cível na vila do Crato (CE); escrivão da Câmara, órfãos e almotaçaria de Aracati; administrador dos direitos de exportação e inspetor do algodão em Fortaleza; oficial-maior e secretário interino do governador do Ceará. Foi um dos delegados cearenses junto às cortes de Lisboa e membro da Comissão de Ultramar, em 1821. Assumiu a presidência do Rio Grande do Norte em 1825 e, no ano seguinte, foi eleito deputado à Assembléia Geral pelo Ceará, exercendo o mandato até 1840, quando ingressou no Senado. Na Regência Trina ocupou a pasta da Fazenda de 7.10.1834 a 16.5.1837, acumulando no quarto e último gabinete da Regência a pasta do Império (1837). Na Fazenda, sua administração caracterizou-se por uma política de saneamento do meio circulante, substituindo os conhecimentos, vales e cédulas, emitidos para troco, e as notas do Banco do Brasil, então extinto, por notas do Tesouro; criou um fundo de resgate do papel-moeda; elevou a cotação dos títulos das dívidas interna e externa; consolidou o regulamento das alfândegas do Império. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Publicou: <u>Guia do novo manual dos coletores e dos coletados</u>.

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. No Museu Histórico Nacional existe um caderno de anotações do titular, contendo informações genealógicas , de família, memória de viagem a Coimbra, exposição de idéias políticas e filosóficas etc.

SILVEIRA Filho, Manuel Guilherme da
(Rio de Janeiro, RJ, 7.2.1882 - Rio de Janeiro, RJ, 4.11.1974)
Ministro da Fazenda 10.6.1949 a 31.1.1951

Filho de um empresário português, diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dedicando-se à pediatria e à clínica geral até ser nomeado diretor-médico do estabelecimento têxtil Companhia Progresso Industrial - Fábrica Bangu. Na década de 1910 tornou-se acionista majoritário da empresa e a partir de 1922, como seu presidente, imprimiu-lhe grande dinamismo. Em 1928 e 1929 ocupou a presidência do Banco Português e nesse último ano foi designado por Washington Luís presidente do Banco do Brasil. Manteve-se à frente do estabelecimento oficial de crédito até a Revolução de 1930, enfrentando a crise decorrente da depressão de 1929. Afastado da vida pública, ocupou-se da condução de seus negócios, participando desde 1935 das diretorias do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro. Durante a Segunda Guerra Mundial ampliou consideravelmente sua empresa, em torno da qual se estruturou o bairro carioca de Bangu. A partir de 1940 voltou a integrar colegiados oficiais, como o Conselho Técnico de Economia e Finanças e a Caixa de Mobilização Bancária. No governo José Linhares reassumiu em novembro de 1945 a presidência do Banco do Brasil, onde se manteve durante o período Dutra até 10.6.1949, quando foi nomeado ministro da Fazenda, substituindo Correia e Castro. Aplicou uma política de contenção de despesas públicas e reorganizou diversos serviços afetos à pasta, deixando o ministério ao final do governo, em 31.1.1951. Voltou então a dedicar-se à Fábrica Bangu, à frente da qual permaneceu até 1970.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. O Dr. Guilherme da Silveira (Av. Atlântica, 2492 - 12º - Rio de Janeiro - tel. (021) 237-4963 e 237-4263; Fábrica Bangu - tel. (021) 221-6762), filho do titular, declarou haver transferido a documentação do pai ao Museu da Fazenda Federal. Essa instituição, por sua vez, informa ter recebido, do ex-ministro, apenas os decretos de nomeação para o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda, além de alguns objetos.

SOUSA, Francisco Belisário Soares de
(Itaboraí, RJ, 9.11.1839 - Rio de Janeiro, RJ, 24.9.1889)
Ministro da Fazenda 20.8.1885 a 10.3.1888

Filho de desembargador, bacharelou-se em 1861 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Colaborou no Diário do Rio de Janeiro, onde moveu campanha pelas eleições diretas. Fundou em 1883 o jornal O Brasil. Foi deputado geral de 1869 a 1878 e de 1881 a 1887, quando ascendeu ao Senado. De 1873 a 1878 foi diretor do Banco do Brasil e de 20.8.1885 a 10.3.1888 ocupou a pasta da Fazenda. Nesse cargo manifestou-se contrário à multiplicação dos bancos de emissão, apoiando um único estabelecimento com lastro-ouro, que substituísse as notas do Tesouro pelas conversíveis em ouro. Na sua administração destacou-se a anexação das Caixas Econômicas às tesourarias da Fazenda; a regulamentação do executivo fiscal, a cargo dos Procuradores da Fazenda; a derrogação do dispositivo legal que mandava aplicar a renda do imposto do selo no melhoramento do meio circulante. Pertenceu ao Conselho do Imperador. Obras: O sistema eleitorl no Brasil (1872).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 14

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1860-1889

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, certidão, escritura

  impressos: recortes de jornais, folheto , revista

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação compõe-se de cartas do Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, a Francisco Belisário, carta circular do titular como candidato ao Senado (1886), recortes de artigos de jornais de sua autoria, habilitação para advogar, publicação do Senado sobre Comissões Permanentes de 1888 e exemplar da Semana Ilustrada.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: José Honório Rodrigues, em A pesquisa histórica no Brasil (2a. ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p. 196), menciona haver sido o arquivo de "Francisco Belisário de Sousa" oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme notificado na revista da entidade em 1918 (t.83, p.296). A coleção aqui descrita, contudo, só foi doada ao instituto em 1974 por Augusto da Silva Teles.

SOUSA e Melo, Francisco de Paula
(Itu, SP, 5.6.1791 - Rio de Janeiro, RJ, 16.8.1851)
Ministro da Fazenda 31.5.1848 a 18.8.1848

Iniciou em São Paulo o curso de Humanidades, que não concluiu. Autodidata, utilizou-se de sua própria biblioteca para estudar. Em 1821, eleito às cortes de Lisboa, não pôde assumir o cargo devido à oftalmia que sofreu por excesso de leitura. Um dos líderes do movimento pela independência, foi deputado à Constituinte do Império, voltando a Itu quando esta foi dissolvida. Representou São Paulo na Câmara dos Deputados a partir de 1826, ascendendo ao Senado em 1833. Partidário da maioridade de D. Pedro II, em 1845 passou a pertencer ao Conselho de Estado, em 1847 foi ministro do Império por um mês e, em 1848, assumiu a incumbência de organizar o gabinete, acumulando a presidência do Conselho com a pasta da Fazenda de 31.5.1848 a 18.8.1848, quando se demitiu para não se incompatibilizar com seus correligionários que lhe exigiam medidas partidárias das quais discordava.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado.

SOUSA, João Ribeiro de Oliveira e
(Entre Rios de Minas, MG, 9.7.1863 - Rio de Janeiro, RJ, 7.11.1933)
Ministro da Fazenda 17.1.1919 a 27.7.1919

Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886, durante o curso acadêmico fundou e dirigiu a Revista Republicana. Recém-formado, começou a advogar em São João Nepomuceno (MG) e logo passou à promotoria pública de Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete (MG). Transferiu-se para Juiz de Fora e trocou a magistratura pela advocacia e o jornalismo, criando o Diário de Minas, órgão de propaganda republicana. Em 1889 fundou o Banco de Crédito Real de Minas Gerais com mais dois sócios, exercendo a gerência do estabelecimento desde sua fundação até 1906. Foi o único banco mineiro dos doze existentes que sobreviveu à crise financeira do início do século XX. Em junho de 1906, enviado a Paris como representante do governo de Minas para assinar um contrato de empréstimo, recusou-se a fazê-lo ao verificar as condições desfavoráveis para seu estado. De volta ao país, assumiu a presidência do Banco do Brasil, que acumulou em 1908 com a direção da carteira de câmbio. Nessa função o mais importante foi ter liquidado com a especulação do câmbio, mantendo-o estável durante o período de sua administração de um ano e sete meses. Com a morte de Afonso Pena em 1909, demitiu-se do Banco e retirou-se para Juiz de Fora. Ao retornar à capital da República no ano seguinte, fundou o Banco Mercantil do Rio de Janeiro, do qual foi presidente até a morte. Afastou-se do banco por pouco tempo quando assumiu o ministério da Fazenda no governo Delfim Moreira, de 17.1.1919 a 27.7.1919. Em sua gestão emitiu bilhetes do Tesouro sem comissões nem corretagens e realizou a conversão de letras-papel em apólices da dívida pública. Foi também membro do conselho consultivo da Caixa de Amortização. Publicou: Bancos (1903); Banco de Crédito Real de Minas Gerais - gestão de 5 de setembro de 1889 a 30 de junho de 1906 (1925).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. O Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais afirma não possuir documentação do titular. Como o banco ainda não organizou integralmente seus papéis históricos, não é impossível que documentos de João Ribeiro se encontrem no chamado "arquivo morto".

SOUSA FRANCO, Visconde de (Bernardo de Sousa Franco)
(Belém, PA, 28.6.1805 - Rio de Janeiro, RJ, 8.5.1875)
Ministro da Fazenda 4.5.1857 a 12.12.1858

Envolvido na mocidade em motins políticos no Pará, foi preso e deportado para Lisboa em 1821. De volta ao Brasil, trabalhou como caixeiro em uma casa comercial em Belém de 1824 a 1831, quando foi para Pernambuco estudar na Faculdade de Direito de Olinda, obtendo o grau de bacharel em 1835. No ano seguinte ocupou o lugar de procurador fiscal da tesouraria de Pernambuco, até 1837, e depois de juiz cível da capital do Império. Sua carreira política iniciou-se com a presidência da província do Pará em 1839. Em 1844 foi presidente da província de Alagoas, elegendo-se deputado diversas vezes por sua província, e ascendendo em 1855 ao Senado do Império. Por um mês em 1848, assumiu interinamente o Ministério da Fazenda e nesse mesmo ano dirigiu a pasta dos Estrangeiros. Em 1857 foi conselheiro de estado e ministro da Fazenda, de 4.5.1857 a 12.12.1858. Durante sua administração executou a nova tarifa alfandegária e mandou que se recebesse as moedas inglesas nas repartições públicas. Sua gestão caracterizou-se como período de ensaio da chamada liberdade bancária, travando-se uma luta entre os partidários da pluralidade e os da unidade emissora. Em 1864 assumiu a presidência da província do Rio de Janeiro, tendo recebido por essa época o título de visconde. Sendo um liberal, apoiou o gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco na promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de outras associações literárias, publicou Os bancos do Brasil, sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário (1848), e A situação econômica e financeira do Brasil (1863).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. No Museu Paulista foi identificada uma carta de sua autoria de 1872.

URUGUAIANA, Barão de (Ângelo Muniz da Silva Ferraz)
(Valença, BA, 1812 - Petrópolis, RJ, 18.1.1867)
Ministro da Fazenda 10.8.1859 a 2.3.1867

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Olinda em 1834. No ano seguinte foi nomeado promotor público em Salvador e em 1837 juiz de direito em Jacobina (BA). Elegeu-se em 1838 deputado à Assembléia Provincial de Bahia e em 1842 deputado à Assembléia Geral, da qual foi membro até 1848 com um pequeno interregno. Nesse mesmo ano foi nomeado inspetor da alfândega do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até 1853, quando passou a procurador fiscal do Tesouro Nacional. Foi ainda conselheiro do Império em 1853, senador pela Bahia em 1856 e presidente do Rio Grande do Sul em 1857. Como conservador, foi convidado a presidir o Conselho de Ministros em 1859, acumulando essas funções com a pasta da Fazenda e, interinamente, com a do Império. Na Fazenda, de 10.8.1859 a 2.3.1861, sua administração caracterizou-se por uma política de economia, através do desenvolvimento das rendas interna e aduaneira. Das medidas adotadas destacam-se a criação da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas; a organização das caixas econômicas; a regulamentação dos bancos de emissão e do meio circulante; a introdução da tomada de contas dos responsáveis perante a Fazenda Nacional. Em 1865 assumiu a pasta da Guerra, exercendo o cargo durante momentos críticos da Guerra do Paraguai. Acompanhou o Imperador a Uruguaiana (RS) onde assistiu a rendição da coluna paraguaia chefiada por Estigarribia.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox, microfilme e reprodução iconográfica.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: alguns documentos em bom estado, outros deteriorados, outros restaurados; muitos de difícil leitura.

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 550

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1829-1881

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: -

- TIPOS DE DOCUMENTOS: <u>textuais</u>: cartas, certidões, memorandos, ofícios.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Grande parte da coleção é constituída de correspondência referente à Guerra do Paraguai nos anos de 1865 e 1866, quando o titular exercia o Ministério da Guerra. São abordados problemas relativos a empréstimos estrangeiros, armamento, víveres, fardamentos, transporte ferroviário, promoções e assuntos militares em geral. A destacar a rica troca de cartas com Francisco Otaviano e um comunicado ao general Osório acentuando a necessidade do Ministério da Guerra ser informado dos assuntos do Exército. Merecem tratamento também a política baiana, eleições, a imprensa e questões particulares. Alguns documentos possuem transcrição datilográfica.

VARGAS, Getúlio Dornelles
(São Borja, RS, 19.4.1882 - Rio de Janeiro, RJ, 24.8.1954)
Presidente da República 3.11.1930 a 29.10.1945; 31.1.1951 a 24.8.1954
Ministro da Fazenda 15.11.1926 a 17.12.1927

Filho de um estancieiro e político, assentou praça como soldado raso em 1898 em São Borja com o objetivo de ingressar na Escola Militar. Abandonou a carreira das armas em 1904 e matriculou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre, dipomando-se em 1907. Foi em seguida nomeado para o cargo de 2º promotor público no Tribunal de Porto Alegre, mas logo retornou a São Borja para advogar. Elegeu-se deputado à Assembléia estadual do Rio Grande do Sul em 1909 sendo reconduzido em 1913, mas renunciou em seguida por divergências com Borges de Medeiros, chefe da política gaúcha. Em 1917 aceitou nova eleição para a Assembléia e foi designado líder da maioria, sendo reeleito em 1921. Com o início de uma nova guerra civil em 1923, foi nomeado tenente-coronel e encarregado de organizar o corpo provisório de São Borja, mas não chegou a tomar parte nos combates por ter assumido uma cadeira de deputado federal, para a qual fora eleito em 1922. Reeleito em 1924, passou a exercer a liderança da bancada gaúcha na Câmara, e em 1926 tornou-se membro da comissão de finança, o que lhe valeu ser convidado para o Ministério da Fazenda no governo Washington Luís. Em sua administração, que iniciou em 15.11.1926, procurou implementar uma política de saneamento da moeda. Ficou pouco tempo no cargo, pois em 17.12.1927 deixou-o para assumir o governo do Rio Grande do Sul. Tomou posse em janeiro de 1928 e procurou unificar todas as forças políticas de seu estado na Frente Única Gaúcha. Em 1929, com as articulações para a eleição presidencial, organizou-se a Aliança Liberal com a participação de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e as oposições dos demais estados da federação, lançando os nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa para presidente e vice-presidente da República. A derrota, atribuída à fraude, e o assassinato de João Pessoa criaram o clima propício para um movimento revolucionário que levou à deposição de Washington Luís e à constituição de uma junta governativa que passou o poder a Vargas em 3.11.1930. Instituído o Governo Provisório sob sua chefia, o poder começou a ser exercido discricionariamente. Em 1932 derrotou a Revolução constitucionalista de São Paulo e no ano seguinte instalou a Assembléia Constituinte, que votou a carta de 1934. Eleito presidente pelo Congresso em 17.7.1934, enfrentou dois movimentos de caráter ideológico - o da Aliança Nacional Libertadora, de esquerda, e o da Ação Integralista Brasileira, de direita. Em novembro de 1935, o governo debelou um levante dirigido por Luís Carlos Prestes,

e em 10 de novembro de 1937 Vargas deu um golpe instituindo o Estado Novo: fechou o Congresso, revogou a Constituição de 1934 e colocou os partidos fora da lei. Durante o Estado Novo foram tomadas medidas econômicas de tendência nacionalista, foi construída a Companhia Siderúrgica Nacional, criada a Justiça do Trabalho e aprovada a Consolidação das Leis Trabalhistas. Durante a Segunda Guerra Mundial apoiou os aliados, enviando tropoas para combater na Europa, o que acelerou o processo de redemocratização interna do país. Marcadas as eleições diretas para 2 de dezembro de 1945, desencadeou-se o movimento "queremista" apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em favor da permanência de Vargas. A reação se fez através do general Góis Monteiro, líder de um movimento que provocou a deposição do presidente em 29.10.1945. Vargas retornou a São Borja elegendo-se senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo e deputado federal pelo Distrito Federal e mais seis Estados. Ocupou a cadeira de senador e se declarou em oposição ao governo Dutra. Em 1950 elegeu-se presidente pelo PTB e PSP (Partido Social Progressista). Procurou desenvolver uma política econômica nacionalista e estreitar os vínculos com os trabalhadores, o que gerou forte oposição ao seu governo. Sancionou a instituição do monopólio estatal do petróleo, com a criação da Petrobrás, e fundou o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste. A nomeação de João Goulart para o ministério do Trabalho em 1953 aumentou o clima de desconfiança nos meios políticos, militares e empresariais. A situação levou à demissão de Goulart e o próprio Vargas anunciou o aumento de 100% do salário-mínimo em 1954. Um atentado na madrugada de 5.8.1954 contra o jornalista Carlos Lacerda, resultou na morte do major Rubens Vaz e deu início a uma crise interna sem precedente. O Congresso, as Forças Armadas e outras instituições aderiram à tese da renúncia do presidente. Diante dessa situação Vargas optou pelo suicídio, deixando uma carta-testamento de conteúdo eminentemente político. Seus discursos e mensagem foram publicados em <u>A nova política do Brasil</u> (1938-1947), <u>A política trabalhista do Brasil</u> (1950) <u>A campanha presidencial</u> (1951), <u>O governo trabalhista do Brasil</u> (1952-1969), <u>A política nacionalista do petróleo no Brasil</u> (1964).

<u>ARQUIVO</u> I

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução iconográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 35.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1896-1954

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência, Campanha de 1950, Correspondência Diversa, Recortes de Jornais, Documentos Visuais, Documentos Impressos.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: guia: CPDOC. Guia dos arquivos CPDOC 1985. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1985, p.41.
  inventário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, relatórios, ofícios, memorandos, bilhetes

  sonoros e visuais: fotografias, cartões postais, filmes, discos

  impressos: recortes de jornais, livros, folhetos, títulos de jornais e de revistas.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: No dizer do Guia dos arquivos CPDOC 1985,"os documentos possibilitam a recuperação da trajetória pública do titular, focalizando com maior ou menor intensidade todos os eventos políticos ocorridos entre as décadas de 1930 e 1950.

  O material anterior a 1930 trata basicamente de questões familiares e da política municipal e estadual sul-rio-grandense. São poucos os registros relativos à atuação de Getúlio Vargas como deputado estadual, federal, ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande do Sul. Os documentos dos anos 1929-1930 cobrem satisfatoriamente a unificação da política gaúcha, a formação da Aliança Liberal e as articulações político-militares que culminaram com a Revolução de 1930, embora apresentem informações descontínuas sobre a eclosão do movimento.

  Existem ainda registros significativos sobre o período de 1930 a 1937. A formação do Governo Provisório, as crises políticas nas interventorias paulista e gaúcha e a Revolução Constitucionalista de 1932 estão bem documentadas, constituindo a tônica do arquivo nos anos 1931 e 1932. Da mesma forma, as crises políticas das interventorias do Norte, a crise militar vinculada à questão dos exilados de 1932, os trabalhos de preparação da Constituinte e as eleições estaduais abrangem quase toda a correspondência de 1933 a 1935 .

Encontram-se também muitos dados sobre o papel do Brasil no caso da pacificação da região do Chaco, a Missão Sousa Costa e o tratado comercial Brasil-Estados Unidos. Estão igualmente bem retratados a repressão ao levante comunista de 1935, as articulações para a sucessão presidencial de 1937, as negociações e tentativas de acordo entre o governo federal e as forças gaúchas, o rompimento entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas e a conjuntura político-militar que culminou com o golpe do Estado Novo.

O material que abrange o período de 1937 a 1945 focaliza basicamente as relações internacionais. Destacam-se as informações sobre o estreitamento de relações entre o Brasil e os Estados Unidos, os acordos e ajudas técnico-militares, o rompimento com os países do Eixo e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O arquivo fornece ainda subsídios sobre as relações do Brasil com os países da América do Sul e o posicionamento desses países diante do conflito internacional, as questões políticas internas e externas do Uruguai e da Argentina, particularmente no que diz respeito ao advento da liderança de Juan Perón e ao impasse gerado no continente pela demora da Argentina em romper com as potências nazi-fascistas. Ainda em relação a esse período, o arquivo reúne registros significativos sobre a implantação da siderurgia no Brasil, a reunião de Bretton Woods, a Missão Sousa Costa e a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos. No que se refere à política interna brasileira, encontram-se elementos sobre atividades policiais e algumas crises em interventorias e ministérios, bem como a respeito das reformas constitucionais, as articulações oposicionistas e a formação dos partidos nacionais.

As informações do período que se estende de 1945 a 1950 concentram-se na correspondência de Getúlio Vargas - que se encontrava em São Borja - com diversos líderes políticos nacionais em torno de questões vinculadas fundamentalmente ao PTB. Existem também documentos relativos ao <u>impeachment</u> de Ademar de Barros, ao cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB) e à cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos por essa legenda.

A sucessão presidencial de 1950 constitui um dos registros mais importantes do arquivo. As articulações em torno de uma candidatura pessedista, a Fórmula Mineira, a Fórmula Jobim, as diferentes tentativas de lançamento de um candidato de "união nacional", o surgimento da candidatura Cristiano Machado e o apoio de Ademar de Barros a Getúlio Vargas são temas que ocupam grande parte da correspondência da época. Há, contudo, pouco material sobre as tentativas para impedir a posse de Vargas e sobre a política partidária em geral.

Com relação ao segundo período presidencial, os documentos veiculam temas basicamente administrativos de autarquias, empresas, superintendências e ministérios. As informações sobre as questões políticas nacionais são escassas e descontínuas, existindo algum material a respeito das eleições de 1950 a 1952 no Clube Militar, das críticas dos setores militares e oposicionistas ao governo e do acordo militar entre Brasil e os Estados Unidos. O Manifesto dos coronéis, a demissão de João Goulart, o aumento do salário-mínimo e a crise de agosto, que resultou no suicídio do presidente Vargas, encontram-se igualmente retratados de maneira sumária, o mesmo ocorrendo com a criação da Petrobrás, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE), da Eletrobrás e a elaboração da Lei de Remessa de Lucros. Há, contudo, registros significativos sobre a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, inclusive seu relatório final.

Constam ainda alguns documentos posteriores à morte do titular acumulados por familiares e que se encontravam incorporados ao arquivo quando da doação ao CPDOC."

A documentação sonora e visual permite "acompanhar a trajetória pública e privada de Getúlio Vargas e os principais aspectos da vida política nacional durante os dois períodos de seu governo. Constam também do arquivo cartões postais editados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Os filmes apresentam os eventos e realizações mais importantes do primeiro período do Governo Vargas e focalizam o titular em vários momentos de sua vida pública, destacando-se duas produções a cores realizadas durante o Estado Novo e a campanha presidencial de 1950. Existe ainda um filme de Getúlio Vargas em companhia de seus pais. Encontram-se no arquivo discos com músicas alusivas a Vargas, à Segunda Guerra Mundial, às legionárias e ao PTB, além de pronunciamentos políticos, ressaltando-se os proferidos pelo titular durante o Estado Novo e a campanha presidencial de 1950."

O material impresso compõe-se de 6.500 recortes de jornais sobre a política da época, além de "entrevistas e discursos de Getúlio Vargas pronunciados durante os dois períodos em que ocupou a presidência da República, destacando-se A nova política do Brasil e O governo trabalhista do Brasil. O arquivo possui também grande número de biografias sobre o titular, analisando diversos ângulos de sua personalidade e de sua atuação política, além de farto material sobre economia, finanças e história do Brasil.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Esse arquivo vem sendo utilizado como fonte em grande número de trabalhos publicados desde a década de 1960.

ARQUIVO II

- LOCALIZAÇÃO: Museu da República

- CONDIÇÕES DE ACESSO: permite xerox e reprodução fotográfica

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 1.650

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1908-1954

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: séries Correspondência; Documentos Pessoais (sub-séries Diplomas, Títulos e Nomeações; Mensagens; Homenagens; Bençãos, Álbuns de Homenagens, Agendas); Produção Intelectual; Fotografias; Documentos Diversos.

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, títulos, bilhetes, diplomas, mensagens, laudos, discursos.

  sonoros e visuais: fotografias

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação compõe-se de material referente à Revolução de 1930, de álbuns alusivos a viagem de Vargas ao Uruguai em 1935 e a diversos estados brasileiros, além de homenagens prestadas por inúmeras entidades ao presidente da República. Contém discurso de instalação do Estado Novo (1937) e manifestos de oposição a Vargas (1943-1945). Constam blocos de anotações oferecidos a Vargas, além de um conjunto de notas, do titular sobre ministérios e órgãos públicos.

  Encontra-se registros das comemorações do Estado Novo em 1941, da participação do país na Segunda Guerra Mundial, bem como homenagens a vultos da História do Brasil.

  Com relação ao segundo governo, aborda as eleições de 1950 e compreende considerações políticas sobre o desempenho da administração. Merece nota a grande quantidade de diplomas, títulos e medalhas conferidos a Vargas por entidades nacionais e internacionais.

  Quanto à iconografia, constam registros de solenidades e eventos diversos, como assinatura de decretos, atos públicos, recepções, visitas e inaugurações; fotos de Vargas com familiares e políticos, do velório do presidente no Catete e do cortejo fúnebre,

além de álbum de fotografias de cidades uruguaias (1935)[redacted]

Constam laudos de exames periciais, mate[redacted] e dados técnicos relativos ao suicídio de Vargas.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de
(Ouro Preto, MG, 27.8.1795 - Rio de Janeiro, RJ, 1.5.1850)
Ministro da Fazenda 16.7.1831 a 10.5.1832

Em 1813 seguiu para Portugal, bacharelando-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1818. Voltou ao Brasil em 1820 e dedicou-se à advocacia até ser nomeado juiz de fora de Guaratinguetá, na província de São Paulo. Transferiu-se para Ouro Preto e obteve a nomeação de desembargador da relação do Maranhão. Foi eleito deputado geral por Minas em 1826, sendo reeleito para todas as legislaturas até 1838, quando passou a ocupar uma cadeira vitalícia no Senado. Em 1828 foi chamado para o Ministério, mas como deputado liberal de oposição ao governo, rejeitou o convite. Em 1831, com a formação do primeiro Ministério liberal, ocupou a pasta da Fazenda de 16.7.1831 a 10.5.1832. Para controlar as finanças criou o Tribunal do Tesouro Público Nacional e as tesourarias nas províncias e reorganizou o serviço de tomada de contas, incluindo a discriminação da receita e da despesa das províncias. Em 1833, na qualidade de vice-presidente da província de Minas Gerais, assumiu a presidência e debelou uma revolta restauradora que provocara a prisão do presidente Manuel Inácio de Melo e Souza. No ano seguinte, a Câmara se reuniu para reformar a Constituição e Vasconcelos foi encarregado de apresentar um texto, que depois de sofrer algumas alterações resultou no ato adicional. Em 1835, como membro da Assembléia Provincial Mineira, apresentou projetos de melhoramentos das estradas e do ensino público, marcando uma época de progresso em sua província. Em 1836 e 1837 fêz oposição ao governo do Regente Feijó e no novo ministério, de 19 de setembro de 1837, já sob a regência Araújo Lima, ocupou a pasta da Justiça e, interinamente, a do Império. Nessa época fundou a instituição que viria a se tornar o Colégio Pedro II. No ano de 1840, quando da campanha pela maioridade, Vasconcelos foi chamado para junto do regente, mas não conteve o movimento, sendo ministro do Império por apenas nove horas. Em 1841 foi aprovada a lei sobre o código de processo, baseada em projeto de sua autoria. Também foi aprovado seu projeto de criação do Conselho de Estado, sendo ele próprio nomeado conselheiro ordinário. Obras: <u>Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais</u> (1828); <u>Comentário à lei dos juízes de paz</u> (1829).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Arquivo Nacional

- CONDIÇÕES DE ACESSO: documentação reservada para restauração e interditada à consulta devido ao estado de deterioração.

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: precário

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 68

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1819-1849

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: -

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: inventário sumário

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: petições, relatórios, pareceres, projetos, ofícios, decretos, cartas.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: Os documentos relacionam-se ao Código de Processo Criminal (1831), à proposta de criação da Casa de Selos (1837), ao processo político no Ceará (1841), incluindo também pareceres da seção do Conselho de Estado dos Negócios da Justiça (1843-1844) e do Conselho de Estado dos Negócios Estrangeiros e ofício da Legação Imperial do Brasil na Rússia sobre vendas de café e açúcar (1844). Além de abordar as relações diplomáticas Brasil-Argentina-Uruguai (1846), constam ofício do ministro do Brasil em Paris sobre as alfândegas francesas e o comércio de madeira, petição da Companhia de Colonização solicitando favores (1849) e documento referente ao pagamento do governo imperial a fornecedores belgas.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: No Museu Paulista encontra-se de Bernardo Pereira de Vasconcelos uma exposição de 1840. Otávio Tarquínio de Sousa, na introdução ao seu Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo (Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1937), lamenta não haver disposto de "arquivos de família" para escrever o trabalho e acentua, ter-se louvado, por isso, na documentação colhida por Afonso de Taunay no Arquivo do Estado de São Paulo, em notas e papéis fornecidos por Américo Jacobina Lacombe e em cartas de Bernardo Vasconcelos que lhe foram confiadas por José Bonifácio de Almeida Ma-

galhães. No final (p.261-89) reproduz documentos do biografado do período 1820-1847, entre solicitações, leitura do Desembargo do Paço, termo de posse como juiz de fora, justificação, sentença, exposição do Ministério da Regência, discurso no Colégio Pedro II, manifesto sobre a Maioridade, parecer do Conselho de Estado, alvará de nomeação e testamento.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e
(Valença, BA, 5.11.1815 - Rio de Janeiro, RJ, 28.12.1877)
Ministro da Fazenda 3.8.1866 a 16.7.1868

Bacharel em direito pela Faculdade de Recife em 1837, começou a lecionar nessa instituição em 1840, mas logo se afastou para se dedicar à política. Foi presidente das Províncias do Piauí, em 1845, de Sergipe, em 1848, tendo sido o primeiro presidente do Paraná (1853-1856). Elegeu-se à Assembléia Geral na 8a. legislatura por Sergipe, nas 9a. e 12a. pela Bahia e na 11a. pelo Paraná, exercendo mandatos de 1850 a 1856 e de 1861 a 1864 e alcançando a presidência da casa. Ascendeu nesse último ano ao Senado representando a Bahia e ocupou as pastas da Marinha (1852), do Império (1862) e da Justiça (1864). Conservador até 1861, formou nesse ano uma "liga constitucional", incluindo os liberais, aos quais aderiu no ano seguinte. Organizou os gabinetes de 24 de maio de 1863 (o ministério dos três dias, tempo que durou), de 15 de janeiro de 1864 e de 3 de agosto de 1866. No último gabinete acumulou a chefia com a pasta da Fazenda. Em sua administração, de 3.8.1866 a 16.7.1868, que transcorreu durante a guerra do Paraguai, criou novos impostos e agravou os já existentes; autorizou a elevação das tarifas das alfândegas, inclusive a cobrança em moeda-ouro; instituiu um imposto de 3% sobre o rendimento locativo das casas de habitação e o imposto de indústrias e profissões passou a ser devido por toda pessoa, nacional ou estrangeira, que exercesse qualquer indústria, profissão, arte ou ofício, cobrado mediante taxas fixas e cotas proporcionais; ampliou o imposto sobre vencimentos pagos pelos cofres públicos. Criou a Delegacia do Tesouro Nacional em Londres e reorganizou o Tesouro Nacional e as tesourarias das províncias. Publicou: <u>Da natureza e limites do Poder Moderador</u> (1860), além de discursos e relatórios.

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Museu Imperial

- CONDIÇÕES DE ACESSO: mediante autorização do diretor

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 1.050

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1839-1877

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: cronológica

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: índice onomástico e inventário analítico

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: decretos, alvarás, diplomas, pareceres, cadernos de notas, cartas

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: A documentação retrata a vida pública do titular, contendo importantes subsídios para a história do período, sobretudo em relação à Guerra do Paraguai. Inclui decretos imperiais de nomeação de Zacarias para os diversos cargos que exerceu, cadernos de anotações e recordações, diplomas e pareceres. A correspondência aborda a política interna (eleições, nomeações, conflitos etc), a política externa, a administração e a economia. Nesse último campo sobresai o material relativo ao Ministério da Fazenda e temas como os empréstimos externos e a política fiscal.

- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: No Arquivo Nacional existem do titular seis documentos do período 1853-1868: uma biografia, certidões de nascimento e casamento, textos produzidos como senador e uma publicação de sua autoria. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foi localizado um parecer de Zacarias de Góis e Vasconcelos.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos
(Bragança, Portugal, 20.12.1778 - Rio de Janeiro, RJ, 18.9.1859)
Ministro da Fazenda 13.9.1832 a 14.12.1832

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em 1804, veio para o Brasil no ano seguinte e se estabeleceu em São Paulo onde exerceu a advocacia. Mais tarde retirou-se para sua fazenda onde introduziu o trabalho livre para o colono europeu. Fez parte da junta governativa aclamada em São Paulo em 1821 e foi eleito deputado às Cortes de Lisboa. Um dos mais combativos partidários da independência do Brasil, foi presidente da província de São Paulo em 1822, deputado à Constituinte de 1823, deputado na 1a. legislatura por São Paulo e senador por Minas Gerais em 1828. Um dos componentes da Regência Trina Provisória em 1831, organizou o gabinete ministerial de 1832 acumulando as pastas do Império e a da Fazenda de 13.9.1832 a 14.12.1832. Na sua administração separou a receita e a despesa públicas nas categorias geral e provincial. De volta a São Paulo dirigiu a Faculdade de Direito de 1837 a 1842. Em 1847 ocupou o ministério da Justiça. Foi do conselho do Imperador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou Memória histórica sobre a fundação da fábrica de ferro de São João de Ipanema (1822).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado. Do Senador Vergueiro foram encontrados no Museu Paulista duas cartas e uma representação de 1842 e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo um contrato de parceria entre o titular e colonos suíços (1854). Djalma Forjaz, em seu trabalho O Senador Vergueiro, sua vida, sua época. I - O homem social e o colonizador (São Paulo, Melhoramentos, 1922), transcreve (p. 45-80) documentos pertencentes à Universidade de Coimbra, ao Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, ao Registro da Câmara, ao Arquivo do Estado de São Paulo, à Biblioteca Nacional etc, relativos aos estudos e casamento do titular, pedidos de nomeação e questões de colonização e exploração agrícola (cartas de sesmarias, escrituras, contratos com colonos, correspondência etc).

VIANA, Joaquim Francisco
(Campos, RJ, 15.1.1803 - Rio de Janeiro, RJ, 11.4.1864)
Ministro da Fazenda 20.1.1843 a 2.2.1844

Filho de abastados fazendeiros, graduou-se em matemática pela Universidade de Coimbra. De volta ao Brasil passou a administrar os bens da família e ingressou na vida política, exercendo mandato de deputado à Assembléia Provincial de 1833 a 1834. Foi eleito para a Assembléia Geral em 1834, ocupando a cadeira até 1843. Durante esse período foi sempre indicado para as comissões de orçamento em função dos seus conhecimentos de matemática, estatística e finanças. Exerceu a pasta da Fazenda de 20.1.1843 a 2.2.1844, período em que as lutas políticas dificultavam a estabilidade econômica. Durante sua gestão introduziu a cobrança do imposto do selo em duas modalidades, proporcional e fixa; estabeleceu um imposto progressivo sobre os vencimentos percebidos dos cofres públicos, a título de contribuição extraordinária, que só vigorou nos exercícios de 1843 e 1844. Ficou sem mandato até 1850, quando ocupou o cargo de diretor geral da Contabilidade, foi eleito vice-presidente do Tribunal do Tesouro Público e voltou à Câmara dos Deputados até 1853, ano em que ascendeu ao Senado pela província do Piauí. Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado.

VIDAL, Rafael de Abreu Sampaio
(Campinas, SP, 14.7.1870 - São Paulo, SP, 13.7.1941)
Ministro da Fazenda 15.11.1922 a 2.1.1925

Filho de um político paulista, graduou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Depois de formado mudou-se para São Carlos (SP) e elegeu-se vereador. Em 1903 transferiu-se para a capital paulista a fim de exercer a advocacia. Eleito para a Câmara Estadual em 1910, fundou a Companhia Central dos Armazéns em Santos e a Sociedade Rural Brasileira. Em 1912 renunciou ao mandato de deputado para assumir a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, onde permaneceu até 1916. Durante parte desse período foi também secretário da Fazenda, quando organizou a Bolsa Oficial de Café, a Caixa de Liquidação e a Câmara Sindical dos Corretores; adquiriu, pelo estado, as ações do Banco Hipotecário e reorganizou a instituição com o nome de Banco do Estado de São Paulo. Em 1918 foi eleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Republicano Paulista. Defensor dos interesses dos cafeicultores, apresentou projeto de criação do Departamento Nacional do Café que resultou na implantação pelo governo paulista do Instituto do Café de São Paulo. Reelegeu-se deputado federal em 1920, renunciando para assumir o Ministério da Fazenda em 15.11.1922, no início do governo Artur Bernades. Na sua gestão instituiu o imposto geral sobre a renda, direto e pessoal; executou a reforma do Banco do Brasil, transformando-o em banco emissor; reorganizou a contabilidade do Tesouro Nacional e continuou a defender os interesses do café. Demitiu-se em 2.1.1925 em virtude de divergência sobre o auxílio ao empresariado paulista, abalado pela revolta de 1924. Nesse mesmo ano elegeu-se senador estadual. Em 1932 assinou manifesto de relançamento do PRP, desestruturado desde a Revolução de 1930. Apoiou a revolução de 1932, e, em 1933, foi eleito suplente de deputado à Assembléia Nacional Constituinte. Assumiu a cadeira em 1934, depois de promulgada a Constituição e aí permaneceu até 1935. A partir de então, dedicou-se a atividades privadas, participando na vida pública apenas como membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, criado em 1937. Obras: <u>Contabilidade agrícola de fazenda de café</u> (1905), <u>Defesa permanente do café</u> (1921) e <u>Organização comercial da defesa do café</u>.

<u>ARQUIVO</u>

- LOCALIZAÇÃO: Não localizado.

VIDIGAL, Gastão da Costa Carvalho
(São Paulo, SP, 15.3.1889 - São Paulo, SP, 14.11.1950)
Ministro da Fazenda 1.2.1946 a 15.10.1946

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo aos 15 anos, diplomando-se em 1908 e indo trabalhar como auxiliar no escritório de advocacia do pai, ao mesmo tempo que se especializava em direito comercial e financeiro. A partir daí dedicou-se a atividades empresariais. Foi presidente da Associação Comercial de 1928 a 1929 e, depois da revolução de 1930, diretor do Banco do Estado e da Caixa Reguladora de Emissões. Com o fim da Revolução Constitucionalista de 1932 o governo federal o incumbiu de regularizar a situação monetária de São Paulo. Em 1934 foi eleito deputado federal classista, representando os empregadores do comércio e ocupando uma cadeira de 1935 a 1937. Com o Estado Novo, perdeu seu mandato e passou a ocupar o cargo de secretário da Fazenda de São Paulo, onde permaneceu por poucos meses. Em 1938 fundou e tornou-se superintendente do Banco Mercantil de São Paulo, ocupando novamente a presidência da Associação Comercial do estado de 1942 a 1943. De 1942 a 1945 dirigiu a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil e foi membro do Conselho Federal do Comércio Exterior. Filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) em 1945 e três anos depois integrava o diretório paulista dessa agremiação. Elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte em dezembro de 1945, mas não assumiu o mandato por ter sido convidado para o Ministério da Fazenda no governo Dutra, que ocupou de 1.2.1946 a 15.10.1946. Na pasta, defendeu a liberdade cambial, a entrada e saída livre de capital estrangeiro no país, o revigoramento do setor agroexportador e a supressão gradual da intervenção do Estado na economia para incentivar a iniciativa privada. Adotou medidas para controlar o déficit orçamentário que implicavam em redução dos gastos públicos; para fortalecer o Tesouro Nacional, instituiu o imposto sobre lucros de pessoas físicas na venda de imóveis; para controlar a inflação, congelou o salário-mínimo nos níveis de 1943. Demitiu-se do Ministério para se candidatar ao governo de São Paulo na convenção do PSD, mas foi derrotado e não ocupou nenhum outro cargo público até seu falecimento. Foi fundador da Companhia Brasileira de Material Ferroviário, membro do conselho consultivo da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, diretor da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, da Kosmos Capitalização, da Companhia Paulista de Seguros e da Companhia Santa Cruz de Armazéns, diretor-presidente da

Construtora de Imóveis e Financiamento São Paulo. Foi presidente do Sindicato e diretor da Associação de Bancos de São Paulo e presidente da Comissão de Controle dos Acordos de Washington (1946)

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: Segundo informação do Dr. Casemiro Ribeiro (tel (021) 296-4147), o arquivo de Gastão Vidigal, que se achava reunido e organizado na sede do Banco Mercantil de São Paulo, na capital paulista, foi destruído em incêndio que atingiu as instalações da empresa há alguns anos atrás. Maiores informações talvez possam ser obtidas com o Prof. Luís Eulálio Vidigal e o Dr. Gastão Vidigal Filho, filhos do titular.

WHITAKER, José Maria
(São Paulo, SP, 20.5.1878 - São Paulo, SP, 19.11.1970)
Ministro da Fazenda 4.11.1930 a 16.11.1931; 13.4.1955 a 10.10.1955)

Filho de pequeno comerciante, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1896. Em seguida, abriu um escritório de advocacia na cidade de Espírito Santo do Pinhal, hoje Pinhal (SP). Em 1903 fundou com dois sócios a firma Whitaker Bonfim e Cia., dedicada à comercialização do café. Em 1910 foi eleito diretor da Associação Comercial de Santos, assumindo a presidência depois da primeira reunião da nova diretoria. Fundou o Banco Comercial do Estado de São Paulo, em 1912. Em 1918 participou da formação da Companhia Americana de Seguros, mais tarde transferida para um grupo inglês. Convidado para secretário da Fazenda do governo paulista de Washington Luís em 1920, não aceitou. No final desse ano ocupou a presidência do Banco do Brasil, criando a Carteira de Redescontos, a Câmara de Compensação de Cheques e a Carteira de Crédito Agrícola. Exonerou-se em 1922, depois do Congresso aprovar um projeto de reforma do banco elaborado sem sua participação. Retornou a São Paulo e em 1926, recusou o convite de Washington Luís para voltar à direção do Banco do Brasil. Com a vitória da Revolução de 1930 Whitaker tornou-se chefe civil do novo governo de São Paulo, cargo que ocupou por poucos dias. Exerceu o Ministério da Fazenda do Governo Provisório de Getúlio Vargas de 4.11.1930 a 16.11.1931. Encontrou a economia do país em situação precária devido à crise de 1929. Para combater as dificuldades econômicas foi obrigado a ampliar a intervenção do Estado na economia. Apoiou o setor cafeeiro comprando estoques do produto e acelerou o controle do déficit público através de cortes no orçamento e redução dos vencimentos do funcionalismo. Para controlar o desequilíbrio do balanço de pagamentos e a excassez de reservas cambiais, criou a Comissão Central de Compras. Reformulou o sistema de contabilidade fazendária, adotou medidas protecionistas e concentrou o mercado de câmbio nas mãos do Banco do Brasil. Em 1931 iniciou as negociações para o terceiro <u>funding-loan</u>, concretizado no ano seguinte. Exonerou-se da pasta em virtude do agravamento da crise entre o governo federal e os cafeicultores paulistas. Substituído por Osvaldo Aranha, retornou a São Paulo e participou da Companhia do Ouro cujo objetivo era financiar a Revolução Constitucionalista. Em 1933 integrou o Conselho Consultivo do Estado de São Paulo. Afastou-se da vida pública com o Estado Novo retornando apenas em 13.4.1955 para assumir a pasta da Fazenda no governo Café Filho, em substituição a Eugênio Gudin. Nessa gestão aliviou a política monetária revogando a portaria que obrigava os bancos a deixar metade de seus depósitos sob controle da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), suspendeu o programa de compra de estoques

de café e levou adiante o projeto de reforma que pretendia acabar com o confisco cambial, considerado uma tributação pesada. A controvérsia acerca do projeto dentro do governo provocou a demissão de Whitaker em 10.10.1955. Substituído na pasta por Mário Câmara, continuou à frente do Banco Comercial do Estado de São Paulo e a partir de 1964 procurou ampliar seus negócios através da fusão com outras instituições financeiras, que se concretizou em 1972, depois de sua morte. Obras: Letra de câmbio (1932), A administração financeira do Governo Provisório de 4.11.1930 a 16.11.1931 (1933), O milagre de minha vida (1978).

ARQUIVO

- LOCALIZAÇÃO: CPDOC/FGV

- CONDIÇÕES DE ACESSO: até o momento, fechado à consulta

- ESTADO DE CONSERVAÇÃO: bom

- VOLUME ESTIMADO DE DOCUMENTOS: 30.000

- PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: 1896-1970

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO: aguardando organização

- INSTRUMENTOS DE PESQUISA: descrição de conjuntos de documentos contidos em pastas.

- TIPOS DE DOCUMENTOS: textuais: cartas, telegramas, relatórios, diplomas, notas, estatutos

  impressos: recortes de jornais, folhetos, textos.

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CONTEÚDO: O arquivo registra a atuação de Whitaker à frente do Banco do Brasil durante os anos de 1921 e 1922, acompanha a Revolução de 1924 e os pronunciamentos do titular sobre a situação

econômico-financeira do país entre 1926 e 1930.

Quanto ao período da Revolução de 30, a documentação aponta para a gestão na pasta da Fazenda, envolvendo a condução da política econômico-financeira, o orçamento da União, a ação do Banco do Brasil, a Missão Otto Niemeyer, o terceiro funding-loan, a política cafeeira, estudos e medidas atinentes à administração, expediente de rotina do ministério, documentos sobre repartições, serviços e sindicâncias em órgãos oficiais. Consta ainda o relatório sobre a administração Whitaker no Ministério da Fazenda.

A documentação situa os acontecimentos da revolução paulista de 1932 e a participação de Whitaker no Conselho Consultivo do Estado de São Paulo, no Conselho Técnico de Economia e Finança e no Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo.

A segunda gestão do titular no Ministério da Fazenda (1955) expressa-se no arquivo através de documentos sobre as diretrizes econômico-financeiras, a política do café, a questão do "plano de emergência", a reforma cambial, a missão Bernstein e, por fim, considerações em torno da demissão de Whitaker e avaliações sobre sua gestão.

Contém ainda o arquivo escritos de autoria do titular sobre economia e finanças do país, a ordem jurídica, ensaios de caráter espiritual e uma autobiografia. Guarda a documentação informações sobre a Comissão Executiva das Obras da Nova Catedral de São Paulo e sobre o Banco Comercial do Estado de São Paulo (relatórios anuais de 1912 a 1971, ocorrências e expediente de 1912 a 1969). Registra as atividades do Banco Comercial - Brasul, de A São Paulo - Companhia Nacional de Seguros, da Companhia Santista de Papel, da Associação Comercial de Santos e da Mesbla S.A.

Integra a documentação correspondência familiar e pessoal, bem como diversas homenagens prestadas a Whitaker.

BIBLIOGRAFIA

Arquivo do Marquês de Paranaguá. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo especial, parte I, 374-403, 1925.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Centro de Documentação e Pesquisa em História Social. Acervos e coleções. Campinas, s/d.

ASSIS, Alberto de. Vultos e datas do Brasil. Bahia, J.Ribeiro, 1922.

BANDEIRA, Muniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Francisco de Assis. Retratos de família. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1954.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro, Imp.Nacional, 1883-1902, 7 v.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Museu Imperial. Inventário analítico do arquivo da Casa Imperial, 1807-1816. Petrópolis,1974.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. Inventário dos documentos do arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu. Rio de Janeiro, Serv. Grãf.MES, 1939, 2 v.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Museu da Fazenda Federal. Ministros da Fazenda, 1808-1983. Rio de Janeiro, 1983.

BULHÕES, Augusto de. Leopoldo de Bulhões, um financista de princípios: 1856-1928. Rio de Janeiro, Eds. Financeiras, s/d.

______. Ministros da Fazenda do Brasil, 1808-1954. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1955.

CAMEU, Francelino & SOUSA, Aleixo Alves de. Políticos e estadistas contemporâneos; subsídios para a história política do Brasil. São Paulo, Tip. Piratininga, 1917-1918, 2 v.

CARDIM, Elmano. Jornalistas da Independência; de Hipólito da Costa à dissolução da Constituinte. Rio de Janeiro, 1958.

CARMO, José Armatéia Pinto do. Ministros da Fazenda; edição especial comemorativa da inauguração do palácio sede do Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro, 1944.

Cartas andradinas. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 14:51-69, 1890.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. Calógeras. São Paulo, Cia.Editora Nacional, 1935.

______. David Campista. Rio de Janeiro, Depto.Imp.Nacional,1950.

______. Uma conspiração contra a inteligência; vida e obra de David Campista. Rio de Janeiro, Artenova, 1968.

CARVALHO, Maria de Lourdes Rodrigues de. A coleção Nilo Peçanha. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 13:281-2, 1952

Catálogo do arquivo Cotegipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 290:165-402, jan.mar.1971.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. Coord. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu.Rio de Janeiro, Forense-Universitária/FINEP, 1984-1985, 4 v.

______. Guia dos arquivos CPDOC 1985. Rio de Janeiro, FGV, 1985.

______. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Coord.Ana Lígia Silva Madeiros, Célia Maria Leite Costa e Lúcia Lahmeyer Lobo. Rio de Janeiro, FGV, 1986.

COUTINHO, Afrânio. Brasil e brasileiros de hoje. rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1961, 2 v.

DEBES, Célio. Campos Sales, perfil de um estadista. São Paulo, 1977, 2 v.

DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. Estadistas e parlamentares. Rio de Janeiro, Tip. Molarinho e Mont'Alverne; Tip. Leuzinger, 1883-1885.

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo; Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1975, 20 v.

FERREIRA, Marieta de Moraes & LAMARÃO, Sérgio T.N. Fontes para o estudo da história do estado do Rio de Janeiro na Primeira República. Boletim Informativo e Bibliográfico, Rio de Janeiro, 20:23-40, 2º sem.1985.

FERREIRA, Nadir Duarte, org. Catálogo do arquivo particular do Visconde do Rio Branco. Bras-ilia, Ed. UnB, 1981.

FONSECA, Roberto Piragibe da. Manuel Deodoro da Fonseca. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 316:5-115, jul.set.1977.

FONSECA FILHO, Hermes da. Marechal Hermes: dados para uma biografia. Rio de Janeiro, 1961.

FORJAZ, Djalma. O Senador Vergueiro, sua vida, sua época. I - O homem social e o colonizador. São Paulo, Melhoramentos, 1922.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro, J.Olímpio, 1973, 2 v.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Centro de Documentação. Arquivo Histórico. Arquivo de Rui Barbosa: inventário analítico da série Correspondência Geral. Rio de Janeiro, 1984-1985, 6 v.

______. Arquivo de Rui Barbosa:repertório da série Correspondência Geral. Elab. Rosely Curi Rondinelli e Alice Ferry de Morais. Rio de Janeiro, 1983.

FURTADO, Celso. A fantasia organizada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

GALERIA Nacional; vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro, Of. Gráf. Jornal do Brasil, 1931-1936.

GRANDE Enciclopédia Delta-Larousse. Rio de Janeiro, Delta, 1977, 15 v.

GUERRA, Flávio. João Alfredo e a Questão Religiosa; documentos históricos de seu arquivo. Recife, UFP - Biblioteca Central, 1976.

GUIMARÃES, Argeu. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 1938.

JACQUES, Paulino. Gaspar Silveira Martins, o condestável da democracia brasileira. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, [1943].

LACERDA, Virgínia Cortes de & REAL, Regina Monteiro. Rui Barbosa em Haia: cinquentenário da Segunda Conferência da Paz, 1907-1957. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1957.

LAFER, Horácio. Discursos parlamentares. Sel. e introd. de Celso Lafer. Brasília, Câmara dos Deputados, no prelo. [Perfis Parlamentares]

LAGO, Laurênio. Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Dados biográficos (1828-1978). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1978.

LEITE, Mauro Renault & NOVELLI JÚNIOR, Luís Gonzaga. Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Ano biográfico brasileiro. Rio de Janeiro, Instituto Artístico, 1875.

MARICÁ, Marquês de (Mariano José Pereira da Fonseca). Máximas, pensamentos e reflexões. Org. e anot. por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958.

MARTINS, Gaspar da Silveira. Discursos parlamentares. Sel. e introd. de Lafayette Silveira Martins Rodrigues Pereira. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979 [Perfis Parlamentares 14]

MARTINS, José Júlio Silveira. Silveira Martins. Rio de Janeiro, 1929.

MELO, Luís Correia de. Dicionário de autores paulistas. São Paulo, Serv. Comemorações Culturais, 1954.

MURTINHO, Joaquim. Idéias econômicas de Joaquim Murtinho. Org. de Nícia Vilela Luz. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

PALHA, Américo. Dez estadistas do Império. Rio de Janeiro, Serv. Doc. MTPS, 1961.

PANDIÁ Calógeras na opinião de seus contemporâneos. Org. por Antônio Gontijo de Carvalho et alii. São Paulo, 1934.

PEREIRA, Manuel Vitorino. As idéias políticas de Manuel Vitorino. Org. por Luís Henrique Dias Tavares. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Bsrbosa, 1981, 2 v.

PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual. Arquivo do Barão de Lucena; catálogo. Recife, Secr. Interior e Justiça, 1956.

REAL, Regina Monteiro. Rui Barbosa em Buenos Aires: cinquentenário da embaixada a Buenos Aires, 1916-1966. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1969.

REALE, Miguel. Figuras da inteligência brasileira. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1984.

Revista do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Belém, 14(25), 1984, ed. especial.

RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

SANTOS, José Maria dos. Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: subsídios para a história da República. Rio de Janeiro, J.Olímpio, 1960.

SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. Carta política inédita de Campos Sales-subsídios para a história do Partido Republicano em São Paulo. Anais do Museu Paulista, São Paulo, 29:253-9, 1979.

SILVA, Inocêncio Francisco da & BRITO, Aranha. Dicionário bibliográfico português. Estudos de ... aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por Aranha Brito, em virtude de contrato celebrado com o governo português. Lisboa, Imp. Nacional,1858-1923, 22 v.

SISSON, Sebastião Augusto. Galeria dos brasileiros ilustres. (Os contemporâneos). São Paulo, Martins, 1948.

SOUSA, José Galante de. Índice de biobibliografia brasileira. Rio de Janeiro, INL, 1963.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo. Rio de Janeiro, J.Olímpio, 1937.

STUDART, Guilherme. Dicionário bio-bibliográfico cearense. Fortaleza, s/d. 3 v.

TAUNAY, Afonso de Escragnolle. Novos documentos andradinos. Anais do Museu Paulista, São Paulo, 10:167-219, 1941

TENDLER, Sílvio & DIAS, Maurício. Jango. Porto Alegre, L&PM, 1984.

VALADÃO, Alfredo. Vultos nacionais. Rio de Janeiro, J.Olímpio, 1955

VELHO SOBRINHO, J.F. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro.Rio de Janeiro, Pongetti; MES, 1937-1940, 2 v.

VIANA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Morais de. A vontade de guardar: a lógica da acumulação em arquivos privados. Rio de Janeiro, CPDOC, 1986, mimeo.